

MARCELO DORNELIS CARVALHAL

*A COMUNICAÇÃO SINDICAL EM
PRESIDENTE PRUDENTE/SP:
ELEMENTOS PARA UMA LEITURA
GEOGRÁFICA*

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A COMUNICAÇÃO SINDICAL EM
PRESIDENTE PRUDENTE/SP: ELEMENTOS
PARA UMA “LEITURA” GEOGRÁFICA

Mestrando: Marcelo Dornelis Carvalho
Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

Dissertação apresentada à
Faculdade de Ciências e
Tecnologia/UNESP, Câmpus de
Presidente Prudente, para obtenção do
título de Mestre em Geografia (Área de
concentração: Desenvolvimento Regional
e Planejamento Ambiental)

Presidente Prudente
2000

Sumário

Lista de figuras.....	07
Lista de quadros.....	08
Lista de abreviaturas e siglas.....	09
Apresentação.....	11
Introdução.....	17
Capítulo 1 A crise do capital e as implicações para o trabalho.....	27
1.1 O trabalho em crise.....	38
1.2 A crise e a nova ordem mundial.....	48
1.2.1 A livre circulação do capital.....	54
1.2.2 Reestruturação produtiva.....	57
Capítulo 2 O sindicalismo e a crise do trabalho.....	68
2.1 Sindicalismo de Estado: permanência ou superação?.....	72
2.2 A ofensiva neoliberal.....	91
2.3 Organização sindical de base e a trama societária.....	103
Capítulo 3 Comunicação sindical: paradigmas explicativos.....	116
3.1 Caracterização da comunicação sindical.....	122
3.1.1 Diversidade e versatilidade: a necessidade de comunicar.....	123
3.1.2 Imprensa dos trabalhadores, operária, proletária e sindical: a busca de definições.....	131
3.2 Subalterna, marginal, popular e revolucionária: a comunicação sindical em questão.....	136
3.3 Interação e democracia sindical.....	154
3.4 Sindicalismo e luta de classes na imprensa sindical.....	157
3.5 Comunicação de massa e imprensa sindical.....	175
3.6 A comunicação sindical no Brasil.....	179
Capítulo 4 Comunicação e territorialização do trabalho: a busca de perspectivas.....	189
Bibliografia.....	201

Lista de figuras

Gráfico 1 -	Principal fonte de recursos dos sindicatos de Presidente Prudente.....	77
Gráfico 2 -	Principal fonte de recursos, conforme vinculação no Serviço Público....	78
Gráfico 3 -	Principal instrumento de arrecadação e taxa de sindicalização.....	80
Gráfico 4 -	Sindicatos de Presidente Prudente, agrupamento por ano de criação.....	84
Gráfico 5 -	Assuntos da categoria.....	147
Mapa 1 -	Territorialidade dos sindicatos e representantes sindicais de base.....	105

Lista de Quadros

- Quadro 1– Sindicatos e siglas correspondentes
13
- Quadro 2 – Imprensa sindical em Presidente Prudente características gerais
15
- Quadro 3 – Nome dos sindicalistas entrevistados
16
- Quadro 4 – Principal instrumento de arrecadação e filiação à Central Sindical
82
- Quadro 5 – Lutas mais importantes dos sindicatos atualmente
98
- Quadro 6 – Formas de representação sindical
111
- Quadro 7 – Função do jornal no sindicato.
114
- Quadro 8 – Assuntos presentes na imprensa dos sindicatos pesquisados
141
- Quadro 9 – Participação relativa nos assuntos presentes nos jornais analisados,
em relação ao assunto de interesse da categoria
144
- Quadro 10 – Assuntos de interesse geral na imprensa sindical analisada.
148
- Quadro 11 – Secretarias de imprensa e responsabilidade pelo jornal
158
- Quadro 12 – Principais assuntos tratados na imprensa sindical analisada
160
- Quadro 13 – Influência política da imprensa sindical segundo os sindicalistas
163
- Quadro 14 - Militância política dos dirigentes sindicais entrevistados
164

Quadro 15 - Freqüência dos assuntos “Política” e “Eleições 98” nos sindicatos pesquisados

165

Quadro 16 - Freqüência dos assuntos “Desemprego”, “Trabalhadores” e “Previdência Social” nos sindicatos pesquisados

168

Quadro 17 - Freqüência dos assuntos “Movimento sindical/social” e “Manifestações” nos sindicatos pesquisados

170

Quadro 18 - Freqüência do assunto “Ação sindical” nos sindicatos pesquisados

172

Lista de Siglas

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CEBELA	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
CEGeT	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CeGT	Central Geral dos Trabalhadores
CEMOSi	Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernades”
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
CSTI	Central Sindical dos Trabalhadores Independentes
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FS	Força Sindical
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEC	Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente
SEEB	Sindicato dos Bancários e Financeiros de Presidente Prudente
SINDIÁLCOOL	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria Química, Farmacêutica e de Fabricação de Álcool de Presidente Prudente e região
SINTCON	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Pesada, Terraplenagem, Instalação Elétrica e Hidráulica, do Mobiliário e Material Cerâmico de Presidente Prudente e região
SSM	Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente
STIAC	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo
UDR	União Democrática Ruralista
USI	União Sindical Independente

Apresentação

A presente pesquisa tem por objetivo, a análise do papel que a imprensa sindical desempenha nos sindicatos de Presidente Prudente e os seus desdobramentos territoriais, em virtude sobretudo da singularidade do movimento sindical, enquanto representante dos trabalhadores e instrumento de controle da mão-de-obra, buscando interpretar a diferencialidade existente, enquanto expressão territorializada, no bojo da relação capital x trabalho.

Para tal empreitada, elencamos sete sindicatos com sede ou subsede em Presidente Prudente para análise de suas publicações, conforme Quadro 1; Esses sindicatos foram escolhidos procurando contemplar diversos aspectos do sindicalismo em Presidente Prudente, como sua dimensão numérica e política¹.

No intuito de facilitar as referências aos sindicatos analisados, optamos por utilizar siglas, que estão destacadas no Quadro 1.

¹ Importante destacar que desenvolvemos durante os anos de 1996 e 1997, bolsa de iniciação científica, com auxílio do CNPq, cujo título é “Contribuição para a leitura geográfica do movimento sindical em Presidente Prudente/SP, através da comunicação sindical”, em que analisamos a imprensa de todos os Sindicatos com sede ou subsede em Presidente Prudente, e que serviu de base para a seleção dos Sindicatos para o desenvolvimento de nossa Dissertação de Mestrado.

Quadro 1 – Sindicatos e siglas correspondentes

Presidente Prudente/SP

Sigla	Sindicatos
SEEB	Sindicato dos Bancários e Financiários de Presidente Prudente e região
SINTCON	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Pesada, Terraplenagem, Instalação Elétrica e Hidráulica, do Mobiliário e Material Cerâmico de Presidente Prudente e região
SSM	Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente
STIAC	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
SINDIÁLCOOL	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Química, Farmacêutica e de Fabricação do Álcool de Presidente Prudente e região
SEC	Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente e região

Fonte: Pesquisa de campo, 1998

Nossa pesquisa empírica pautou-se na análise das publicações durante o período de Julho de 1997 a Junho de 1999, fornecidas pelos sindicatos quando mantidos em arquivo, e que foram incorporadas ao acervo público do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi), na Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Presidente Prudente.

Nesta análise procuramos evidenciar tanto o aspecto quantitativo, em termos da frequência em que cada assunto esteve presente na

base documental, em especial nos jornais, quanto ao aspecto qualitativo, na análise do discurso veiculado na imprensa sindical.

Para a classificação dos temas, optamos inicialmente por uma investigação não classificatória, para apreendermos, em termos gerais, os assuntos. Posteriormente é que iniciamos a análise, separando cada artigo, dentro do assunto de referência, em seguida, elaboramos as tabelas que estão presentes neste texto.

Além disso, procuramos evidenciar, quanto à análise qualitativa do discurso, aspectos que não transparecem quantitativamente.

Lembramos que nem todos os sindicatos publicaram sistematicamente as linhas editoriais, durante o período em questão, e a própria disponibilidade das edições nos acervos não foi completada. No caso do STIAC não houve nenhuma publicação durante o período em questão, o que não nos impediu de através das entrevistas ponderarmos algumas questões sobre o Sindicato e a comunicação sindical.

Através do Quadro 2, demonstramos algumas características básicas da imprensa sindical em Presidente Prudente, assim como a frequência de edições.

Quadro 2 – Imprensa sindical em Presidente Prudente – características gerais

Sindicatos	Nome do jornal	Periodicidade	1997		1998				1999		Total	Dimensão (cm)	Pg
			1°	2°	1°	2°	3°	4°	1°	2°			
Sindiálcool	Sindiálcool	Esporádica	2	4	0	0	1	0	2	0	09	A4	02
SSM	Jornal do Sindicato	Trimestral	0	0	1	1	2	2	1	2	09	27x41	04
SEEB	Folha Bancária	Semanal	7	6	8	10	5	5	7	7	55	28x37	02
SINTCON	João de Barro	Mensal	7	7	4	6	4	5	4	2	39	A4	02
APEOESP	Jornal da APEOESP	Mensal	1	1	2	2	1	0	1	0	8	34x58	08
SEC	Jornal dos Comerciantes	Trimestral	1	1	1	1	0	0	0	0	4	21,5x32	08

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, sendo que a primeira consistiu na aquisição de informações sobre os sindicatos e a imprensa sindical, tais como: número de sindicalizados, extensão de base, representantes sindicais de base, etc.

Na segunda etapa, colhemos as opiniões dos sindicalistas sobre as questões estruturais e que foram objeto de análise neste trabalho, tais como: os significados dos sindicatos atualmente, as lutas mais importantes para o sindicalismo contemporâneo ou a função do jornal no Sindicato. Lembramos que as entrevistas estenderam-se durante os anos de 1998, 1999 e 2000, devido às atualizações necessárias das informações. Em alguns casos, entrevistamos mais do que um sindicalista por Sindicato, devido sobretudo às redivisões em torno da

comunicação sindical, em que as atividades voltadas à imprensa sindical dividiam-se em mais do que um dirigente.

Quadro 3 – Nome dos sindicalistas entrevistados

Presidente Prudente/SP – 2.000

Sindicatos	Sindicalistas	Cargo
SEEB	Edmilson Trevisan	Presidente
	José Pinto da Silva	Secretaria de Imprensa
SINTCON	Gilberto Zangirolami	Presidente
SSM	Genilda Carneiro Maranhão	Presidente
	Sonia Maria Auxiliadora de Vasconcelos Silva	Tesoureira
STIAC	Vicente Lopes da Silva	Presidente
APEOESP	Jacira Vicentina Ribeiro Mendes	Coordenadora da subsede
SEC	Valdecir Alves	Presidente
SINDIÁLCOOL	Antonio Mendes Neto	Presidente

Fonte: Pesquisa de campo, 2000.

Introdução

As recentes transformações do capitalismo, com profundas implicações no mundo do trabalho, recolocam desafios já enfrentados anteriormente (principalmente no caso dos países da Europa Ocidental), em coadunação com novas formas de precarização e exploração do trabalho. Por outro lado, (re)coloca para a Geografia o desafio de postar-se diante das novas dinâmicas sociais e de buscar interlocução com disciplinas ainda distantes de nossa prática elaborativa (sociologia do trabalho e comunicação social principalmente), para desvendar a lógica e a dinâmica dos reordenamentos territoriais, contribuindo, assim, para o conjunto das ciências, oferecendo mais do que uma visão especializada, o resgate da consciência da dimensão territorial na existência humana.

Além disso, os veículos de comunicação vêm, de forma crescente, exercendo papel fundamental para as estratégias do capital, não só como constituinte de uma fonte de acumulação, mas também, e fundamentalmente, quando se fortalece ao divulgar os valores burgueses para o conjunto da sociedade, e passando a coexistir com formas de resistência à comunicação hegemônica, como atestam alguns exemplares da própria imprensa sindical.

Em nossa pesquisa, procuramos delinear alguns aspectos da reestruturação produtiva e de uma forma geral, das próprias redefinições do capital que estão repercutindo negativamente no movimento dos trabalhadores, ao

colocarem como pressuposto de sobrevivência no mundo globalizado, a aceitação do neoliberalismo como *ethos* de interpretação do mundo, que necessariamente eleva a sociabilidade individualizante em detrimento do sujeito coletivo.

Enquanto a sociologia do trabalho tem trazido contribuições para a interpretação das recentes transformações do capitalismo, tanto através de pesquisas empíricas que ressaltam as mudanças no processo produtivo, quanto à produção acadêmica vinculada a outras correntes, a Geografia tem-se situado distante do mundo do trabalho, com raras exceções. Isto dificultou sobremaneira nossa análise, diante, então, da escassez de referências sobre o tema.

A centralidade ontológica do trabalho na sociedade capitalista implica na compreensão de que este axioma coloca-se como categoria analítica fundamental para as diversas áreas do conhecimento, e que, portanto, sua inteligibilidade para a Geografia situa-se na possibilidade de compreensão do espaço, contraditoriamente redefinindo-se em sua universalidade, particularidade e singularidade, o que nos leva necessariamente à diferencialidade territorial.

Se ainda não há consenso (se é que deveria haver) sobre o conceito de território, alguns aspectos parecem ser comuns nas diversas interpretações, principalmente o relacionamento do território com as estruturas do poder, o que coloca para nós a necessária noção de territorialidade como expressão política das relações sociais, materializadas nos lugares.

Os sindicatos movem-se nesta tessitura social, assumindo configurações territoriais subsumidas à investidora estatal em sua estrutura e

organização de um lado, e de outro, pressionados pelas necessidades imediatas e históricas dos trabalhadores.

Assim sendo, a territorialidade dos sindicatos revela, claramente, a estruturação destas entidades a partir de uma compreensão aparentemente apolítica, pois baseada em critérios administrativos e burocráticos, ao definir a delimitação territorial e categorial independente das relações sociais e políticas que se estabelecem entre os trabalhadores.

Pois bem, essa estrutura aparentemente apolítica, como dissemos, exerce uma função muito importante na luta de classes, como teremos oportunidade de verificar mais adiante, ao permitir que as limitações impostas pelo Estado sejam os limites da ação sindical.

Contudo, não podemos cometer o equívoco de fetichizar a estrutura sindical, ou seja, de acreditar que mudando a estrutura, o próprio movimento sindical avançaria para o enfrentamento social, pois o que dá movimento a essa estrutura são os trabalhadores (dirigentes ou não) e ela reflete a acomodação destes com a estrutura. Isto em termos genéricos, pois há no movimento sindical quem se proponha a alterar a estrutura sindical oficial, mesmo que seja só em alguns dos seus efeitos, ou até mesmo transformações radicais.

Os sindicatos lograram efetivar-se como participantes da estrutura societária no capitalismo, tendo sua existência redimensionada a partir de sua criação como projetos políticos voltados à emancipação do proletariado em entidades oficiais de negociação da força de trabalho, o que, em termos de pensamento liberal, é perfeitamente aceitável.

Sua configuração territorial no Brasil é ilustrativa do papel que os sindicatos vieram a desempenhar como controladores da mão de obra, como estratégia de obstaculizar o avanço comunista nos sindicatos, através da Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT) durante a ditadura Vargas. Isto só foi possível mediante a repressão armada aos líderes comunistas e pela antecipação da legislação trabalhista à própria consolidação da indústria no Brasil, o que garantia ao Estado o controle da situação.

Mas, se os sindicatos se autoproclamam representantes dos trabalhadores para a conquista e/ou manutenção de direitos trabalhistas e de melhores salários, estão constantemente sendo testados em sua capacidade controladora, já que, conforme podemos observar atualmente, tanto a luta por melhores salários como a luta dos direitos trabalhistas estão referenciados, na grande maioria dos casos, na manutenção de conquistas anteriores, ou seja, agindo defensivamente, gerando insatisfações aos trabalhadores da base, em especial, quando as negociações lhes são desfavoráveis.

Então, podemos compreender o movimento sindical no bojo da institucionalização do conflito social entre trabalhadores e patrões, através do sindicato, que ao mediar tais conflitos é chamado à defesa de propostas que se ponham a superar as necessidades imediatas e/ou históricas dos trabalhadores, muitas vezes contrárias às proposições capitalistas, gerando embates diversificados em sua abrangência e significados.

Portanto, o esforço que aqui pretendemos realizar de compreender a imprensa sindical em Presidente Prudente, perpassa a

inteligibilidade da natureza conflituosa do movimento sindical, tanto em relação às suas lutas com o capital, como em relação às disputas entre os próprios trabalhadores.

A territorialidade dos sindicatos, ao expressar estes conflitos, é constantemente redefinida em seus significados, pois se num momento, a fragmentação dos locais de trabalho é um fator impeditivo da solidariedade operária, em outro momento tal fragmentação pode subsumir-se na capacidade operante dos sindicatos em estabelecerem-se como nexos articuladores do trabalho, redefinem-se, então, os significados de sua expressão territorial.

Desta forma, coloca-se como necessidade premente apreender as alternativas que estão postas aos sujeitos sociais, em momentos históricos particulares, com as possibilidades de re-territorializações desses sujeitos, diante dessas alternativas.

O contexto histórico atual aponta para transformações importantes no processo produtivo, com a automatização e emergência de novos paradigmas organizacionais, no entanto, as transformações atuais não se limitam ao plano técnico-organizacional, já que temos também a consolidação dos preceitos liberais na economia mundial, como alternativa dos capitalistas para a superação de sua crise estrutural.

Tal superação tem apontado para a clássica solução liberal, de garantir ao mercado a solução dos problemas de realização do capital, o que necessariamente implica o afastamento do Estado keynesiano da esfera produtiva e comercial, mas apostando em sua capacidade controladora para a flexibilização

das normas e regulamentações de comércio internacional e, o que nos interessa neste instante, a flexibilização do contrato de trabalho, cujo significado aparente para os trabalhadores tem sido o de precarização das relações de trabalho, com diminuição da renda salarial e aumento massivo do desemprego estrutural.

Tal fato só pode ser compreendido à luz das inovações tecnológicas, que por um lado garantiram ao capitalista a possibilidade de implementar mudanças organizacionais nas empresas e de outro, através do avanço tecnológico nos veículos de comunicação, a implementação de um mercado financeiramente globalizado.

Estas transformações têm suscitado diversas polêmicas sobre a validade ontológica do trabalho na sociabilidade humana, colocando em evidência as teses da centralidade política do sujeito trabalhador para a função revolucionária que lhe seria inerente e do próprio trabalho como condição fundamental para a existência humana.

No Capítulo 1, nos propomos esmiuçar alguns aspectos das questões sobre as redefinições do conflito capital x trabalho em virtude da tentativa capitalista de superação da crise estrutural do capital e das alternativas colocadas aos trabalhadores, com a incapacidade crônica de controle do metabolismo social do capital.

Os sindicatos, enquanto forma específica do movimento contraditório na sociedade, revelam em sua formação e organização, as nuances que a luta de classes assume, ao expressar em alguns sindicatos a postura

controladora e intervencionista do Estado ou em outros, ser a expressão de posições autonomamente decididas pelos trabalhadores.

Apresentaremos, no capítulo 2, algumas reflexões que integram as recentes transformações no capitalismo, com especial destaque para as transformações no mundo do trabalho e a estrutura sindical brasileira, buscando mediatizar algumas questões sobre o sindicalismo e sua territorialidade.

Desta forma, o bloco histórico, compreendido como a constituição de grupos de poder, que se estabelecem hegemônicos, formado pela nova composição de forças com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, logrou efetivar diversas mudanças na política econômica, que favoreceram o capital financeiro internacional, com impactos negativos muito fortes na condição do trabalhador brasileiro.

Neste sentido, a análise do papel desempenhado pelo Estado na consolidação da estrutura sindical merece especial atenção, principalmente em virtude das tentativas de superação desta estrutura por parte do movimento sindical brasileiro, principalmente a partir da década de 1980. Dessa forma, a ofensiva ideológica do neoliberalismo, revela-se na consolidação de sindicalistas que se diferenciam dos sindicalistas *pelegos*, pela sua intervenção ativa na defesa dos interesses capitalistas, como no caso do sindicalismo de resultados da Força Sindical.

Outro aspecto que procuramos destacar, insere-se nas formas de organização sindical que se revelam como instrumentos analíticos importantes para compreendermos as posturas ideológicas e as alternativas postas, uma vez

que através principalmente das chamadas organizações sindicais de base temos condições de vislumbrar a dialeticidade do movimento sindical, pois através delas os sindicatos podem ter um papel ativo no controle dos trabalhadores, podem esvaziar a manifestação espontânea dos trabalhadores, ou podem ser a base de sustentação de um novo sindicalismo que rompa com o cupulismo dos sindicatos.

Sua expressão territorial demonstra também as dificuldades de superação da fragmentação imposta pela legislação trabalhista, já que a rede de relações entre as organizações sindicais de base e os sindicatos mostra-se concentradora, sem intercomunicabilidade entre os trabalhadores dos diversos locais de trabalho, isso sem nos referirmos a outras dimensões da existência humana como a moradia, o lazer, o transporte, em que os sindicatos têm dificuldades em se inserirem, pois resumem-se à luta por melhores condições de trabalho, melhores salários.

No capítulo 3 trazemos algumas ponderações sobre a comunicação sindical com ênfase inicialmente na caracterização dessa comunicação, mas procurando ressaltar o caráter classista da imprensa sindical, enquanto potencialidade de emancipação.

A caracterização que fazemos da Comunicação sindical, procura ressaltar o seu potencial caráter contra-hegemônico, já que se origina no seio dos trabalhadores, sem obviamente esquecermos o papel da alienação na construção da hegemonia burguesa.

Procuramos ressaltar que a comunicação sindical enquanto portadora de discursos, desdobra-se, em termos políticos e ideológicos e como

formadora de opiniões e valores. Neste sentido, funciona como mediadora de ações humanas, cujas implicações estão no bojo das (re)configurações territoriais.

Historicamente constituída no interior da luta de classes, a imprensa sindical, entendida como uma das formas de comunicação sindical, revela-se como instrumento de conhecimento importante para compreendermos a conflitualidade social, na qual os sindicatos ao redefinirem suas estratégias, deixam transparecer em sua imprensa, as nuances desta mudança, provando ser a imprensa sindical importante fonte documental.

Entre os esforços despendidos por muitos autores para a caracterização da imprensa sindical, sem dúvida, uma das mais importantes está no possível caráter imanente desta imprensa. Pelo fato de ser uma imprensa dos sindicatos ela é contra-hegemônica *per si*, sendo intrinsecamente revolucionária, ou pelo contrário, cumpre outra função, já que os sindicatos são reformistas?

Essas e outras questões procuraremos debater, procurando avançar na compreensão da imprensa sindical como objeto de conhecimento da Geografia, ao ensejar no discurso subjacente a ela concepções de mundo diametralmente opostas às mantidas pela hegemonia do capital, que vão ganhando significados diferentes nos lugares.

Assim, tecemos algumas considerações, que distante de serem conclusivas sobre o assunto, revelam nossa preocupação em esmiuçar a imprensa sindical como objeto de análise e as perspectivas postas para o movimento sindical, em termos gerais.

CAPÍTULO 1

A crise do capital e as implicações para o trabalho

A relação capital x trabalho, enquanto relação própria do capitalismo, significa a sujeição do trabalho à esfera do capital, ou seja, transmuta-se no trabalho abstrato – alienante e degradante - e trabalho concreto, cuja dimensão fica hegemônica pelo sistema de controle do metabolismo social do capital.

Ao compreendermos o capital, enquanto sistema de controle do metabolismo social, verificamos que ele opera de forma incontrolável, pois constituiu-se como uma estrutura *totalizante* de controle.

Assim, a incapacidade ontológica de controle social do capital, que se torna operante apenas pela personificação jurídica, manifestada em diversas formas de Estado, coaduna-se com a divisão técnica e conceitual do trabalho, e desta forma:

Também como uma necessidade inexorável, sob o sistema do capital, a divisão social hierárquica do trabalho não é apenas sobreposta, como uma determinada relação de poder, aos aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também mitificada, ao mesmo tempo, como a justificativa ideológica absolutamente incontestável e o

pilar de sustentação da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS: 1999, 89)

Assim, podemos resgatar a concepção gramsciana de hegemonia, pois através dela podemos explicitar as “diferencialidades” ideológicas e políticas presentes no movimento sindical. Como sabemos, a direção política do movimento sindical apresenta-se variada e só compreendendo a hegemonia burguesa, enquanto capacidade de constituir-se num bloco histórico, ou seja, de manter unida a estrutura e a superestrutura sob a direção que lhe é conveniente, é que podemos, enfim, compreender que a despeito de se encontrarem no movimento sindical indícios de insatisfação com a classe dominante, ainda não se forjou a constituição de um novo bloco histórico hegemônico pelo proletariado, pois grosso modo, a grande maioria das lideranças sindicais encontram-se submetidas à ideologia burguesa.

Ao resgatar conceitualmente a hegemonia enquanto dominação e direção é que temos condições de apreender o movimento dinâmico da sociedade Capitalista, cuja expressão política na forma Estado adquire o *status* de ente que se põe acima dos interesses de classe, fetichizando o capital e sobretudo ideologizando os trabalhadores.

Portanto, a conquista da hegemonia, segundo GRAMSCI, pressupõe a ideologização da sociedade para que cada grupo social seja capaz de adotar como sua, a concepção de mundo, mesmo que seja a concepção de mundo dos dominantes, como expressa nesta passagem o pensador italiano, preocupado em estabelecer os nexos causais entre a filosofia e a política, ou mais

precisamente, procurando responder ao aparente paradoxo, presente em muitos contextos históricos do pensar e do agir:

Significa que um grupo social, que tem uma própria concepção do mundo, embora embrionária, que se manifesta na ação, e portanto esporadicamente, ocasionalmente, isto é quando esse grupo se move como um conjunto orgânico, tem, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção emprestada por outro grupo e afirmada em palavras, e que julga seguir, porque a segue em “tempos normais”, ou seja quando o comportamento não é independente e autônomo, mas precisamente submisso e subordinado. Eis a razão por que se não pode separar a filosofia da política e se pode mostrar, pelo contrário, que a opção e a crítica de uma concepção do mundo é, também ela, um facto político. (GRAMSCI, 1974. P. 30)

Apoiados nessa afirmação de Gramsci é que podemos, então, compreender nitidamente a função do discurso presente na imprensa sindical, ou seja, enquanto crítica contundente ao capital, o discurso sindical pode atuar no sentido da deslegitimação da dominação, e desta forma “criar” um facto político, para utilizar as palavras do autor, cujos desdobramentos territoriais tornam-se, então, claros, mesmo que esta atuação no plano espacial seja feita ainda de forma inconsciente.

A contestação da hegemonia presente potencialmente na imprensa sindical inscreve-se, então, no plano da luta ideológica entre capital e trabalho, cujo sentido preciso em nossa sociedade, segundo GRAMSCI, está na

distinção entre a ideologia enquanto força material, portanto historicamente constituída e ideologias arbitrárias, conforme o autor expressa:

É preciso portanto distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são necessárias a uma certa estrutura e ideologias arbitrárias, racionalistas, “queridas”. Enquanto historicamente necessárias têm uma validade que é validade “psicológica”, “organizam” as massas humanas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência da sua posição, lutam, etc. Enquanto “arbitrárias” não criam outra coisa senão “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1974, p.103)

Esta distinção revela-se fundamental, quando buscamos a apreensão do movimento dinâmico das lutas sociais, em que se coadunam elementos de contestação à situação individual com compreensões que variam da contestação contra-hegemônica a movimentos reformistas de adaptação e busca de melhorias materiais no âmbito do capital. Assim que podemos compreender a insatisfação, decorrente da própria necessidade reprodutiva do capital, do indivíduo que não consegue adquirir os bens materiais propagandeados pela mídia, e mesmo insatisfeito, não logra efetivar-se enquanto massa organicamente constituída para compreender que sua satisfação é coletivamente realizada. Nesse processo de desidentificação com o coletivo social, o indivíduo volta-se para si, na busca de sentidos, e dado que o capitalismo efetivou a desmitificação do mundo, submetendo a práxis social a uma lógica fragmentadora e homogeneizante, resulta que:

E, uma vez que nenhum sentido global é mais proposto ou imposto pelas sociedades capitalista e que cada um é, a

partir de então, abandonado a si próprio para dar sentido à sua existência e livre para lhe dar o sentido que quiser.

(BIHR, 1998, p. 172)

Essa aparente liberdade de escolha de sentidos produziu o que o mesmo autor denomina individualidade personalizada, que se transmuta em sociabilidade narcisística, ou seja, as relações e práticas sociais só teriam sentido, segundo o autor, para o indivíduo se isso significasse uma vantagem pessoal. Obviamente que isso ocorre em detrimento às relações coletivizantes, pois o sentido dessas relações transcendem o indivíduo e exige desprendimento e abnegação.

Buscamos com essas questões trazer para a discussão da própria crise de representatividade dos sindicatos, o contexto de atuação e de existência dos indivíduos trabalhadores, que não poderia ser negligenciado, sob pena de perdermos uma dimensão fundamental em qualquer movimento associativo, que é o da vontade individual, e de estarem os trabalhadores convencidos de que a alternativa para a satisfação individual perpassa a superação coletiva dos desafios postos, condição fundamental para que se estabeleçam nexos intermediantes entre o movimento e o ser social.

Embora ainda não tenhamos condições de retirar desta individualidade personalizada todos os desdobramentos espaciais, parece-nos importante destacar que se o espaço geográfico é, como afirma MOREIRA (1985), a estrutura material em que o capital encontra condições de reproduzir-se, enquanto estrutura ordenadora dos antagonismos de classes, a individualização

das ações favorece a alienação dos trabalhadores em relação a seu próprio mundo e, por conseguinte, de sua própria territorialização.

Ao estabelecer, então, o capital como ordenante e gestor territorial, podemos inferir que exerce também através da territorialização a hegemonia da sociedade, o que significa, conforme já afirmamos, que a classe dominada não vislumbra em sua territorialização a própria dominação, pois conforme explicita GRUPPI:

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (GRUPPI, 1978, p. 70)

Assim, a hegemonia burguesa assenta-se sobre o caráter dissimulado da dominação e, desta forma, mantém-se enquanto senso comum dos indivíduos, cujo movimento espacial transmuta-se no plano identitário do espaço-fábrica para o espaço-mercado, com a fetichização do Estado, conforme expressa MOREIRA:

Ao enraizar sua imagem no espaço do mercado, o Estado dissimula seu caráter real de conjunto de práticas e valores mediante o qual opera a dissolução das práticas diferenciadas de classes para fazê-las aparentar

diferenciações de um mesmo espaço de práticas: o espaço do mercado capitalista. O processo dessa fetichização consiste em o Estado deslocar as contradições do interior da sociedade civil para dentro de si, para devolvê-las à sociedade civil já na forma de regulações mercantis. (MOREIRA, 1985, p. 40)

Assim, o capital exerce o controle da sociedade através também da gestão territorial, em que se subsume a gestão territorial dos trabalhadores, pois o controle territorial dá-se na mesma dimensão da hegemonia do capital no processo produtivo, ou seja, conforme aponta THOMAZ Jr.:

Dessa forma, a gestão do capital sobre o território pode ser vista como sendo sua própria autogestão territorial, pois é no limite territorial da abrangência da estrutura empresarial, traduzida na materialização da produção, que se reconhece enquanto tal e não nos limites municipais. (THOMAZ Jr., 1996, p. 246)

Para completarmos o raciocínio, é necessário termos claro que a gestão que os órgãos de representação dos trabalhadores fazem do território, encontram-se subsumidos à hegemonia do capital, conforme o mesmo autor, embora se referindo especificamente à agroindústria sucro-alcooleira, assevera:

Em síntese, enquanto o capital sucro-alcooleiro é hegemônico na delimitação do fato econômico e, sobre ele exerce gestão totalizante, os trabalhadores e os sindicatos estão emparedados nos limites da alienação provocada pela divisão técnica do trabalho legitimada pela ação do Estado. Daí estarem fragmentados entre o que é urbano e rural, entre as fronteiras da base territorial, entre o que é essa ou aquela categoria. No entanto, é nesse movimento

que o trabalho se vê e se lê, subsumido ao capital e aos mecanismos de legitimação jurídico-política do processo produtivo capitalista (THOMAZ Jr., 1996, p. 248)

Portanto, quando pretendemos compreender as mediações que se estabelecem entre o controle do capital sobre o processo produtivo e sobre a sociedade, objetivamos recolocar em debate a função do espaço geográfico como disciplinador da força de trabalho (MOREIRA: 1985), quer seja através da fragmentação territorial dos órgãos de representação, quer seja veiculando a ideologia identitária do sujeito coletivo apenas em sua corporação, e fragmentando o ser social em moradores, consumidores, religiosos, enfim, estanquizando a existência, assim como a permanência de paradigmas positivistas na classificação das ciências, recolocando-as como dilemas insuperáveis da condição humana, como a clássica dicotomia rural x urbano na Geografia.

Contudo, o controle exercido (e exigido) pelo capital apresenta-se como um paradoxo insolúvel dada a necessidade de intensificação da expansão destruidora de compromissos sociais do capital, forjados para exercerem o controle sobre o próprio capital (Estado de bem-estar social), colocando em risco a humanidade como um todo.

As falhas estruturais de controle apontadas por MÉSZÁROS incluem a separação e antagonismo entre a produção e seu controle; independência entre produção e consumo; e por fim, a necessidade da dominação e subjugação para unir os fragmentos anteriormente citados.

Assim o Estado constitui-se como garantia à insurreição potencial do sujeito real da produção, conforme assevera MÉSZÁROS:

O sistema do capital está baseado na alienação do controle em relação aos produtores. Neste processo de alienação, o capital degrada o sujeito real da reprodução social, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero “fator material de produção” – subvertendo, deste modo, tanto na teoria como na prática social palpável, a verdadeira relação entre sujeito e objeto. Todavia, o problema para o capital é que o “fator material de produção” não pode deixar de ser o sujeito real da produção. Para desempenhar suas funções produtivas, com a consciência que o processo de produção como tal assim exige – sem a qual o próprio capital deixaria de existir- , o trabalho deve ser obrigado a reconhecer outro sujeito acima de si próprio, mesmo que se trate, na realidade, de um pseudo-objeto. É para produzir este efeito que o capital necessita de suas personificações, que devem mediar (e impor) seus ditames objetivos, na forma de comandos conscientemente executáveis, ao sujeito real do processo de produção, potencialmente recalcitrante.” (MÉSZÁROS, 1999, p.118)

Esta personificação do capital na forma Estado forja, então, o necessário controle da totalidade social, embora como o mesmo autor pondera, seja insuficiente para a tarefa exigida pelos capitalistas.

Assim, nas contradições do controle social do capital reside a expectativa de resistência, cujas transsubstanciações no plano territorial demandam nosso esforço analítico no sentido de fornecer pressupostos teóricos da ontologia do território, enquanto compreensibilidade do ser social em sua totalidade e ontologicamente primado no trabalho.

O trabalho, enquanto elemento ontologicamente determinante no processo social, impõe a necessidade de discutirmos as questões que estão colocadas no debate atual sobre a centralidade do trabalho e as transformações do capital. As implicações disso no mundo do trabalho estão vinculadas à deterioração do contrato de trabalho, assim como a precarização das relações de trabalho, com aumento significativo do desemprego estrutural, que estariam fazendo diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário.

Estes são aspectos visíveis do processo desencadeado pela necessidade do capital de se transformar visando à superação de sua crise estrutural, colocando em questão paradigmas forjados no período histórico delimitado pela hegemonia das concepções social-democratas, cujo axioma central, do ponto de vista da luta de classes, ensejava a possibilidade de convivência entre interesses ontologicamente conflituosos, como os da relação capital e trabalho.

As transformações no capitalismo implicam não apenas o redimensionamento econômico, mas fundamentalmente redefinições políticas entre as classes, pois atinge diferencialmente a materialidade e subjetividade dos sujeitos sociais, cujo significado tem apontado para o esgotamento do modelo fordista de acumulação e regulação social em que o *novo sindicalismo* no Brasil pautava-se em suas perspectivas.

Assim, a crise do capital enseja a crise do trabalho, a prática política dos sindicatos é colocada em questão pela sua incapacidade de frear a

degradação dos trabalhadores, o que necessariamente levanta a hipótese da falência de paradigmas teóricos do sindicalismo.

Portanto, pretendemos nas próximas páginas elencar alguns aspectos envolvidos nestas reconfigurações do trabalho e do capital, cujo rebatimento societal implica necessariamente redefinições territoriais em escala planetária, ao transmutar-se em incapacidade operativa do território para os trabalhadores (exceto para a circulação da força de trabalho) e reterritorializações monopolistas do capital.

1.1 O trabalho em crise?

A derrocada do regime soviético no começo da década de 90 favoreceu as concepções que apostavam na perda da centralidade política dos trabalhadores, pois diversos movimentos de esquerda mantinham, apesar de nem sempre concordarem com isso, uma íntima identificação do projeto socialista que propunham, com o paradigma do socialismo soviético.

Tais polêmicas inscrevem-se não somente no plano teórico-conceitual, mas também, nas alternativas políticas que se colocam para o enfrentamento das classes, ou seja, a definição das novas determinações do mundo do trabalho estão no bojo da constituição de práticas e projetos políticos do movimento sindical que, estando no centro da polêmica, são convocados a repensarem suas ações. Sob quais bases este repensar coloca-se, é uma das

questões centrais, pois as ações do movimento sindical dependem da análise que se faz dos desafios e até mesmo a consciência de quais desafios estão postos.

Através da análise dos desafios, o movimento sindical pode postar-se conscientemente diante de alternativas que podem recolocá-lo (ou reafirmá-lo) na centralidade das disputas políticas, o que inclusive requer utilizar-se de instrumentos estratégicos como a comunicação sindical para organizar-se e para conscientizar (e convencer), maior número de trabalhadores, do seu projeto político.

De acordo com as perspectivas adotadas pelo movimento sindical, a comunicação sindical tenderá a explicitar os conflitos internos, assim como as contradições existentes na seara sindical e a compreensão que os dirigentes sindicais têm da conjuntura, além da disposição no enfrentamento de questões estruturais, refletindo-se na própria forma de organização da comunicação nos sindicatos, como teremos oportunidade de verificar no capítulo 2.

Nos sindicatos teremos, então, conflitos e disputas que buscam garantir hegemonia sobre a direção do movimento sindical, apresentando-se sob as mais diversas concepções do espectro político-ideológico, mas não podemos considerar o movimento sindical alheio ao movimento da própria sociedade, em que os meios de comunicação de massa assumem função estratégica fundamental na direção da conduta humana, no sentido de garantirem uma sociabilidade voltada para obedecer às determinações do capital.

Neste sentido, as afirmações que apontam para uma nova sociabilidade, não mais fundamentada no trabalho, destacam como sintomas desta suposta crise terminal do trabalho, o crescente processo de precarização das relações de trabalho, com aumento significativo da parcela da população que não possui perspectivas de emprego estável (aumento do subemprego, emprego parcial e desproletarização do trabalho industrial e conseqüente aumento do emprego no setor terciário), a materialidade atingida da classe trabalhadora estaria fomentando também transformações profundas na subjetividade dos trabalhadores, principalmente com as novas formas de gestão e controle do trabalho (Círculos de Controle de Qualidade, gestão participativa, etc.).

As redefinições técnicas do capital desdobram-se em novos paradigmas qualificativos da força de trabalho, cuja dialeticidade aponta para o aumento da qualificação de alguns setores (principalmente um novo tipo de qualificação, que redimensiona a especialização fordista, por uma especialização flexível) e desqualificação de outros setores.

Ainda em relação às transformações no mercado de trabalho podemos citar, como mecanismo de preservação da lucratividade do capital, a terceirização como estratégia de diminuição dos custos de mão-de-obra, que na verdade expressa três objetivos básicos do capital, conforme enunciado por THOMAZ Jr. (1994):

- Econômico: Principalmente redução de custos;
- Organizacionais: Através do aumento da flexibilidade demandada pelo mercado consumidor;

- Políticos: Redefinição da atuação sindical no *chão da fábrica*, provocando o desmantelamento da organização sindical , com a extinção de setores e/ou departamentos inteiros. Mas isso ocorre também através da diminuição de postos de trabalho formais e de redução salarial, em que parte substancial dos trabalhadores são deslocados para categorias menores e desmobilizadas.

Assim, a precarização das relações de trabalho aponta para o aumento da informalidade no mercado de trabalho que, através da terceirização ou do trabalho domiciliar, atinge desigualmente os trabalhadores, quer adote-se como viés interpretativo a questão de gênero, étnica, quer diferenciações espaciais em diferentes escalas, como nos planos locais, nacionais ou internacionais.

Tal informalidade tem aspectos destrutivos importantes na organização dos trabalhadores, pois a estrutura sindical brasileira, de ampla aceitação pelos sindicalistas, prevê apenas a representação dos trabalhadores que estão inseridos no mercado formal, além do que a fragmentação categorial e territorial dos trabalhadores faz com que muitos trabalhadores deslocados de seus postos de trabalho original, tenham como representação sindicatos menores e desmobilizados.

Dessa forma, a materialidade e a subjetividade dos trabalhadores têm-se redefinido sob bases que implicam, por um lado, na precariedade material e de outro, seus órgãos de representação estão sob o fogo cruzado dos trabalhadores, que querem a satisfação imediata de suas demandas e da ideologia

neoliberal que prega a necessidade de se adaptarem aos novos tempos, vale dizer, consentimento e colaboração com as novas formas de gestão do trabalho.

Esses elementos consubstanciam-se enquanto determinações da configuração territorial, que mesmo sob o aspecto da luta de classes no plano simbólico, como no caso da comunicação sindical, implicam não só na capacidade do movimento sindical de ver atendidas suas demandas em termos de salários, emprego e condições de trabalho, como na própria redefinição de objetivos e perspectivas políticas que avancem para além do trabalho², constituindo-se o movimento sindical enquanto sujeito coletivo que influencia não somente o espaço restrito das relações de produção, mas também que atue na reconfiguração do território de forma mais ampla, como por exemplo nos movimentos de moradia urbana e de reforma agrária.

Tal processo de precarização ocorre em consonância com as transformações atuais do modo de produção capitalista, como reação dos capitalistas à crise do regime de acumulação fordista, e por conseguinte, da redução da taxa de lucro. Nesse quadro de crise estrutural do capitalismo, fomentaram-se metamorfoses no processo produtivo rompendo com a exclusividade do fordismo como paradigma produtivo, elevando o toyotismo como potencial substituto deste paradigma³.

² Este avanço significa sobretudo ao movimento sindical compreender-se como sujeito coletivo por dentro e por fora da órbita produtiva e a capacidade de incorporar lutas como a do meio ambiente, da moradia, reforma agrária, igualdade étnica e de gênero, além de outras, o que redefiniria e requalificaria também os movimentos sociais específicos destas lutas. Para mais detalhes ver BIHR (1997) e sobre a questão da luta pela terra no sindicalismo rural ver meu texto: CARVALHAL (1997).

³ Para mais detalhes ver GOUNET (1999)

As mudanças experimentadas pelo toyotismo caracterizam-se pela flexibilidade na produção, pois, neste caso, a produção é controlada pela demanda (*just-in-time* e *kanban*), o que requer para seu funcionamento, a polivalência do trabalhador e flexibilização dos direitos trabalhistas. Tais aspectos consubstanciam-se com novas formas de gestão da mão-de-obra que requerem a participação e o envolvimento dos trabalhadores (Círculos de Controle da Qualidade) de forma consensual, diminuindo, desta forma, as tensões classistas no processo produtivo, pois supostamente estaria incorporando nas relações de trabalho a dimensão “desalienante” do trabalho participativo, ou seja, a participação dos trabalhadores em algumas decisões sobre o processo produtivo no chão da fábrica estaria superando a clássica redução do trabalhador fordista a uma mera extensão da máquina, enfim o trabalho criativo estaria possibilitando a “humanização” do trabalho, segundo as concepções de muitos administradores⁴.

Se, por um lado, a participação dos trabalhadores no controle de qualidade e na gestão do processo produtivo poderia consubstanciar-se como elemento de desalienação em relação ao trabalho fordista, por outro, esta incorporação dos trabalhadores ao processo gerencial das empresas pode significar também a adesão destes trabalhadores ao capital, com aumento da clivagem entre trabalhadores de empregos estáveis e de boa remuneração, com os trabalhadores de empregos parcelizados e precariamente inseridos no mercado de trabalho. Derivam deste aumento da clivagem todas as conseqüências para o projeto político do operariado, ou seja, poderíamos ter um quadro em que as divisões entre os trabalhadores tornem difícil e mais complexa a unidade dos

⁴ Para mais detalhes ver GENNARI (1997) e ALVES (1998).

trabalhadores estáveis com os trabalhadores parcelizados/informais em torno de um projeto de superação do capital.

Assim, muitos autores apontam tendências de maior diversificação do proletariado, em que um núcleo reduzido numericamente de trabalhadores teriam emprego estável e boa remuneração, sendo trabalhadores de alta qualificação, em oposição a uma massa numerosa de proletários com baixa qualificação, ou até mesmo desqualificados, empregos precários e remunerações menores.

Em tal cenário, as dificuldades do movimento sindical em constituir-se enquanto sujeito coletivo da ação contra-hegemônica, estariam em sua própria concepção segmentada do mundo do trabalho, pois sendo organizador dos trabalhadores estáveis e formalizados, teria sua eficiência, enquanto sujeito coletivo, restrita a este núcleo e tal restrição, por outro lado, poderia atuar como segregacionista em relação a grande massa de trabalhadores precariamente empregados, fragmentando ainda mais os trabalhadores e a luta operária. O desafio, portanto, para a ação contra-hegemônica seria organizar coletivamente sujeitos distantes socialmente no processo produtivo, pois, ao privilegiarem somente os trabalhadores formais, os sindicatos estariam perdendo a centralidade enquanto agentes da luta anti-capitalista⁵.

As conjecturas apontadas revelam-se na contraditoriedade e conflitualidade interna do movimento sindical, ou seja, os caminhos a serem

⁵ Entre outros autores podemos citar HARVEY (1989) para uma análise mais detalhada sobre as mudanças no processo produtivo e a nova segmentação do trabalho, ver KATZ e COGGIOLA (1995). Para uma análise das estratégias dos capitalistas para a superação da crise do Capital, sob uma perspectiva classista e BIHR (1998) que além de uma análise das transformações atuais, procura compreender alguns desafios e as possíveis alternativas para o movimento operário.

seguidos dependerão do jogo de forças díspares dos líderes sindicais, e as posturas podem, nos extremos, ou seguir a alternativa de construção da solidariedade entre os mundos do trabalho, ou no outro extremo, favorecer o sectarismo da luta, com aumento do corporativismo ao defender somente os interesses dos trabalhadores com emprego estável⁶. Tal desafio coloca-se na própria estrutura sindical, que privilegia a organização por categoria profissional, desta forma eliminando a possibilidade de organizar os trabalhadores instáveis e mesmo trabalhadores estáveis numa base política mais ampla, conforme aponta BIHR:

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estrutura horizontal, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados (BIHR, 1998, p.101)

A hegemonia do modelo social-democrata nas organizações sindicais é um dos fatores que contribuem para que a organização dos trabalhadores não extrapole a fragmentação técnica do processo de trabalho, pois no processo de consolidação da hegemonia social-democrata no movimento sindical houve o progressivo abandono do projeto comunista, colocando no horizonte, como limite, uma sociedade de Estado fetichizado⁷, em que o Estado

⁶ Cabe lembrar que o corporativismo não se resume somente na clivagem entre trabalhadores estáveis/trabalhadores precarizados, já que mesmo entre os trabalhadores do setor formal ocorre uma fragmentação de dupla dimensão: territorial e categorial, para mais detalhes sobre as implicações desta dupla dimensão verificar THOMAZ Jr. (1996) e BOITO Jr. (1996), e sobre o sentido histórico da “aristocracia operária”, ver em HOBBSAWN (1988).

⁷ Em seu esforço de análise do modelo social-democrata do movimento operário, Alain Bihl atenta para o fetichismo do Estado como princípio paradigmático da organização e concepção do movimento operário, que em sua constituição reelaborou temas da ideologia burguesa: - o mito da objetivação histórica; - o mito do progresso; - o mito da classe; -o mito do partido; - o mito da revolução, para mais detalhes ver BIHR *op.cit.*

aparece para os trabalhadores como “além” da sociedade de classes, cabendo à luta operária o desafio de conquistar o poder de Estado para exercer sua hegemonia, com a peculiaridade de que tais lutas, pelas próprias concepções social-democratas devem estar condicionadas à legalidade.

Porém, não podemos negligenciar a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores, já que a confirmação da tendência de formação de um núcleo estável de trabalhadores implica na elevação deste núcleo a uma posição estratégica no processo de produção capitalista que não pode ser desprezado, podendo desdobrar-se em estratégia de resistência do proletariado, a depender obviamente da correlação de forças no movimento sindical e da disposição em resistir, condições que, conforme vimos, são insustentáveis num modelo sindical fragmentador e privilegiador da adaptação à ordem vigente. Portanto, impõe-se para o movimento sindical repensar seus paradigmas, o que para BIHR significa superar o modelo social-democrata, para uma efetiva identificação entre o operariado e o movimento sindical.

Portanto, não há como descartar *a priori* a resistência do proletariado, sabendo-se que isso irá depender da própria organização e da concepção que os movimentos organizativos dos trabalhadores terão sobre sua condição. Desta forma, as alternativas colocadas para o movimento sindical desdobram-se em sua radicalidade ou para a superação do capitalismo, ou para acomodação à ordem. Em ambos os extremos, a ação sindical, no contexto de outras lutas sociais, colocam-se enquanto portadores de ações territoriais, quer

para contestar a configuração territorial própria do capital, quer para legitimá-la, mesmo que em ambos os casos esta ação seja muitas vezes inconsciente⁸.

Enquanto portadora das concepções dos líderes sindicais, a comunicação sindical insere-se neste contexto como um instrumento importante para análise das discussões presentes no sindicalismo, como teremos oportunidade de verificar no capítulo seguinte, através do discurso externalizado pelos líderes, como também pela própria forma de organização da comunicação sindical, teremos condições de verificar algumas características do próprio sindicalismo e as reflexões (se existirem) sobre as recentes transformações no mundo do trabalho.

Desse modo, fica evidente para nós a necessidade de contextualizarmos de forma mais geral as lutas e desafios do sindicalismo brasileiro, principalmente pelo processo recente de reestruturação do capital e a discussão subjacente das diversas crises que “atravessam” o mundo do trabalho.

⁸ MOREIRA (1985) utiliza-se do conceito de contra-espço, como instrumento teórico-conceitual para a apreensão das lutas que envolvem a sociedade de classes como expressão das contradições da relação Capital x trabalho no plano territorial: *“Espço/contra-espço são as formas de estrutura espacial que exprimem as lutas respectivas das classes antagônicas e vão surgindo no interior dos seus embates. Mais que uma simples negação, contra-espço é negação afirmadora de uma ‘práxis’ transformadora”* (MOREIRA, 1985, p.18)

1.2 A crise e a nova ordem do capital

Em muitos autores podemos verificar a crise do trabalho enquanto desdobramento da ineficácia do movimento sindical em reagir satisfatoriamente às transformações do capitalismo, em outros, a crise é colocada no seio do desenvolvimento do capitalismo enquanto reação dos capitalistas à queda tendencial da taxa de lucro, que motivou a investidura do capital sobre a organização do trabalho, encontrando nas vicissitudes do movimento sindical, condições para confundi-lo e desmobilizá-lo.

A crise atual do sindicalismo é reflexo, portanto, de um lado, de uma crise estrutural do capitalismo, que, após a derrocada do Leste Europeu, teve condições de estender a agenda neoliberal para o mundo resultando, entre outros aspectos, na diminuição da rede de proteção social dos países da Europa ocidental e na investidura sobre a estabilidade dos empregos – através da flexibilização do processo produtivo, sob a égide do paradigma toyotista. De outro lado, a própria organização sindical dos trabalhadores propiciou a penetração profunda na subjetividade dos trabalhadores, ao perderem as condições de organizarem coletivamente um mundo do trabalho em crescente processo de fragmentação, heterogeneização e flexibilização, pois mantiveram-se (e ainda se mantêm) presos à lógica de organização corporativa e inspirados na possibilidade de participação na administração do Estado, através do pacto social-democrata.

O compromisso fordista, fundamento do pacto social-democrata, estabelecido logo após o final da Segunda Guerra Mundial previa, grosso modo, a

troca da resistência operária por ganhos salariais efetivos, ou seja, uma redivisão parcial dos ganhos de produtividade oriundos da aplicação do fordismo. Tal pacto deve ser compreendido no contexto histórico da luta de classes, em que burguesia e proletariado colocaram-se frente a frente pela própria lógica de desenvolvimento do capitalismo anterior a Segunda Guerra Mundial e o equilíbrio de forças resultantes das lutas operárias nas décadas de 30 e 40, nos países da Europa Ocidental.

De acordo com BIHR, podemos inferir que o compromisso fordista foi uma troca “vantajosa” para as duas classes e redefiniu durante as últimas décadas o desenvolvimento do capitalismo, permitindo a intensificação da acumulação:

Assim, se, de um lado, colocar em prática o modelo técnico-organizacional da acumulação intensiva supunha a aceitação pelo proletariado da dominação do capital sobre o processo de trabalho (e de maneira geral sobre toda a sociedade), inversamente a regulação desse mesmo regime de acumulação não só tornava possível, mas também necessária a satisfação de alguns de seus interesses mais imediatos: aqueles ligados precisamente à sua ‘seguridade social.’(BIHR, 1998, p. 43)

Assim, temos que a renúncia do movimento sindical, hegemonizado pelas tendências social-democratas, permitiu e parametrizou o desenvolvimento das forças produtivas durante as últimas décadas, e o fim desse ciclo levou também à crise dos paradigmas pactuantes do movimento sindical nos países desenvolvidos, com grandes repercussões no sindicalismo brasileiro.

Essa situação leva alguns pesquisadores a apontarem a crise vivenciada no mundo do trabalho, como sendo inexorável, questionando a resistência de alguns sindicatos, sobre algumas das mudanças “essenciais” para a continuidade da sociedade (flexibilidade das relações de trabalho, políticas, sociais compensatórias, desemprego como algo natural etc.). Porém, estas análises partem dos efeitos de uma crise mais profunda do capitalismo, para concluir que é necessário aos trabalhadores adaptarem-se à nova ordem, não esclarecendo que vivemos, como aponta COGGIOLA, numa crise estrutural do capitalismo:

A crise que afeta a economia mundial há mais de duas décadas tem por base a crise do capital, que possui características estruturais. Isso significa: 1) Que se trata de uma crise da relação social entre capitalistas e trabalhadores assalariados, personificada pelo capital, crise da realização da mais-valia (ou seja, da autovalorização do capital) que implica na queda tendencial da taxa de lucro do capital em seu conjunto. 2) Que não se trata de uma crise conjuntural ou cíclica, como aquelas que no pós-guerra foram chamadas de ‘recessões’ (1948-49, 1952-53, 1957-58, 1960-61, 1971-71), mas de uma crise que atinge limitações estruturais profundas do capitalismo na atual etapa histórica. (COGGIOLA, 1998, p. 2)

A crise estrutural vivenciada pelo capitalismo fez com que os capitalistas implementassem uma série de transformações visando reverter a tendência histórica de queda da taxa de lucro, implicando em inovações no processo produtivo, tendo como novo paradigma o modelo japonês e intensificando a imposição do ideário neoliberal para o conjunto da sociedade.

Essa mudança de paradigmas implica em conseqüências funestas para o sindicalismo, ainda em grande parte procurando adaptar-se ao paradigma fordista/taylorista.

Por outro lado, as transformações impõem a necessidade premente de elaborarmos interpretações que pressuponham a (re)territorialização dos fenômenos, já que implicam em redefinições de lugares cuja vantagem do ponto de vista capitalista são constantemente alteradas pelo “encurtamento” das distâncias.

Mais do que isso, a territorialização do embate capital x trabalho é constantemente redefinida pelas próprias interpretações que cada um faz de sua territorialidade e a apreensão que se faz desta territorialidade é reduzida muitas vezes à interpretação que a classe hegemônica realiza, ou seja, através da própria apreensão dos dominados legitima-se o território enquanto ente pretensamente neutro.

Ao elaborarem teoricamente a territorialidade presente, a partir das premissas que lhes permitam compreender a concretude territorial, como algo em construção, portanto histórica e social, os trabalhadores podem intervir de forma mais efetiva na organização espacial, tendo em vista suas necessidades e anseios.

Dessa forma, inclui-se no esforço de análise, o papel desempenhado pelos instrumentos desenvolvidos pelo movimento operário e sindical na tarefa de organizar coletivamente os trabalhadores para as disputas políticas. Um desses instrumentos, a comunicação sindical, além de meio difusor

de informações e opiniões, a imprensa sindical pode desempenhar o papel de organizador coletivo do movimento sindical, ou seja, aglutinar no projeto político do sindicato os trabalhadores convencidos da direção política assumida pelo dirigente sindical.

Nas entrevistas que realizamos com os dirigentes sindicais, notamos que a imprensa sindical de Presidente Prudente tem sido utilizada freqüentemente como veículo de propagação das realizações da diretoria do sindicato (sindicato dos Comerciários), porém também tem servido para trazer ao conhecimento dos trabalhadores questões que envolvem tanto lutas locais, como no embate direto com empresários, principalmente reivindicando cumprimento dos contratos coletivos (sindicato dos Químicos e Alcooleiros). Ainda que não tenhamos condições de estabelecer conclusões definitivas sobre o caráter da imprensa sindical em Presidente Prudente, podemos afirmar que um dos papéis que vem desempenhando, é o de garantir a legitimidade de atuação dos dirigentes sindicais, quer seja através de *marketing*, quer seja através da divulgação das lutas empreendidas pelo sindicato (no capítulo 3 nos deteremos na análise da imprensa dos sindicatos analisados).

Assim, temos o movimento sindical, enquanto sujeito coletivo, atuando nas redefinições territoriais, quer passiva ou ativamente, assumindo para os próprios trabalhadores funções políticas de todos os matizes, aproximando-se ora das concepções emancipatórias do movimento operário, ora transmutando-se noutros planos de identidades (étnicas, nacionais, sexistas, etc.). Dessa forma, é necessário compreender o movimento sindical enquanto agente territorial e a

comunicação sindical como instrumento estratégico dos dirigentes sindicais para fortalecerem-se na representação destes trabalhadores, o que implica para nós compreendê-la na sua totalidade como objeto de estudo da Geografia, alocando-se no plano simbólico da luta de classe e que portanto é compreensível em sua territorialidade ao estabelecer nexos e valores próprios ao sindicalismo, sem que com isso estejamos afirmando que necessariamente o movimento sindical atue contra-hegemonicamente.

Temos, então, no contexto atual, novas determinações do capitalismo que avançam para deterioração das relações de trabalho, num esforço dos capitalistas de manterem sua taxa de lucro e que, portanto, estão inseridas no bojo da consolidação do neoliberalismo como *corpus* teórico e ideológico da hegemonia capitalista, manifestando-se em aspectos pontuais, aparentemente desconectados entre si, mas que na verdade exprimem em sua particularidade, as transformações engendradas pelos capitalistas para manterem-se no domínio do processo produtivo e da reprodução social⁹. Dois aspectos assumem significado importante para nossa pesquisa por seus desdobramentos para o mundo do trabalho: a livre circulação do capital e a reestruturação produtiva, que buscaremos delinear alguns questionamentos nos itens seguintes.

⁹ A esse respeito ver: LESSA (1996) e MÉSZÁROS (1999).

1.2.1 A livre circulação do capital

No bojo dessas transformações, a livre circulação do capital apresenta-se como aspecto fundamental, com implicações diretas nas redefinições do conflito capital x trabalho, consubstanciadas no reordenamento territorial da sociedade capitalista. Isto implica principalmente na eliminação de barreiras à livre circulação do capital, permitindo às grandes empresas que se localizem ou se realoquem nos lugares onde lhes é mais rentável, ganhando um instrumento estratégico muito importante para a manutenção ou crescimento de sua taxa de lucro, com o achatamento salarial, conforme aponta CHESNAIS:

Ao lado dos oligopólios estabelecidos nas indústrias de alta tecnologia e nas grandes indústrias mecânicas, existem indústrias onde, ao contrário, a existência dos grupos repousa, de maneira imediata e quase exclusiva, em sua capacidade de tirar proveito da liberalização do comércio exterior e da telemática, a fim de se beneficiarem dos baixos custos salariais e da ausência de legislação social para “deslocalizar”. (CHESNAIS: 1996, 113)

Sob a perspectiva da luta de classe, o capital tem, através de políticas de redução/exterminio das barreiras alfandegárias, um mecanismo fundamental para derrotar os trabalhadores, pois num contexto de forte oligopolização da economia mundial, as estratégias das empresas são definidas onde as “facilidades” são maiores, lendo-se aí mão de obra qualificada ou semi-

qualificada de baixo preço, com sindicatos propensos à negociação com os capitalistas e um exército de reserva industrial que cada vez mais é de caráter amplificadoramente mundial.

Ou seja, o capitalista tem à sua disposição a possibilidade de se estabelecer, inclusive com ajuda dos Estados locais, em muitos lugares do mundo. Aproveitando-se dessas oportunidades, muitas empresas multinacionais, simplesmente transferem seus parques produtivos para regiões que apresentam baixos salários ou legislação ambiental e trabalhista menos restritiva.

Nesse contexto, a imprensa sindical é reveladora da disposição de alguns sindicalistas em colaborar com a estratégia capitalista ao fomentarem, através de seus jornais, as disputas por melhores condições para o estabelecimento de indústrias de grande porte, mobilizando-se inclusive para a atuação frente aos órgãos governamentais, no sentido de oferecerem subsídios fiscais e outros incentivos públicos; desta forma a imprensa sindical estaria sendo utilizada para legitimar junto aos trabalhadores de base, acordos envolvendo sindicalistas, empresários e representantes do Estado, cujo principal sentido é o rebaixamento de salários diretos e indiretos e evitar movimentos paretistas.

Essas redefinições do ordenamento territorial estão colocadas no movimento contraditório da sociedade, em que as transformações do capital estabelecem novas lógicas locacionais e buscam delimitar o campo de ação contestatória do movimento sindical, que por sua vez apresenta um conjunto diferenciado de alternativas que se apresentam nos extremos, ora como entidades de colaboração com o capital no adestramento da mão-de-obra, ora atuando na

tentativa de transformações estruturais no modo de produção capitalista rumo a uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS: 1999), em ambos os casos atuando no favorecimento ou na contestação do ordenamento territorial imposto pelo capital.

O modelo social-democrata, ao reduzir a luta operária à luta por melhorar o capitalismo e adotando a estratégia da luta emancipatória através da conquista do Estado, incapacitou o movimento sindical de englobar outras lutas que se situavam fora do trabalho, conforme aponta BIHR:

As lutas do proletariado estiveram, assim, isoladas das que se desenvolveram na mesma época, fora do trabalho e da produção, por iniciativa dos chamados ‘novos movimentos sociais’ – ecológicos, antinucleares, regionalistas, urbanos, feministas, etc. O que demonstrava, em última análise, a impregnação do quadro institucional e ideológico definido pelo compromisso fordista, no seio mesmo da conflitualidade proletária, que, no entanto, se encontrava em ruptura com esse quadro (BIHR, 1997, p. 64)

Assim, a imprensa sindical pode servir para ultrapassar os limites impostos pelo capital, servindo como meio articulador das diferentes estratégias adotadas pelos sindicatos locais e internacionais, mantendo-se, por exemplo, a par dos desafios colocados para o movimento sindical em termos nacionais, como atestam por exemplo a interlocução através da *internet* e a publicação no Brasil de uma revista, cuja proposta é justamente manter informado

o movimento sindical brasileiro sobre as estratégias de enfrentamento dos sindicatos de outros países, em relação sobretudo às empresas multinacionais¹⁰.

Se a imprensa pode ultrapassar os limites territoriais impostos pelo regramento jurídico ao movimento sindical, pode também servir de elo de ligação com outras organizações da sociedade civil, divulgando no cerne dos trabalhadores lutas ou questões que estão colocadas “fora” do mundo do trabalho, mesmo que isso não signifique necessariamente uma vinculação com as lutas para além do capital.

1.2.2 Reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva enquanto elemento primordial das novas formas de gestão do trabalho tem sido alardeada por todos os cantos como a grande transformação no processo produtivo neste final de século, com conseqüências funestas para o mundo do trabalho e seus órgãos de representação, estando, portanto, no cerne da atual crise dos sindicatos e do movimento operário em geral.

Constitui-se de novas formas de gestão do trabalho, bem como, através do incremento tecnológico, de novas formas de controle dos trabalhadores, apostando principalmente na possibilidade de contarem com a colaboração irrestrita dos trabalhadores, ”partilhando” com eles da própria gestão do processo produtivo, além da participação nos lucros.

¹⁰ Trata-se da revista INTERAÇÃO, publicada pelo TIE, sigla em inglês para *Transnationals Information Exchange* (Centro de Troca de Informações Transnacionais).

Nesse contexto, a tecnologia informacional vem sendo crescentemente utilizada como mecanismo de garantir maior produtividade do trabalho. No entanto, se atentarmos para a tecnologia, enquanto relação social, é possível constatar as determinantes do processo de inovação tecnológica, nas relações próprias do modo de produção capitalista, ou seja, esta inovação subordina-se à lógica da concorrência sendo impulsionada pela exploração com o objetivo de elevar a taxa de mais-valia e o controle do processo de trabalho pelo capital.

Ao ignorar a distinção entre inovação tecnológica e acumulação capitalista, podemos apreender equivocadamente o processo de renovação técnica, ou seja, fetichizar a tecnologia, como se ela só fosse possível obedecendo às determinações do capital, conforme podemos observar na afirmação de KATZ (1995: 13): “... a existência do capital não é uma condição indispensável para o progresso tecnológico por uma simples razão: a valorização e a inovação conformam processos completamente distintos.” A inovação, portanto, estando vinculada às melhorias técnicas do processo de trabalho, que sob a lógica do capital, baseada na acumulação de mais-valia e reprodução ampliada, adquire a forma fetichizada de entidade autônoma e inexoravelmente vinculada ao aumento do desemprego (o chamado desemprego tecnológico). Isso evidentemente é muito apropriado para os mecanismos de controle social do capital e para elevação do patamar produtivo independente da adoção de tecnologia no processo produtivo¹¹

¹¹ Sobre as recentes inovações tecnológicas e seus efeitos sobre o movimento sindical ver sobretudo KATZ e COGGIOLA (1995); para mais detalhes sobre a tecnologia como paradigma produtivo e portanto servindo ao Capital como meta a ser alcançada pelos trabalhadores, ver THOMAZ Jr. (1996)

e o capital uma relação social baseada na acumulação de mais-valia, através da expropriação do trabalho não-remunerado.

Como lembrado por COGGIOLA, “*Considerar as novas tecnologias como determinantes, independentes do desenvolvimento (e da mudança) histórico-social, significa render-se diante da mais velha e abstrata mistificação ideológica do modo de produção capitalista, o ‘fetichismo do capital’* (1995: 121), onde todo trabalho aparece para o operário como tendo sido realizado pelo capital, levando-nos a considerar o atual período como um período de máxima criatividade do capitalismo, não como um período de intensificação da superexploração da classe operária, exemplificada pelo aumento da precarização das relações de trabalho, exploração da mão-de-obra infantil e morte por estafa, por exemplo. Obviamente que a exploração do trabalho, embora de difícil medição, tem taxas diferenciadas em relação às divisões internas dos trabalhadores, quando por exemplo, adotamos a perspectiva de gênero, em que as mulheres têm sofrido maior precarização em relação aos homens.

A esse respeito, BRAGA sinaliza algumas preocupações, como a adoção do economicismo como um traço permanente nas discussões sobre as transformações atuais, sem que se considere:

...a ideologia do progresso técnico, isto é, a crença em que o desenvolvimento autônomo (portanto, não subordinado à complexa vigência das múltiplas contradições do real) das forças produtivas encerre as potencialidades últimas de resolução das crises e impasses históricos

gestados pelo movimento das estruturas do capital. (BRAGA, 1996, p.55).

O autor se põe, então, a rebater as teses que se ocupam da crise da sociedade do trabalho, nas quais a classe operária e juntamente o próprio conceito de trabalho, estariam tendo questionada sua centralidade, por tendências empíricas, que dizem respeito às transformações na esfera do trabalho e tendências teóricas na qual ele já não aparece mais como o principal tema das pesquisas sociológicas.

Nesse processo, a automatização revela-se particularmente importante, pois muitas interpretações correntes acabam por considerar a revolução técnico-científica como provocadora da automatização, no entanto ao considerarmos como instrumento da luta de classes, teremos condições de interpretá-la tendo em vista que esse processo não é resultado de uma revolução tecnológica *per si*, mas sobretudo significa a tentativa de superação da crise estrutural do capital, através do aumento da composição orgânica do capital, e conseqüente aumento da taxa de mais-valia.

Dessa forma, novos desafios são lançados e nem sempre essas inovações são percebidas pelos próprios trabalhadores como mecanismos para aumentar a exploração do trabalho, já que assumem muitas vezes posições que vão do desânimo, diante da “inexorabilidade” da automatização, da parafernália tecnológica e conseqüente desemprego, até a defesa irrestrita do processo em pauta, como apregoada por muitas lideranças sindicais do autodenominado sindicalismo de resultados¹².

¹² Para mais detalhes ver COSTA 1995, GIANNOTTI 1994

Portanto, as condições objetivas da precarização das relações de trabalho devem ser buscadas na crise vivenciada pelo modo de produção capitalista e não nos efeitos que ela causa, já que antes de tudo, é a busca incessante pela ampliação da mais-valia expropriada dos trabalhadores que motivou os capitalistas a implementarem uma série de mudanças no processo produtivo que, se por um lado aumenta a produtividade do trabalho, por outro intensifica sua exploração.

No entanto, é necessário para a análise das transformações contemporâneas do capitalismo não nos limitarmos às alterações no processo produtivo, mas sim contextualizá-las no conjunto mais amplo das relações sociais de produção, em que o conflito de classes é um dos definidores das estratégias adotadas pelo capitalismo.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas consideradas como *determinantes* e exclusivas revestem-se da mais velha mistificação ideológica do capital: o fetichismo do capital, que se manifesta, precisamente como se a existência do trabalhador só fosse possível pela boa vontade do capital, através da separação do trabalhador e do produto do seu trabalho.

Por conta disso, muitas lideranças sindicais enfocam a problemática da automação do processo produtivo, ou seja, sob o viés apropriado ao capitalismo de adequar-se à inexorabilidade do processo de automação, excludente de grandes contingentes de trabalhadores.

As inovações tecnológicas são um bom exemplo de como a partir das estratégias adotadas pela burguesia para vencer o movimento sindical e

a classe operária, são realizadas alterações no processo produtivo no sentido de eliminar focos potenciais de resistência coletiva, conforme aponta GENNARI:

A história dos processos de reestruturação dos ambientes produtivos, de fato, mostra que a introdução das novas tecnologias intensifica-se na medida em que o capital percebe a necessidade de eliminar dos locais de trabalho aqueles que são conhecidos como gargalos de produção. Trata-se de postos cuja paralisação pode levar ao estrangulamento do processo de trabalho ou, simplesmente, de setores onde a realização das tarefas cria, involuntariamente, as condições básicas que podem levar ao desenvolvimento de formas de resistência coletivas. (GENNARI, 1997, p.4)

Porém, paradoxalmente, a automação pode tornar mais vulneráveis os capitalistas já que transferem para os trabalhadores muitas responsabilidades para a continuidade do processo produtivo. Torna-se essencial para o capitalista manter sua hegemonia sobre o processo produtivo, principalmente através de novas formas de gestão do trabalho, em que a participação do trabalhador é essencial para o autocontrole. Esse é, aliás, o sentido das novas formas organizativas, sendo que contraditoriamente, a própria automação contribui decisivamente para este controle.

Juntamente com o fetiche tecnológico, outro mito bastante difundido é o do trabalhador polivalente, cujo resultado mais preciso é de um lado, o aumento da jornada de trabalho e de outro, a legitimidade desta superexploração do trabalho pela identificação dos interesses da empresa com os do trabalhador:

Se tivéssemos que descrever em poucas palavras o perfil de um trabalhador polivalente diríamos que ele não passa de um pau pra toda obra que diante do aumento do desemprego e da ameaça constante que traz à manutenção de suas condições de vida percebe uma sensação de alívio ao aderir, ora ativa ora passivamente, aos objetivos e aos limites impostos pela lógica das mudanças no interior do sistema capitalista. (GENNARI, 1997, p.41).

O aumento da exploração do trabalho permanece, portanto, como variável de ajuste da acumulação capitalista, pois apesar de o desenvolvimento de novas tecnologias permitirem a diminuição significativa do tempo de trabalho socialmente necessário, essa diminuição da jornada sob a lógica capitalista ganha formas de precarização das relações de trabalho, na verdade, a utopia do fim do trabalho(ou pelo menos diminuição significativa), como afirma BIHR (1998), sob o capitalismo passa a ser privilégio de poucos trabalhadores.

Dessa forma, o capital permanece na prerrogativa de ampliar o leque de profissionais capacitados, ao induzir o Estado e a sociedade a investirem nos programas de qualificação e requalificação profissionais, ampliando em alguns setores o exército industrial de reserva com qualificações para desempenhar as novas funções exigidas pelo capital, o que melhora, para o capitalista, as condições de negociação da força de trabalho.

Com a polivalência e o mito da produtividade, o capital insere no ideário dos trabalhadores, a sensação de estarem sendo valorizados, enquanto sujeitos importantes para a sustentação das empresas e acaba provocando uma forte divisão entre os trabalhadores, entre os “privilegiados” do setor formal e os

“excluídos” da oportunidade de serem explorados, ou seja, aqueles que ingressam na informalidade. Esse processo amplia as clivagens existentes na classe trabalhadora ao inserir uma pequena parcela no emprego formal, estável e de remuneração razoável e excluindo amplo número de trabalhadores sujeitos ao emprego temporário, informal ou miséria absoluta.

No bojo da constituição de novos paradigmas produtivos, cuja inserção é ampliada do chão da fábrica para o conjunto da sociedade, a terceirização surge como instrumento estratégico para derrotar os trabalhadores e reduzir os investimentos em capital fixo. Aproveitando-se do modelo fragmentado de representação sindical, os capitalistas, através das empresas terceirizadas, pulverizam a ação sindical e exploram a ideologia do pequeno produtor, arraigada em amplos setores da classe trabalhadora e com isso submetendo ex-funcionários a executarem amplas jornadas de trabalho para cumprirem os contratos firmados com a grande empresa.

Conforme já delineado acima, como feição atual do fetiche, está na ordem do dia o determinismo tecnológico que sugere a inevitabilidade do fim do operariado e da luta de classe, em face das transformações advindas com a reestruturação produtiva.

Um dos desdobramentos desta lógica está na aceitação do desemprego estrutural como consequência dos rearranjos do capital, inevitável, segundo posições assumidas pelo próprio Estado brasileiro. Porém, revendo essa posição, recolocando o conceito do exército industrial de reserva como variável de ajuste do processo de acumulação capitalista, é possível vislumbrarmos a lógica

do processo de precarização do trabalho e exclusão social, como derivadas da luta de classe e não do efeito aparentemente neutro da inovação tecnológica.

De fato, como lembrado por MENELEU, o aumento do desemprego foi uma maneira muito eficiente de reduzir a força da classe operária. *“Foi uma crise no capitalismo, que repôs o exército industrial de reserva e permitiu aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante”* (1996, p.78).

É, portanto, a fragilização do trabalho organizado e a consolidação de um mercado de trabalho flexível que se tornaram preconditionantes para a elevação da lucratividade por meio da intensificação do trabalho vivo.

Retomando o papel estratégico desempenhado pelo desemprego no processo de acumulação capitalista significa, sobretudo, considerarmos que em situações de desemprego moderado ocorrem dificuldades para as empresas promoverem a intensificação do trabalho e a redução dos salários reais, contrariamente numa situação de desemprego crescente a situação inverte-se. Portanto o exército industrial de reserva em sua expansão torna-se a base de fragilização dos sindicatos e da introdução da ideologia da cooperação e da “inexorabilidade” da dominação tecnológica e também para alguns, a inevitabilidade do fim do operariado e a decretação do fim da história¹³.

Todas essas transformações, de forma bastante genérica delineadas acima, são impostas aos trabalhadores e à sociedade em geral, com um

¹³ Sobre as diversas “teses” do fim do operariado e de sua centralidade política ver sobretudo GORZ(1982), OFFE (1991), LOJKINE (1990).

discurso eminentemente liberal de anti-estatismo, convencendo amplos setores da sociedade da necessidade de reestruturar o Estado para tornar as empresas mais competitivas num mundo onde as fronteiras políticas correspondem cada vez menos às fronteiras econômicas.

O Estado, conforme os preceitos neoliberais, deve apresentar-se desprovido dos mecanismos de proteção social, pois isso acarretaria desequilíbrios no balanço de pagamento dos governos, cuja forma tradicional de equilíbrio seria a criação/manutenção de diversos impostos para sustentar políticas sociais. Além disso, para que o país tenha condições de participar do “mundo global” de forma competitiva, é exigido que diminua ou mesmo extermine as barreiras comerciais, deixando cada vez mais livre o capital industrial para escolher os melhores lugares, do ponto de vista de sua rentabilidade, sendo que o capital financeiro já atua de forma globalizada à velocidade das transmissões via satélite.

Além disso conforme nos aponta BIANCHI:

Para aplicar os planos de ajuste neoliberais é preciso eliminar o poder reivindicativo dos sindicatos e a resistência destes à corrosão dos salários, ao aumento da produtividade, ao desemprego e ao sucateamento da rede estatal de serviços públicos. (BIANCHI, 1997, p.116)

Ilustrativo nesse caso são os acontecimentos desdobrados das greves dos mineiros no começo da década de 80, durante o governo Thatcher, na Grã-Bretanha e da greve dos petroleiros durante o governo FHC, em 1995, com participação direta do exército, como nos tempos da ditadura militar.

Buscamos resgatar até o momento algumas das recentes transformações que, de uma forma mais geral, dizem respeito ao modo de

produção capitalista e desdobram-se em redefinições no mundo do trabalho, atingindo não somente a materialidade da classe trabalhadora, mas também sua própria subjetividade. Nesse sentido, como pondera ANTUNES, a forma mais perversa de capitulação dos sindicatos é o de debaterem nos limites restritos da agenda e do ideário neoliberal¹⁴.

Em seguida, delinearemos alguns aspectos da organização e da ação sindical em vista das transformações contemporâneas, tanto em relação à reestruturação produtiva, quanto em relação à ofensiva ideológica do neoliberalismo.

¹⁴ Para mais detalhes ver: ANTUNES (1995)

Capítulo 2

O sindicalismo e a crise do trabalho

A estrutura sindical pode ser entendida como a forma de organização dos sindicatos, tanto em termos de funcionamento interno de cada sindicato, como no relacionamento do sindicato com outros e com os trabalhadores, inclusive de outras categorias, além disso, a forma como os sindicatos se estruturam, revela elementos ideológicos que permitem identificar o posicionamento político dos sindicalistas responsáveis pela manutenção da estrutura sindical.

A configuração da estrutura sindical, longe de ser um mero aspecto técnico-organizacional do movimento sindical, possui elementos que se desdobram para o plano da ação sindical, em que, portanto, a estrutura sindical sendo ideologicamente formulada tem uma atuação que se coloca enquanto mediação do conflito capital x trabalho, no plano organizacional do proletariado, ora na contribuição para os capitalistas, ora fazendo avançar para a compreensibilidade dos trabalhadores do conflito de classes existente.

É no momento de constituição da economia capitalista no Brasil, durante o período getulista, que temos a consolidação da legislação trabalhista,

que regulamenta a atividade, existência e organização dos sindicatos, tornando-os, então, entidades mediadoras entre o trabalho e o capital e entre o trabalho e o Estado. Tudo em concomitância às necessidades de acumulação do capital, como assevera MARTINS “...através da legislação sindical (...) o Estado condiciona o funcionário ou o burocrata sindical adequado ou necessário às condições objetivas da sociedade capitalista” (MARTINS, 1989, p.185)

A estrutura sindical no Brasil, a partir da ditadura Vargas, tem-se caracterizado pela investitura do Estado sobre a organização e conseqüentemente sobre a ação sindical, impedindo em diversos momentos históricos, a inserção dos sindicatos como atores sociais e políticos, representativos da classe trabalhadora.

Dessa forma, a intervenção nos sindicatos praticada pelo Estado durante a ditadura militar, nada mais expressou do que um dos efeitos permitidos pela estrutura sindical brasileira, pois logrou-se com este mecanismo manter afastadas dos aparelhos sindicais lideranças que veiculavam propostas de superação desta estrutura sindical. No entanto quando da irrupção dos movimentos grevistas no final da década de 1970, o caráter anti-regime e antigoverno significou uma resposta ao modelo opressor de gestão dos sindicatos, não se traduzindo, porém, em ações que buscassem a ruptura da estrutura sindical que *facilitasse* tal opressão.

Neste contexto, a imprensa sindical refletia o cenário de controle e imposição por parte do Estado nas entidades sindicais.

Uma questão importante que se coloca para o movimento operário é o da solidariedade de classe, entendido como mecanismo de contraposição à ideologia burguesa, cuja expressão no modelo de estrutura sindical vigente no país caracteriza-se pela segmentação da representação sindical, corporificada através do enquadramento jurídico, definido pela CLT, ou seja, cabe ao Estado definir como a classe trabalhadora deve ser dividida (organizada) e não é dado a esta o direito de organizar-se conforme seus interesses, incluindo a possibilidade de não se segmentar, não se dividir.

Tal segmentação, por sua vez, encontra ressonância na prática sindical corporativa que abrange os sindicatos. Não obstante as tentativas de superação, como a formação da CUT em 1983, reunindo diversos segmentos sindicais, tendo como um de seus objetivos a unidade de classe, mas frustrado, porém, no processo de institucionalização e burocratização da Central, no decorrer da década de 80, o sindicalismo não logrou efetivar-se “fora” dos parâmetros legais definidos pelo Estado.

Tem-se, então, o abandono da luta pela unidade (entre outros abandonos) para um pragmatismo que colocou praticamente todo o movimento sindical cutista numa condição defensiva e conservadora frente à unificação orgânica das diferentes categorias de trabalhadores.

Considerando-se a heterogeneidade de concepções e ações no movimento sindical brasileiro em um momento histórico de forte ofensiva ideológica do capital, tem-se que os antagonismos presentes no seio do sindicalismo são elementos primordiais para sua compreensão em conjunto com o

entendimento de que é um movimento social cuja singularidade está na existência de todo um regramento jurídico, que prevê desde a criação dos sindicatos até a sua organização interna, definindo, dessa forma, os limites da ação sindical, em especial, as implicações das limitações na territorialidade do conflito capital x trabalho.

2.1 Sindicalismo de Estado: permanência ou superação?

A questão posta revela-se de particular importância ao ensejar as alternativas que se colocam para o movimento sindical, transmutando-se no plano da ação sindical, já que a vinculação formal dos sindicatos com o Estado, como tivemos oportunidade de verificar anteriormente, implica numa delimitação *a priori* do campo conflitivo; assim posto, podemos constatar as mediações que se estabelecem entre as diversas concepções políticas, enquanto tentativas de superação do chamado sindicalismo de Estado, como condição intrínseca ao desenvolvimento de forças combativas, ou através de sua manutenção, pois não teria importância na operacionalidade das lutas trabalhistas.

Apesar dos importantes avanços durante a década de 80, rumo a maior independência dos sindicatos em relação ao Estado, cujo projeto de maior envergadura consolidou-se com a constituição da Central Única dos

Trabalhadores (CUT), os sindicatos não lograram a superação da estrutura sindical herdada do período getulista, como meta ou projeto político.

As inúmeras características do sindicalismo brasileiro ganham maior relevância neste momento em que novos desafios são colocados, sem que se tenha superado velhos obstáculos à inserção dos sindicatos como integradores do coletivo de trabalhadores¹⁵.

A estrutura sindical corporativa obstaculiza a participação coletiva dos trabalhadores e inibe a luta por melhores condições de trabalho, pois fragmenta a ação sindical, restringindo-a às categorias representadas pelo sindicato, não ampliando essas lutas mesmo quando a demanda é ampliada pelos trabalhadores, como no caso das campanhas salariais, ou da reforma previdenciária, por exemplo. Exceto algumas raras exceções, as ações sindicais no Brasil têm revelado explicitamente o caráter corporativo dos sindicatos, que juntamente com a estratégia adotada pelo governo de distribuir as datas-bases de diversas categorias ao longo do ano, fragmenta a ação sindical, de acordo com o que nos alerta BOITO Jr. :

A estrutura e seus efeitos são dotados de uma elasticidade relativa, eles estreitam ou ampliam os limites dentro dos quais podem agir os sindicalistas de acordo com as circunstâncias históricas. Mas esses limites nunca

¹⁵ Entre as características do sindicalismo que refletem a estrutura sindical atrelada ao Estado e que segundo muitos autores impedem o avanço de maior autonomia dos sindicatos em relação ao Estado, destacam-se o presidencialismo, o cupulismo, a burocratização, corporativismo, o assistencialismo, a unicidade e a fragmentação territorial. A literatura sobre o assunto é extensa e abrange autores de diversos matizes políticos, além de discussões fomentadas no interior do sindicalismo, principalmente na Central Única dos Trabalhadores, entre as obras que consultamos ressaltamos: MARTINS (1989), BOITO Jr (1991), COMIN (1995), THOMAZ Jr (1996)

rompem a barreira que é imposta pela própria lógica da estrutura: se é o Estado que outorga a representação sindical, é ele que, obrigatoriamente, regula-a. (BOITO Jr., 1991, 40)

O apego à legalidade faz com que muitas lideranças sindicais incorporem nos sindicatos diversos aspectos da concepção organizacional das empresas, já que assim como elas, os sindicatos estão obrigados a manter uma estrutura burocrática para satisfação dos preceitos legais¹⁶, dessa forma impõem na organização dos sindicatos a racionalidade capitalista, hierarquizando os cargos e juntamente com a estrutura corporativa fazendo com que boa parte dos recursos financeiros sejam destinados à aquisição patrimonial ou ao custeio burocrático.

A estrutura sindical ao ser definida pela outorga do Estado, cria o vínculo que permite o controle da burguesia, através do Estado, pois a própria sobrevivência financeira do sindicato é determinada pela contribuição compulsória, que só pode ser cobrada, quando o sindicato está legalizado, não precisando ser necessariamente legitimado pelos trabalhadores, portanto a burguesia, através do Estado pode inviabilizar a existência de determinado sindicato, ou dificultar-lhe a ação, tornando-o ilegal e não lhe imputa o direito de arrecadar a contribuição voluntária.

¹⁶ Neste caso é importante lembrar o trabalho de Liliane SEGNINI (1988) em que estuda a influência da concepção organizacional dos bancos nos sindicatos de bancários, neste caso a semelhança não se deve somente às mesmas necessidades legais, mas sobretudo pela inculcação nos líderes sindicais das concepções presentes nos locais de trabalho, o que de certa forma é um fato freqüente não só nos sindicatos de bancários, mas de forma generalizada em todos os sindicatos, embora não existam ainda estudos mais amplos sobre essa questão.

Tal contexto favorece a existência de sindicalistas que se mantêm apegados à máquina sindical, já que por um lado estimula a cobiça desses sindicalistas pela possibilidade de gestar recursos significativos e de outro, com a possibilidade aberta pela compulsoriedade da contribuição dos sindicalistas manterem-se “afastados” dos trabalhadores da base, como demonstram diversos líderes sindicais da década de 70 e de muitos outros que ainda se mantêm configurados no que a literatura consagrou como pelegos.

Embora a intervenção direta nos recursos financeiros dos sindicatos tenha sido uma prática muito freqüente no período da ditadura militar, em que os recursos deveriam ser previamente analisados e aprovados pelo Ministério do Trabalho, tendo atualmente maior liberdade de ação e de utilização dos recursos arrecadados, ainda assim esse mecanismo de controle é eficaz, já que boa parte dos sindicatos no Brasil dependem das contribuições compulsórias, não superando de forma generalizada, o movimento sindical a outorga do Estado para manterem-se organizados.

É necessário destacar que o controle financeiro pelo Estado pode ser minimizado, quando as lideranças sindicais logram organizar os sindicatos de tal forma que sua arrecadação seja autônoma e independente da contribuição compulsória, através da associação voluntária dos trabalhadores, como demonstraram os sindicatos de funcionários públicos.

Atualmente tramita no Congresso Nacional projeto de reforma da legislação trabalhista que, entre outras coisas, prevê a extinção da contribuição compulsória, o que tem suscitado diversos debates no movimento sindical entre

aqueles favoráveis à extinção argumentando que dessa forma os sindicatos seriam obrigados a buscarem sua legitimidade nos trabalhadores da base, rompendo assim, mesmo que parcialmente, com o atrelamento ao Estado, e de outro lado aqueles que prevêem com a extinção da contribuição compulsória o extermínio de muitos sindicatos¹⁷.

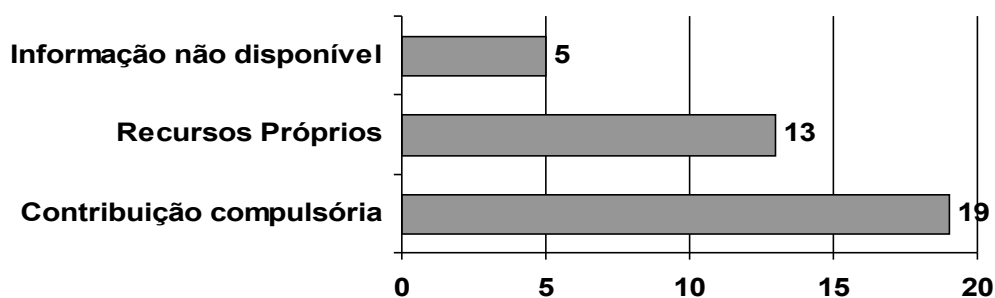
No âmago desta discussão está a questão da autonomia do movimento sindical e a sobrevivência de sindicatos pequenos, muitos deles criados a partir de “rachas” de outros sindicatos, criando-se novos sindicatos que ou abarcam categorias diferenciadas do sindicato original, ou desmembram-se territorialmente. Esta possibilidade é aberta tendo-se apenas como prerrogativa do sucesso a aceitação por parte do poder judiciário do registro do novo sindicato, sem necessariamente haver legitimidade junto aos trabalhadores, desta forma evidencia-se o atrelamento que o movimento sindical ainda mantém em relação ao Estado.

Conforme tivemos oportunidade de verificar na pesquisa que realizamos sobre os sindicatos de Presidente Prudente, a possível extinção da contribuição compulsória trará para maior parte das entidades sindicais muitas dificuldades para manterem-se financeiramente, pois a contribuição compulsória corresponde para estes sindicatos, entre 50% a 100% da arrecadação total, conforme expresso no gráfico 1.

¹⁷ Para contextualização dos trâmites jurídicos ver a Consolidação das Leis do Trabalho e publicações da Ltr

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

**Gráfico 1- Principal fonte de recursos dos Sindicatos
Presidente Prudente - 1999**

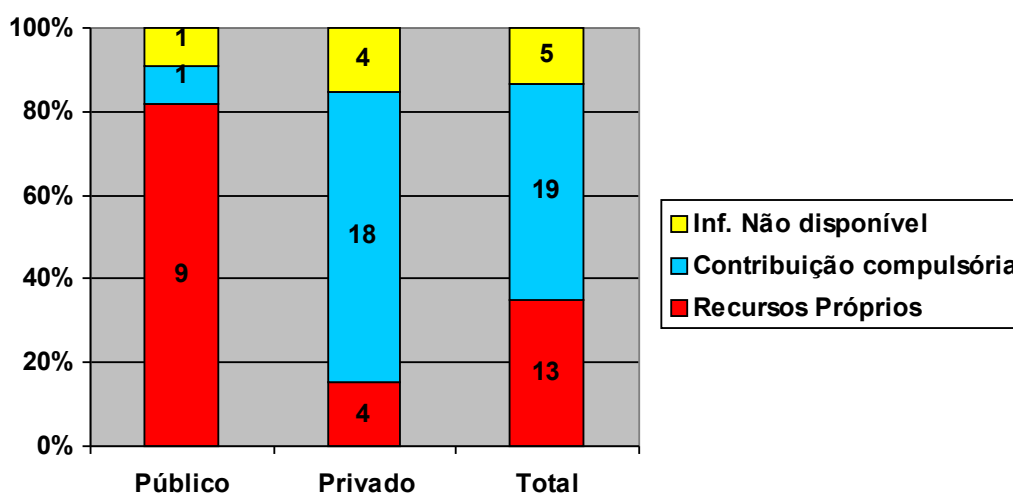


Assim, somente 13 entidades sindicais (cerca de 35% dos sindicatos) de Presidente Prudente conseguem manter-se com recursos próprios, provenientes principalmente das mensalidades voluntárias e cerca de metade (51%) terá muitas dificuldades para manter-se, pois dependem em muitos casos somente da contribuição compulsória, havendo em alguns casos despesas fixas com aluguel que contribuiriam para inviabilizar o funcionamento dos sindicatos, como ocorre com sete dos dezenove sindicatos que dependem da contribuição compulsória, ou aproximadamente 37%.

Um das evidências da análise dos dados coletados em Presidente Prudente está em que a maioria dos sindicatos do serviço público mantem-se com a arrecadação voluntária, conforme demonstra o gráfico 2. Talvez um dos aspectos que ajudem a compreender tal fato é que a legislação trabalhista não regulamentava o sindicalismo dos servidores públicos e os sindicalistas

desenvolveram a capacidade de se manter autonomamente, inicialmente como Associação de Servidores, posteriormente organizando-se em sindicatos¹⁸. Dos 11 sindicatos ligados ao serviço público em Presidente Prudente, somente um sindicato teve seu reconhecimento anterior ao período de emergência do “novo sindicalismo”: o sindicato dos Ferroviários, reconhecido oficialmente no ano de 1974¹⁹.

Gráfico 2
Principal fonte de Recursos, conforme Vinculação ao
Serviço Público.
Presidente Prudente - 1999



Fonte: Pesquisa de campo, 1999

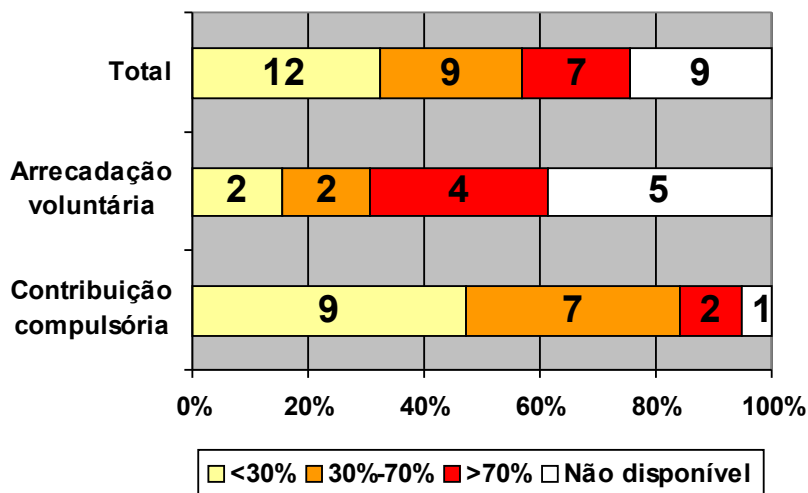
¹⁸ Como sindicato de serviço público incluímos os sindicatos de servidores da administração direta e indireta, nas três esferas: municipal, estadual e federal; inclusive autarquia e empresas públicas como a Companhia de Desenvolvimento de Presidente Prudente (Prudenco) e SABESP, por exemplo.

¹⁹ É preciso lembrar que embora a legislação trabalhista não previsse inicialmente a organização dos servidores públicos em sindicatos, havia tolerância para organizações do tipo associação de servidores, que posteriormente foram o embrião da formação dos sindicatos, em nossa pesquisa utilizamos a data de reconhecimento oficial ou da formalização de organização regional destes sindicatos, pois muitos deles são sindicatos de abrangência estadual.

Portanto, há um quadro em que a maior parte dos sindicatos depende dos recursos provenientes da contribuição compulsória, cuja extinção está sendo gestada pelo Estado brasileiro, colocando em risco a sobrevivência de diversas entidades, mas fundamentalmente acirrando as discussões sobre a autonomia do movimento sindical. Ou seja, ao colocar em evidência a possibilidade de extinção de inúmeros sindicatos, o fim da contribuição compulsória significaria também que os sindicalistas, para manterem o funcionamento das entidades sindicais, como ocorre atualmente, necessitariam arrecadar recursos diretamente dos trabalhadores, vale dizer, precisariam dispor de legitimidade junto aos trabalhadores. Coloca-se, portanto, para muitas categorias, a construção da legitimidade do sindicato para com os seus representados.

Através dos dados de Presidente Prudente (Gráfico 3), podemos inferir que o maior número de entidades sindicais que se mantêm principalmente com recursos provenientes da contribuição compulsória, são entidades que não logram pela alta sindicalização dos trabalhadores, por motivos que não temos condições de ponderar, mas, enfim, isso significa também que ao se manterem com baixa taxa de sindicalização, não obtiveram êxito, ou não se esforçaram, para constituírem-se independentemente da contribuição compulsória e terão, caso seja extinta tal contribuição, que buscar com os trabalhadores, a legitimidade necessária para a arrecadação voluntária dos trabalhadores.

**Gráfico 3 -Principal instrumento de arrecadação e taxa de sindicalização
Presidente Prudente - 1999**



Fonte: Pesquisa de campo, 1999

Observação: Os dados não disponíveis sobre o principal instrumento de arrecadação dos sindicatos não aparecem na figura, porém estão incorporados na coluna “Total”.

A questão da contribuição compulsória ganhou contornos nítidos de diferenciação de postura política das centrais sindicais na elaboração da Constituição de 1988 e atualmente tem se demonstrado um “divisor de águas” na política das Centrais, opondo de um lado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), favorável à extinção da contribuição compulsória e do outro lado as demais Centrais contrárias à extinção (Força Sindical, Confederação Geral dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores, União Sindical Independente e Central Sindical dos Trabalhadores na Indústria). Embora estas divisões estejam presentes também no interior da própria CUT, como atestam os “rachas” internos que afloram nas discussões dos Congressos e Plenárias da CUT, decidimos colocá-la em oposição às demais centrais, pois a CUT é a única Central que tem sindicalistas favoráveis à extinção da contribuição compulsória.

A postura da CUT parte do pressuposto de que a contribuição compulsória é um dos principais instrumentos de intervenção do Estado na organização sindical e que a compulsoriedade da contribuição favorece a manutenção de sindicalistas sem comprometimento com os trabalhadores. As demais centrais argumentam que o fim da contribuição compulsória significaria a extinção de muitos sindicatos que têm servido aos trabalhadores das mais diversas formas, principalmente de forma assistencialista. O que se evidencia é que há forte resistência de muitos sindicalistas em abrirem mão de algumas prerrogativas da estrutura sindical forjada no período do Estado Novo, e a contribuição compulsória é uma delas.

Em Presidente Prudente, conforme exposto No Quadro 4, verificamos que há afinidade entre o discurso das lideranças da CUT com a participação dos recursos provenientes de contribuição voluntária nas entidades sindicais filiadas. Dos treze sindicatos que se apresentam com a maior parte de seus recursos proveniente da contribuição voluntária, dez deles são filiados à CUT, o que demonstra que, nesse sentido, o esforço das lideranças da CUT em caminhar para uma certa autonomia do movimento sindical logrou êxito, ao menos nos sindicatos filiados à Central em Presidente Prudente.

Quadro 4 – Principal instrumento de arrecadação e filiação à Central

Sindical

Presidente Prudente – 1999

	CUT	FS	USI	CSTI	CGT	CeGT	NF	ND	Total
Contribuição Compulsória	3	3	1	1	0	1	10	0	19
Arrecadação Voluntária	10	0	0	0	1	0	2	0	13
Não Disponível	1	2	0	0	0	0	1	1	5
Total	14	5	1	1	1	1	13	1	37

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

*Obs: CUT – Central Única dos Trabalhadores; FS – Força Sindical; USI – União Sindical Independente; CSTI – Central Sindical Trabalhadores Independentes; CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores; CeGT – Central Geral dos Trabalhadores; NF – Não Filiado; ND – Não Disponível.

Portanto, ao pressupormos a extinção da contribuição compulsória, verificamos que há um quadro de precarização das entidades sindicais em se manterem com as mensalidades provenientes voluntariamente dos trabalhadores; no caso específico de Presidente Prudente, a maioria dos sindicatos que dependem da contribuição compulsória, possuem baixa taxa de sindicalização, o que agrava o quadro de precarização se extinta for a contribuição compulsória, mas também revela o distanciamento que estas entidades mantêm em relação aos trabalhadores ao negligenciarem a possibilidade de uma relativa autonomização do movimento sindical através da arrecadação voluntária.

Existe, também, a prerrogativa por parte do Estado, de delimitar territorialmente a atuação de cada sindicato, além de determinar a representação

categorial de cada sindicato, coexistindo a fragmentação territorial com a fragmentação categorial, previamente definidas pelo Estado, sendo freqüente a existência numa mesma empresa de diversos sindicatos (muitos dos quais com posicionamentos políticos antagônicos) e cada categoria tendo data-base diferente, dificultando ações coletivas dos trabalhadores.

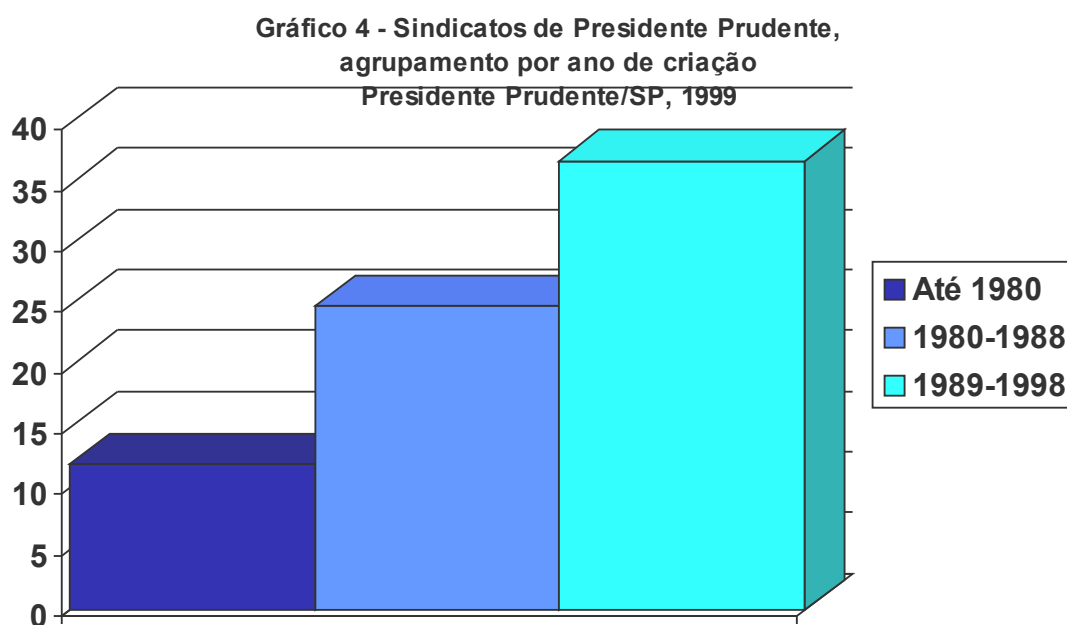
A fragmentação territorial aludida consiste na delimitação legal de atuação de cada sindicato, com base nos limites municipais, embora a própria legislação garanta a união destes sindicatos em Federações estaduais e Confederações nacionais, não há identificação das estratégias de luta de sindicatos que apesar de fronteiriços, não apresentam muitas vezes orientações políticas convergentes.

A unicidade sindical e a contribuição compulsória coadunam-se enquanto componentes que permitem a atual configuração territorial e categorial dos sindicatos no Brasil, ou seja, a contribuição compulsória, ao desobrigar os sindicalistas de buscarem nos trabalhadores da base a fonte de sustentação financeira, permitiu a criação e a manutenção de uma multiplicidade muito grande de entidades sindicais que combinadas à unicidade sindical fortaleceram a fragmentação dos sindicatos.

Podemos afirmar, então, que a territorialização permitida pela contribuição compulsória é a da fragmentação territorial dos sindicatos, com implicações importantes nas estratégias de enfrentamento entre capital x trabalho, como veremos mais adiante.

Embora a contribuição compulsória e a unicidade sindical estejam presentes na estrutura sindical desde a Consolidação das Leis do Trabalho em 1937, foi principalmente a partir da década de 80 com a redemocratização do país e a nova constituição de 1988 que houve um aumento considerável no número de entidades sindicais, conforme podemos observar na criação dos sindicatos de Presidente Prudente, esboçado na Gráfico 4.

Fonte: Pesquisa de campo, 1999



Embora não haja condições de fazermos uma generalização direta do quadro encontrado em Presidente Prudente com o restante do país, pois isso envolve outras questões como o quadro regional de desenvolvimento econômico, social e político, acreditamos que oferece condições de ilustrar as tendências que invariavelmente englobam a criação de sindicatos, mesmo por que não há dados precisos sobre a criação de sindicatos em todo o país.

A crescente criação de sindicatos após a ditadura militar pode ser resultante da pressão a que estava submetido o movimento sindical em seu desenvolvimento, obviamente que essa pressão, ao eclodir na criação de novos sindicatos, efetivou-se nos parâmetros do sindicalismo de Estado, ou seja, fragmentando categorial e territorialmente o movimento sindical. Também pode-se argüir que esta expansão deve-se ao crescimento econômico, inclusive com a descentralização industrial das últimas duas décadas; no entanto, deve-se atentar para a origem dos sindicatos se provenientes de “rachas” na categoria ou territoriais, para podermos ser conclusivos. De qualquer forma, a expansão dos sindicatos não logrou efetivar-se num quadro de maior autonomia sindical, embora num cenário de controle mais mediatizado do Estado, ou seja, num ambiente de maior liberdade, mesmo a CUT, que surgiu como uma excrescência da estrutura sindical oficial e brandindo o discurso da autonomia sindical, ainda se mantém graças à contribuição de entidades sindicais oficiais, ou seja, embora a Central não pertença a esta estrutura sindical oficial, os sindicatos filiados a ela encontram-se no quadro desta estrutura, revelando ainda a herança cultural e ideológica do apego ao sindicalismo oficial.

O que resulta é a expansão de entidades sindicais, que embora fragmentadas categorial e territorialmente, encontram-se mais presentes nos quadros políticos, econômicos e sociais, tanto a nível regional quanto nacional, o que efetivamente não significa necessariamente que estejam todas articuladas na constituição de contra-hegemonias, pois os sindicatos constituídos possuem em sua diversidade tendências políticas que nos extremos apontam para organização e

concepção política próximas do movimento operário, ora apresentam-se enquanto recriação do peleguismo das décadas anteriores, sob argumentos pretensamente liberais, como do sindicalismo de resultados da Força Sindical.

Foi no contexto de formulação da Constituição de 1988, que as questões sobre a legislação trabalhista e mais precisamente sobre a organização sindical opuseram claramente dois projetos antagônicos de movimento sindical, colocando de um lado a CGT (Central Geral de Trabalhadores), que era favorável a manutenção da unicidade e da contribuição compulsória e de outro a CUT (Central Única dos Trabalhadores), contrária a esta manutenção, saindo vitoriosa a posição conservadora da CGT²⁰.

O fato de estar aprisionado às dimensões territoriais pré-determinadas pela divisão político-administrativo, impõe aos sindicatos um grande desafio, pois ao capital, conforme já dissemos, cada vez mais tem sido suprimidas as barreiras político-administrativas, em termos mundiais, sendo que há muito tempo as divisões municipais deixaram de ser empecilho para o seu livre deslocamento²¹.

Dessa forma, cada sindicato tem sua atuação restringida pelas determinações jurídicas, o que vale dizer, oriundas do Estado, cujas implicações

²⁰ Em nossa pesquisa de iniciação científica, financiada pelo CNPq, “Contribuição para a leitura geográfica do movimento sindical em Presidente Prudente, a partir da Imprensa operária” tivemos oportunidade de detalhar algumas questões presentes na Constituição de 1988, sobretudo em relação aos jornais sindicais existentes à época em Presidente Prudente, que foram alvo de nossa análise, desta forma o Jornal da Apeoesp (sindicato estadual filiado à CUT) apresentou posições contrárias ao caráter conservador da Constituição em relação à organização sindical, em concordância com as posições assumidas pela CUT, enquanto o outro jornal analisado - Boletim do Sindiálcool (sindicato àquela época não filiado à qualquer Central sindical), não apresentou nenhum posicionamento sobre as discussões da organização sindical na Assembléia Nacional Constituinte.

²¹ Sobre essa questão ver LIPIETZ (1988), CHESNAIS (1996) e BENKO (1991)

sobre a ação sindical envolvem a limitação na abrangência categorial e territorial, numa aproximação da máxima do imperialismo “dividir para dominar”; e as dificuldades para a organização autônoma dos trabalhadores, que ultrapasse as formas jurídicas prescritas pelo Estado²².

Outro aspecto da organização dos sindicatos é a sua crescente burocratização, entendida como uma crescente institucionalização em que cada vez mais os sindicalistas objetivam manter-se na liderança sindical como um fim em si mesmo, abortando-se a perspectiva classista de emancipação dos trabalhadores. Dessa forma, muitos sindicatos atuam como repartições públicas colaborando com o Estado para manter a ordem, sendo exemplos vivos dos períodos de intervenção autoritária sobre os sindicatos.

Esse posicionamento encontra legitimidade no seio dos trabalhadores, já que durante a ditadura militar, os sindicatos tiveram atuação preponderantemente assistencialista, nos moldes definidos pelo Estado, que dessa forma manteve restrito à alocação de recursos para a mobilização e de outro diminuiu a pressão por serviços públicos de saúde.

Outro efeito importante da estrutura sindical oficial é o presidencialismo, ou seja, o encastelamento de dirigentes sindicais na cúpula dos sindicatos, não permitindo ou não fomentando o surgimento de novas lideranças. Há, através desta prática, um distanciamento entre as demandas efetivas dos trabalhadores da base e as definições dos líderes sindicais, reproduzindo-se no

²² Ao considerarmos os sindicatos enquanto órgãos de representação classista temos então a exata dimensão do que significa esta interferência do Estado na organização sindical, ou seja, estas limitações em concomitância com outras limitações legais e as limitações provenientes da própria formação política dos trabalhadores delimitam de forma restritiva o campo de atuação sindical à agenda capitalista.

plano sindical a concepção burguesa de divisão do trabalho, em que os trabalhadores trabalham e os líderes cuidam de seus interesses.

O corporativismo clássico dos sindicatos, defendendo cada qual sua categoria, ganhou na década de noventa, contornos inovadores, através das políticas de participação nas câmaras setoriais, onde são discutidas políticas de incremento econômico no setor em que estão vinculados, com negociações entre empresários, governo e representantes dos trabalhadores, cada qual barganhando para sua categoria, num sentimento de parceria e colaboração²³.

Através dessa lógica corporativa, cada sindicato é levado a propor alternativas que assegurem emprego, salários e condições de trabalho para sua categoria, muitas vezes posicionando-se contrariamente a sindicatos de outros setores, delimitando a atuação dos sindicatos num campo de disputas internas, sem questionamento da ordem capitalista, conforme BOITO Jr:

Num plano mais geral, instaurou-se, hoje, no Brasil, uma luta mais ou menos velada entre os sindicatos, de diferentes categorias ou de uma mesma categoria, por verbas públicas para sua empresa ou setor, e por investimentos privados, para sua categoria ou base territorial. (BOITO Jr., 1996, p.97)

Embora as disputas internas do sindicalismo aparentem estar relacionadas aos efeitos da estrutura sindical, na verdade tais disputas inserem-se num plano mais amplo da luta de classes, enquanto disputas intra-trabalho, que

²³ Neste sentido, a literatura sobre a participação das centrais sindicais nas negociações tripartites têm demonstrado o debate intenso que envolve de forma mais ampla a questão da participação dos sindicatos na administração estatal, para mais detalhes sobre a discussão recente da participação de sindicalista na concertação social ver ARBIX (1996), THOMAZ Jr. (1996), BOITO Jr. (1996), BIHR (1998), além de vários documentos produzidos pela Central Única dos Trabalhadores, especialmente para as teses e resoluções das Plenárias e Congressos Nacionais dos últimos anos.

nos extremos colocam-se ora como entidades de colaboração com o capital no disciplinamento da força de trabalho, e desta forma mantendo-se enquanto um dos elementos da afirmação da configuração territorial hegemônica pelo capital, e de outro o esforço de alguns sindicalistas de promoverem a identificação entre o movimento sindical e movimento operário, que traz em si a potencialidade de construção do contra-espço (MOREIRA: 1985).

Temos, então, um quadro em que disputas intensas são realizadas no interior do sindicalismo, em que projetos políticos antagônicos buscam fortalecer-se com a conquista de hegemonia sobre sindicatos oficiais e a manutenção/conquista de representatividade²⁴, através da expansão/fracionamento da base territorial ou categorial.

Portanto, é necessário termos claro que os sindicatos expressam as contradições da sociedade, estando neles inseridos atores sociais que se destacam quer na defesa da ideologia burguesa, quer na busca da superação da sociedade capitalista, sendo que o ordenamento territorial imposto pelo capital pode ser contestado pelos setores mais combativos e organizados do movimento sindical.

Dessa forma, alguns autores recolocam a necessidade de atentar-se para as mistificações ideológicas, principalmente quando apresentam a possibilidade de coexistência pacífica de dois atores intrinsecamente contraditórios:

²⁴ Conforme já tivemos oportunidade de anunciar a representatividade muitas vezes não tem o mesmo significado de legitimidade, no caso específico de muitas disputas por entidades sindicais a representatividade significa sobretudo quantidade de trabalhadores, que em última análise traduz-se em maiores verbas.

Na medida em que o antigo inimigo de classe tende a assumir a feição de parceiro e a ação sindical é levada apenas de fora para dentro dos locais de trabalho, o movimento, além de não conseguir identificar as contradições e os pontos fracos na aparente solidez e invencibilidade das novas formas de gestão de recursos humanos, deixa que as empresas ocupem em seu lugar vastos espaços de ação política. (GENNARI, 1997, p. 78)

A estrutura sindical brasileira, portanto, não permite grandes avanços rumo à superação da ordem estabelecida, pois conforme já salientamos, ela é parte constituinte do Estado, além disso as deficiências teóricas de muitos líderes sindicais, mesmo nos setores mais combativos, levam a interpretações que limitam a ação sindical, aos limites da legalidade, condição suficiente para que o movimento sindical não se identifique com o movimento operário.

Assim, se a compreensão sobre o sindicalismo é a compreensão favorável ao capital, ou seja, de identificação corporativa, a imprensa sindical está moldada hegemonicamente como uma imprensa parametrizada pela ideologia burguesa, pela própria ausência de compreensão da imprensa como instrumento estratégico na luta de classes, esse parece ser o quadro também em relação à compreensão que os sindicalistas têm sobre sua especialização, conforme tivemos oportunidade de estabelecer algumas questões na Introdução deste texto.

2.2 A ofensiva neoliberal

Através do exposto nos parágrafos anteriores, é possível verificarmos que muito do que se convencionou chamar de crise dos sindicatos, situa-se na órbita da crise de acumulação do modo de produção capitalista, cuja consubstanciação em termos práticos coaduna-se com a elaboração teórica do neoliberalismo, já que se desloca do plano da luta de classes, para a crise do regime de acumulação. Se assim fosse, bastaria substituir o modelo fordista por um novo modelo - toyotismo, modelo sueco, etc. - e decretar o fim da história (FUKUYAMA, 1992) ou o fim do trabalho (GORZ, 1982). De todo modo, põe-se em questão, uma leitura crítica do processo vivenciado pelos capitalistas na condição histórica de diminuição constante da taxa de lucro.

Assim sendo, só é possível compreendermos a atual “crise nos sindicatos”, se nos desvencilharmos do terreno estreito da seara econômica, avançando para a necessária compreensão do papel exercido pela ofensiva ideológica burguesa sobre o movimento organizado dos trabalhadores, assumindo nuances político-ideológicas, atingindo sua subjetividade, mas também com a intervenção direta nas condições materiais de existência do trabalhador. Obviamente que essa ofensiva produziu ressonância nos trabalhadores e no movimento sindical, através da aceitação dos ditames neoliberais, promovendo a expansão dessa ideologia para outros setores do movimento sindical (são os exemplos de algumas centrais sindicais, sobretudo a Força Sindical), e aproveitando-se das hesitações e lacunas teóricas existentes nos setores mais combativos do sindicalismo brasileiro²⁵.

²⁵ A evolução recente do sindicalismo brasileiro tem despertado a atenção de muitos autores, sobretudo para os aspectos da participação política destes novos atores sociais, e das disputas internas principalmente com o advento das Centrais sindicais, cabe-nos destacar as

É importante destacar que a ideologia neoliberal tem-se constituído, com eficiência, em instrumento de unificação da burguesia, no Brasil, destacadamente com a eleição de Collor, em 1989, que a despeito das divergências internas do bloco no poder que levaram à destituição do presidente responsável pela implantação da pauta neoliberal no país, reconstituíram-se as frações do bloco no poder, acrescidas agora pela direitização em todo espectro político dos partidos nacionalmente expressivos, casos do Partido da Social-Democracia Brasileira (aliado ao Partido da Frente Liberal) e do Partido dos Trabalhadores, que teve esvaziado seu papel na resistência à ofensiva neoliberal²⁶.

Mas existe, também, uma aceitação por parte das classes populares de alguns aspectos da ideologia neoliberal, que permitem o enraizamento destas propostas, embora apresentem-se lesivas aos trabalhadores, como por exemplo o antiestatismo apresentado em embalagem popular e a desigualdade entre os trabalhadores veiculados pela grande imprensa através do nivelamento por baixo, apresentando os direitos sociais como privilégios. Essas desigualdades existiam antes da ofensiva neoliberal, foi a conjuntura dos anos 90 que lhes conferiu uma função política nova, jogando setores da classe trabalhadora contra outros²⁷.

Retomando algumas questões sobre a estrutura sindical, nos preocuparemos com a vinculação dessa ofensiva neoliberal com o modelo de organização dos sindicatos no Brasil, e suas repercussões nas entidades sindicais

seguintes obras BOITO Jr. (1996), ANTUNES (1991), ANTUNES (1993), COSTA (1995) E GIANNOTTI (1994).

²⁶ Para mais detalhes ver KATZ e COGGIOLA (1995) e BOITO Jr. (1996)

²⁷ Para uma análise sobre a clivagem sócio-econômico-política dos trabalhadores ver (HOBSBANW: 1987), sobretudo os capítulos 12, 13 e 14 que tratam mais especificamente da “aristocracia operária” e BIHR (1998)

sediadas em Presidente Prudente, que se consubstanciam na crise de representatividade dos sindicatos, explicitadas pela imprensa sindical.

A despeito das transformações ocorridas no movimento sindical durante a década de 80, não se logrou a superação da estrutura sindical oficial e, por conseguinte, a constatação de que o peleguismo que grassa com vitalidade no meio sindical, não passa de uma obviedade, já que até mesmo os setores mais combativos do movimento sindical, enraizados no “novo sindicalismo”, que se expressam primordialmente na Central Única dos Trabalhadores (CUT), não transformaram a luta reivindicativa do plano econômico, numa luta pela unidade e autonomia operária. Esses setores mantiveram-se, hegemonicamente, nas raias da luta dentro da ordem e não contra a ordem, ou seja, por dentro do regramento jurídico-sindical imposto pelo Estado, porém aceito pelo movimento sindical²⁸.

Essa constatação se revela de particular importância quando vislumbramos, a partir do início da década de 90, o surgimento em cena da Força Sindical (FS), cuja proposta é tornar-se uma alternativa à CUT e ao PT, promovendo o chamado *sindicalismo de resultados*, que entre outras coisas, apresenta-se favorável às negociações diretas patrão-empregado, sem a intermediação do governo, sendo que estas negociações devem ser realizadas preferencialmente fábrica por fábrica. O significado do surgimento da Força Sindical deve ser buscado na necessidade de reformulação da direita sindical, no sentido de oferecerem aos empresários confiança no movimento sindical para obstaculizar o avanço da esquerda no movimento sindical, materializados na

²⁸ Para uma análise mais apurada sobre os movimentos mais recentes no interior da direção cutista, ver BOITO Jr. (1996)

Central Única dos Trabalhadores. O discurso de seus líderes revela a preocupação em atacar a CUT e o PT e promover a restauração do peleguismo em bases neoliberais, os recursos financeiros recebidos pela FS dos empresários, através da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e o espaço conquistado na mídia demonstram o apoio recebido da classe burguesa, culminando com a indicação de Antônio Rogério Magri (um dos principais líderes da FS) para o Ministério do Trabalho do governo de Fernando Collor, além do apoio de Medeiros para candidatos como Paulo Maluf²⁹

Temos, então, atualmente o enfrentamento de uma central apoiada pelos empresários com uma central combativa no plano reivindicativo, que no decorrer da década de 90 polarizam o espectro político sindical. Esta disputa, longe de se localizar unicamente nas cúpulas das centrais, enraíza-se nos sindicatos, e apesar da polarização ideológica das duas centrais, as disputas situam-se enquanto meras lutas para conquista de cúpulas sindicais sem um comprometimento mais efetivo dos trabalhadores da base nas discussões, permanecendo alheios aos embates encarniçados das cúpulas dirigentes.

Justifica-se, desta forma, contextualizarmos o surgimento e consolidação das centrais sindicais em face de sua participação crescentemente mais ativa no cenário político nacional, principalmente tendo em vista o processo de hegemonização neoliberal em curso no Brasil.

Se no início da década de 80, a pressão do movimento popular se fez sentir no plano de ação da recém-criada Central Única dos Trabalhadores

²⁹ Para mais detalhes sobre a trajetória dos líderes da Força Sindical, ver GIANNOTTI (1994), sobre a Força Sindical ver COSTA (1995)

(CUT), com um programa de ataque, no final da década, em face de novas conjunturas, necessitou-se a elaboração de uma tática defensiva. Nesse processo de revisão de táticas, a corrente Articulação Sindical (Artsind) implantou uma nova estratégia sindical que faz importantes concessões à ideologia e política neoliberal³⁰.

A ascensão de Fernando Collor à presidência da República significou, entre outras coisas, a possibilidade para a burguesia de construção de uma nova hegemonia pautada nos preceitos neoliberais e desta forma fazia-se necessária uma adaptação do movimento sindical à nova conjuntura, que se pode traduzir como um recuo tático, conforme observa BOITO Jr.: *“E nesse recuo o sindicalismo deveria procurar ampliar suas alianças, explorando as contradições que viessem a surgir no seio das classes dominantes”* (BOITO Jr., 1996, p. 91). Ao contrário, a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical passou a defender o sindicalismo propositivo, com conseqüências funestas para todo o movimento sindical.

Esse quadro de redefinições políticas do movimento sindical no Brasil aponta para um caráter defensivo das ações sindicais, bloqueando o caminho construído durante a década de 80 cuja perspectiva indicava a construção de um lado, de um pacto societário muito próximo ao pacto social-democrata da Europa Ocidental, e de outro, o crescimento em setores do sindicalismo brasileiro de correntes de esquerda vinculadas às estratégias de construção de projeto anticapitalista, conforme aponta ANTUNES:

³⁰ Ver BOITO Jr. (1996)

Essa nova realidade arrefeceu e *tornou mais defensivo o novo sindicalismo*, que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da *nova direita*, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical (central sindical criada em 1991) é o melhor exemplo. E, de outro, diante da inflexão que vem ocorrendo no interior da CUT, inspirada pela Articulação Sindical, que cada vez mais se aproxima dos modelos do sindicalismo europeu social-democrata. Tudo isso vem dificultando enormemente o avanço qualitativo da CUT, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do *novo sindicalismo*, para um momento superior, de *elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente*, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende a nossa classe trabalhadora (ANTUNES: 1999, 240, grifo do autor)

Em Presidente Prudente, conforme pudemos constatar nas entrevistas realizadas, os sindicalistas têm como perspectivas de ação sindical a luta pela manutenção das conquistas trabalhistas efetivadas durante o florescimento do novo sindicalismo na década de 1980, conquistas estas que, como já frisamos, pautavam-se no modelo social-democrata europeu, cujo quadro actual no Brasil é incompleto, ou seja, apesar de ter caminhado no contrafluxo das tendências do sindicalismo europeu durante a década de 1980 e conquistado várias vitórias, os trabalhadores do Brasil ainda se encontravam longe das condições adquiridas pelo proletariado da Europa Ocidental.

O caráter defensivista presente no sindicalismo brasileiro pode ser parcialmente demonstrado nas respostas que os sindicalistas entrevistados forneceram quando lhes foi perguntado sobre as lutas mais importantes dos sindicatos atualmente, de acordo com o que está expresso no Quadro 5.

Quadro 5 – Lutas mais importantes do sindicato atualmente.

Presidente Prudente/SP

Sindicatos	Respostas
STIAC	É a manutenção dos empregos
SSM	Solucionar o pagamento de salários atrasados Lutar para a redução da jornada de trabalho da categoria Estatuto do Magistério e regulamentação das funções
SINTCON	Buscar a manutenção dos direitos trabalhistas. Atualmente o aumento salarial está em Segundo plano, mas não deixamos de lutar por aumento. A inflação está baixa, mas é preciso estar atento para evitar defasagem salarial
SEEB	É a manutenção dos direitos conquistados
Sindiálcool	É a manutenção do emprego
APEOESP	Antes eram as diversas conquistas sociais, hoje é a manutenção destas conquistas
SEC	É a manutenção do emprego, dos direitos conquistados e em nosso caso particular também lutar contra o trabalho aos domingos.

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

Como podemos observar, somente no sindicato dos Servidores Municipais encontramos uma resposta que não se refira à manutenção ou dos direitos ou do emprego, parece-nos que neste sindicato a proposta de ação sindical parece pautar-se ainda na busca de conquistas para os trabalhadores, principalmente no tocante a alguns direitos conquistados em outras categorias de

servidores públicos, como por exemplo a instituição de um estatuto para o servidor público municipal.

Nos outros sindicatos pesquisados, invariavelmente a resposta foi a da luta pela manutenção ou defesa de direitos trabalhistas conquistados, como no caso do SEC em que demonstram preocupação com a possibilidade de regulamentação e liberalização do trabalho nos finais de semana.

A esse defensivismo juntou-se uma nova postura no sindicalismo cutista em relação ao posicionamento favorável às câmaras setoriais, exemplos concretos do neocorporativismo legitimador da ideologia e política neoliberal, afastando qualquer possibilidade de unificação orgânica das diversas categorias de trabalhadores, conforme atesta ANTUNES:.

Na Central Única dos Trabalhadores os desafios são de grande envergadura. Desenvolve-se, em seu núcleo dominante, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro da ordem. A defesa da política de “parceira”, das negociações com o patronato, das câmaras setoriais, da participação conjunta entre capital e trabalho, com vistas ao “crescimento do país”, tudo isso estrutura-se de acordo com o projeto e com a prática sindical social-democrata, do que vem resultando inclusive numa diminuição crescente da vontade política de romper com os elementos persistentes da estrutura sindical atrelada ao Estado e sua conseqüente relativa adaptação a essa estrutura sindical de cúpula, institucionalizada e burocratizada, que caracterizou o sindicalismo brasileiro no pós-30.

Os resultados dessa postura sindical não têm sido nada animadores: quanto mais se participa dentro da Ordem, menos se consegue preservar os interesses do mundo do trabalho (ANTUNES:1999, 241-grifo do autor)

A participação do movimento sindical nos pactos sociais significa a unificação das metas das empresas às metas dos trabalhadores, cabendo aos sindicatos o papel de reivindicar menos para não prejudicar a competitividade das empresas, dessa forma, para o Capital melhor do que acabar com os sindicatos é transformá-los em escolas de neoliberalismo³¹.

Chegamos ao ponto em que necessariamente temos de realizar a articulação entre o papel desempenhado pela estrutura sindical oficial, ao obstaculizar os avanços do movimento operário, com a ofensiva desencadeada pelo Capital internacional contra os sindicatos, capitaneada pelo próprio governo brasileiro. Só a partir do entendimento do atrelamento inequívoco dos sindicatos aos aparelhos de Estado³², é que se torna possível vislumbrarmos a facilidade e rapidez com que saindo de uma posição bastante favorável - para os movimentos sociais de uma forma geral - e quase conquistando a presidência da república em 1989, assistimos ao processo de fragilização do movimento operário e mais especificamente do “novo sindicalismo” na década de 90.

O movimento sindical combativo não logrou, ou não buscou, como vimos, superar o atrelamento dos sindicatos aos aparelhos de Estado, como

³¹ Faço referência aqui à Lênin, para quem o objetivo dos sindicatos é justamente funcionarem como escolas de socialismo

³² Para mais detalhes sobre esta questão, ver: BOITO Jr. (1991).

em parte decorrente da fragilidade das posições acerca da autonomia do movimento sindical e da acomodação dos líderes sindicais à ordem vigente.

Um sindicalismo que não dependa do reconhecimento oficial do Estado para manter-se financeiramente, que esteja livre da tarefa assistencialista e do corporativismo imposto pelo Capital (através da legislação trabalhista), obviamente terá maiores condições de desenvolver práticas e concepções que atuem em contraposição à hegemonia delineada pelo Capital para o conjunto da sociedade, e a imprensa sindical poderá ser organizada de forma a garantir, através da contra-formação/informação, a organização dos trabalhadores em torno deste objetivo.

Mas, o que ocorre no sindicalismo brasileiro, é que a estrutura sindical favorece a desarticulação de qualquer iniciativa direcionada para a autonomia operária. Por conta disso, que no processo histórico de constituição da CUT, a posição de manter a luta imediata no plano da conquista de entidades sindicais oficiais, significou o abandono efetivo da luta contra a ordem e o atrelamento desta Central (constituída inicialmente a mercê da estrutura oficial) à lógica de funcionamento das entidades sindicais oficiais³³.

Além disso, procuramos evidenciar alguns aspectos relacionados ao processo de reestruturação produtiva e hegemonização neoliberal e seus impactos sobre a organização e a subjetividade dos trabalhadores. As novas demandas e problemáticas suscitadas com as novas tecnologias e sistema flexível

³³ COMIN realiza alguns apontamentos sobre a estrutura da CUT, onde chegue a afirmar que é uma Central “gigante com pés de barro” já que toda a organização e estruturação da CUT está baseada na estrutura sindical oficial com seu sistema de contribuição compulsória.

de produção, que desdobram, por um lado, à precarização das condições formais de emprego e, de outro, à busca, por parte das empresas, da cooperação dos trabalhadores, juntamente com as propostas do governo brasileiro de extinguir a contribuição sindical obrigatória, são exemplos das questões colocadas ao movimento operário que contribuem significativamente para a crise de representatividade e identidade dos sindicatos e dos trabalhadores de forma geral.

O privilegiamento das transformações econômicas no capitalismo como responsáveis pelo refluxo do movimento operário, aliado à incapacidade de compreensão, da amplitude e dimensão das transformações do modo capitalista de produção por parte do sindicalismo, transformam-se em importantes barreiras para compreensão das múltiplas processualidades envolvendo o mundo do trabalho.

Portanto, coloca-se enquanto necessidade premente para compreensão destas múltiplas processualidades do mundo do trabalho, uma abordagem que contemple a dinâmica política e social associada às transformações econômicas, pois conforme COGGIOLA argumenta:

A crise sindical, que os dirigentes vivem como um terremoto não decorre de uma mudança tecnológica (ou sociológica, decorrente daquela), mas da própria crise do capitalismo, que leva a exigir às direções sindicais que levem até o fim seu papel de disciplinadores do movimento operário diante da ofensiva do Capital. (COGGIOLA, 1995, p.165)

Assim, se levarmos em consideração a hegemonia da ideologia burguesa no seio da classe trabalhadora, é possível vislumbrarmos a articulação das necessidades do capitalismo em crise com o controle do movimento sindical. É, então, fundamental para a análise desta crise, as relações políticas do sindicalismo e seu relacionamento com outras classes sociais e no interior do próprio sindicalismo, as disputas políticas.

Portanto, trata-se de rever alguns posicionamentos sobre a crise sindical, e procurar situá-la no bojo da consolidação da estrutura sindical em coadunação com a própria manutenção de práticas sindicais dos dirigentes, que se conformam nas dificuldades de elaboração de projetos políticos dos sindicalistas para a superação da crise.

Pois, apesar dos limites da estrutura sindical para a construção autônoma do projeto político dos trabalhadores, é necessário compreender que o elemento que coloca em movimento o aparelho sindical é o dirigente sindical, e que, portanto, encerra-se na relação dialética dirigente-estrutura-trabalhadores a chave para compreensão das dificuldades de superação da crise sindical, e as alternativas que busquem tal superação também estão aí presentes.

2.3 Organização sindical de base e a trama societária

Pelo que expusemos até o momento, fica clara a necessidade de aprofundarmos algumas questões acerca da relação entre sindicato e sociedade, para contribuir em nossa compreensão das atuais configurações territoriais do

movimento sindical e para tanto privilegiaremos a análise da organização sindical de base como elemento fundamental na evidenciação da relação trabalho-território-sociedade.

Por organização sindical de base compreendemos a forma como os sindicatos estão dispostos em sua estrutura administrativa e territorial, no que se refere ao relacionamento com os trabalhadores da base, que por sua vez transmuta-se no plano da ação sindical ao favorecer ou obstaculizar determinadas ações. Não podemos incorrer no equívoco de acreditar que somente a organização sindical de base seja delimitadora do campo da ação sindical, mas revela em sua disposição a própria concepção que os sindicalistas têm de sindicato e por consequência sua própria concepção de mundo.

O que é preciso esclarecer é que os dirigentes sindicais e os trabalhadores da base são os elementos que movimentam estas estruturas, e que, portanto, devem estar no centro das análises que se possam fazer sobre a organização sindical.

Ao analisarmos o Mapa 1 1 com a disposição das empresas e da sedes de alguns dos sindicatos pesquisados por nós, verificamos a heterogeneidade que cerca a organização sindical de base pela própria disposição territorial das empresas onde se localizam os trabalhadores da base. Num primeiro momento da apreensão, verificamos que as diferenciações em termos categoriais e territoriais do enquadramento sindical se fazem presentes na forma assumida pela rede de relações dos sindicatos com os locais de trabalho.

Essa rede é disposta de forma centralizadora, cujo ponto principal é a sede do próprio sindicato, não havendo relação mais profunda entre os diferentes locais de trabalho entre si, revelando o papel hegemônico que o dirigente sindical exerce no que se relaciona à ação sindical.

Ao se manterem no papel de principal, e por vezes único articulador entre os diferentes locais de trabalho, os dirigentes sindicais exercem o monopólio de comunicação com a base, e detêm também informações cruciais para o desenvolvimento de ações sindicais, pois têm acesso a outros meios de informação, inclusive através do contato com as entidades superiores da estrutura vertical, com as Centrais Sindicais, com outras entidades sindicais e com órgãos públicos.

Dessa forma, a centralização de informações e a dependência do sindicato em relação a alguns dirigentes, tornam essas pessoas cruciais para as ações sindicais, pois com o acúmulo de informações e a responsabilidade na coordenação das diversas ações localizadas, elas podem interferir em manifestações espontâneas dos trabalhadores da base, tanto aglutinando em torno destas manifestações os outros locais de trabalho, como contribuindo para esvaziar e isolar estas manifestações. Talvez este seja um dos aspectos que marcam o personalismo na condução dos sindicatos, tão característico destas entidades, em que estão inseridas não só a própria estrutura sindical como a cultura sindical subjacente a ela, inclusive levando-se em consideração a cultura dos trabalhadores, que não é necessariamente operária, como teremos condições de esmiuçar detalhadamente mais adiante.

Esta centralização longe de ser um mero resultante da estrutura sindical, revela na verdade, a consolidação dos elementos conservadores desta estrutura com as posturas ideológicas dos dirigentes sindicais, e que só podem ser apreendidas no conjunto da dinâmica societária de que os dirigentes são oriundos, ou seja, se a centralização de decisões nos sindicatos é uma característica marcante, tal fato se deve à consubstanciação da investidura estatal sobre a organização sindical com as próprias concepções de sindicato e de luta de classes que os dirigentes possuem, que são de uma forma geral, as concepções hegemônicas na sociedade.

Esta centralização está longe de ser uma característica exclusiva do sindicalismo conservador, pois as propostas do sindicalismo de esquerda,

principalmente os sindicatos vinculados ao Partido Comunista Brasileiro durante as décadas de 1920 a 1940, apresentavam também tal característica, derivada sobretudo das formulações leninistas do papel a ser desempenhado pelos sindicatos e Partidos Operários como vanguarda no processo revolucionário, juntamente com o Partido Comunista.

Mesmo com a eclosão do novo sindicalismo no início da década de 1980, a centralização dos sindicatos manteve-se como característica fundamental, pois a despeito do movimento grevista do final da década de 1970, que culminou no chamado novo sindicalismo, ter-se constituído à margem da estrutura sindical oficial, originado principalmente nos conselhos de fábrica, não obteve êxito na transformação das organizações sindicais de base enquanto elementos definidores da ação sindical, pois o que efetivamente se observa é a existência dessas organizações como extensões da direção sindical, ou seja, o trabalhador representante, embora escolhido por seus pares, encontra-se atrelado à direção sindical e portanto tende a estar em consonância política com ela.

As organizações sindicais de base podem ser vistas como um dos instrumentos de democratização dos sindicatos, já que permitem um contato mais freqüente entre o dirigente sindical e os trabalhadores da base, o que significa uma certa descentralização do poder nos sindicatos, porém as organizações de base ao se efetivarem enquanto meras extensões da direção sindical, podem vir a sufocar também o movimento espontâneo dos trabalhadores nos locais de trabalho, pois essa presença do sindicato no local de trabalho pode levar a uma certa acomodação dos trabalhadores, efeito possível e esperado,

conforme salienta GENNARI ao se referir às organizações sindicais de base do novo sindicalismo:

... A agitação sindical, que na fase anterior acontecia de dentro para fora das empresas e constituía um momento importante de aglutinação dos trabalhadores, ao ser desenvolvida somente de fora para dentro trocava a participação direta dos operários pelo “*eu resolvo*” do dirigente sindical combativo. Consciente ou inconscientemente, as diretorias acabavam impedindo que os trabalhadores se constituíssem em sujeitos ativos de seus movimentos e os levavam a esperar que outros atuassem em seu nome. O diretor combativo tornava-se um inesperado aliado do paternalismo.” (GENNARI: 1999, 88)

Obviamente que este é um efeito possível das organizações de base, que estão a depender do projeto político dos sindicatos para se tornarem enquanto extensões da direção sindical, uma estratégia de policiamento, ou constituírem-se como propostas de maior comunicabilidade com os trabalhadores da base, procurando sanar alguns problemas no distanciamento dos dirigentes e dos trabalhadores da base, conforme já tivemos oportunidade de salientar.

O que gostaríamos de frisar é que a exata compreensão do papel que as organizações sindicais de base exercem no movimento sindical vai além da mera implantação, ou não, destas organizações pelos sindicatos, já que o que se deve atentar é a cultura sindical subjacente à direção sindical, ou seja, se o que se pretende através destas organizações é a possibilidade de coordenação da ação sindical pelos dirigentes, e com isso utilizar estas organizações como extensões

dos sindicatos, no intuito de maior efetividade nas decisões tomadas, ou se pretende torná-las como novas bases de sustentação da política do sindicato, em que efetivamente os trabalhadores detenham o controle do processo decisório nos sindicatos.

Nos dois possíveis casos expressos acima temos condições de reavaliar, então, os fluxos demonstrados no Mapa 1, ora enquanto mecanismos de controle dos trabalhadores pelos sindicalistas, ora como uma rede geograficamente subversiva, cuja centralidade do sindicato em relação aos locais de trabalho não signifique a concentração de poderes, mas antes de tudo uma possibilidade de unificação coordenada pelos trabalhadores da ação sindical.

Tratamos até o momento da relação entre os dirigentes sindicais e os trabalhadores da base, cujo elemento central até aqui tem sido o papel exercido pelas organizações sindicais de base, no entanto devemos estar atentos também às proposições de articulação das entidades nas estruturais verticais, oficiais ou paralelas, que podem fazer as organizações sindicais de base ganharem novos sentidos.

Entre as propostas recentes de articulação vertical tem surgido no cerne da Central Única dos Trabalhadores a discussão sobre o sindicato orgânico, que seria a vinculação direta dos sindicatos com a Central Sindical, através dos sindicatos Nacionais por ramos de atividade, cujo objetivo seria o de garantir maior organicidade nas ações dos sindicatos cutistas e com isso garantir maior eficiência da ação sindical, porém tal proposta tem sido criticada

principalmente por representar potencialmente maior centralização nas decisões sobre o movimento sindical e conseqüente submissão das organizações de base³⁴.

Portanto, ao redefinir vertical e horizontalmente a função das organizações sindicais de base, a proposta do sindicato Orgânico veicula o reordenamento territorial e categorial, já que por pressuposto, eliminaria diversos sindicatos através da fusão de suas estruturas materiais e organizacionais, e dependendo do que se construa em termos de democratização do aparelho sindical para tal estrutura, reflete, sem dúvida, as alternativas e os riscos de crescente desvinculação da cúpula sindical com as necessidades dos trabalhadores.

Se as organizações sindicais de base sustentam-se enquanto elementos definidores de práticas sindicais voltadas ou não à construção de projetos políticos coletivos, o que em si representa algo contra-hegemônico, sua presença nos locais de trabalho ainda continuam restritas à algumas empresas e poucos sindicatos. Em Presidente Prudente, pelo que pudemos constatar nos sindicatos pesquisados, em nenhum deles há organização sindical de base, sendo que apenas encontramos representantes sindicais, derivados ou não de políticas deliberadas pelas direções sindicais, conforme exposto no Quadro 6.

Quadro 6- Formas de representação sindical

Presidente Prudente/SP

Sindicato	Forma de representação
STIAC	Diretores do sindicato. (100% dos locais de trabalho)
SSM	Diretores e delegados sindicais. (cobertura de cerca de 80% dos locais de trabalho)
SINTCON	Diretores do sindicato. (presença mais significativa nas grandes empresas-30%)

³⁴ Ver textos bases e emendas apresentadas a 9ª PLENCUT, realizada em Novembro de 1999

SEEB	Diretores e delegados sindicais. (80% dos locais de trabalho)
Sindiálcool	Diretores e delegados sindicais.(70% dos locais de trabalho)
APEOESP	Diretores e delegados sindicais (80% dos locais de trabalho)
SEC	Diretores do sindicato (20% dos locais de trabalho).

Fonte: Pesquisa de campo 1999.

Observamos que em três sindicatos, a estratégia utilizada de representação nos locais de trabalho resume-se à participação de diretores não-afastados, embora os dirigentes tenham afirmado que procuram garantir na formação da chapa diretiva maior amplitude possível para representatividade dos locais de trabalho.

Nos outros quatro sindicatos, a direção sindical procura ampliar o leque de cobertura da base através da existência de delegados sindicais, que não exclui a representação por diretores do sindicato.

O significado político dessa estratégia dos sindicatos para garantir representatividade junto aos trabalhadores da base insere-se no alinhamento desses representantes com a direção do sindicato, ou seja, enquanto partes integrantes da diretoria do sindicato, estes representantes tendeu a estar politicamente alinhados com a direção, embora não tenhamos condições de afirmar que este alinhamento seja inequívoco.

Disto resulta que a representação nestes sindicatos tem o sentido de buscar aproximação com os trabalhadores da base, principalmente no que se refere às orientações da direção sindical, ou seja, de manterem informados os trabalhadores sobre as ações da direção, de discussão sobre as estratégias a serem

adotadas e de ouvirem as reclamações e necessidades dos trabalhadores para possíveis intervenções do sindicato.

Assim, voltando ao desenho societal esboçado no Mapa 1, temos condições de afirmar que as relações representadas pelas linhas de fluxo entre o sindicato e os locais de trabalho são relações politicamente unidirecionais, ou seja, a direção do processo de ação sindical está concentrada com os dirigentes sindicais, e mantem-se com os representantes de base enquanto forma de buscarem maior legitimidade junto aos trabalhadores da base.

Obviamente que não pretendemos com essas afirmações encerrar a possibilidade de que haja insatisfações dos trabalhadores da base não canalizadas através dos representantes de base, pois se pela estratégia das direções os representantes de base são fundamentais para manterem-se hegemônicos nos sindicatos, tal função só pode vir a desempenhar-se com eficiência se estiverem em consonância com as necessidades dos trabalhadores.

O que pretendemos deixar claro é que a função exercida pelos representantes de base terá alcance histórico ou imediatista na medida em que a direção sindical vislumbre tais possibilidades, em que se inserem enquanto portadores de projeto contra-hegemônico ou não. Não há indícios, conforme já afirmamos anteriormente, de que nos sindicatos de Presidente Prudente haja projetos políticos voltados à construção de contra-hegemonia, o que reservaria aos representantes de base nestes sindicatos a função de canalizarem as insatisfações imediatas dos trabalhadores e buscarem soluções emergenciais para os problemas que forem surgindo.

Outro aspecto que devemos salientar é a coincidência, grosso modo, desses fluxos demonstrados no Mapa 1, com os fluxos que representariam a imprensa sindical, pois a imprensa dos sindicatos analisados é voltada exclusivamente para as respectivas categorias, com exceções momentâneas, como em casos de greves ou manifestações em que os sindicatos distribuem panfletos para a população (pudemos observar isso nos sindicatos dos Bancários e sindicato dos Servidores Municipais). Apresentam-se também tais fluxos em caráter unidirecional, em que a imprensa sindical revela-se enquanto portadora do discurso do sindicalista, cujo princípio interativo encontra-se subsumido na atenção dispensada aos trabalhadores da base como consumidores deste discurso, conforme atestada nas entrevistas com os sindicalistas quando perguntados sobre qual função têm o jornal no sindicato, demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 - Função do Jornal no sindicato

Presidente Prudente/SP

Sindicatos	Respostas
STIAC	Informar os trabalhadores sobre as negociações e as atividades de diretoria, as conquistas, os desafios e notícias da política em geral.
SSM	Comunicar e informar os trabalhadores.
SINTCON	Divulgar os eventos da entidade para os trabalhadores participarem. Informar sobre a data-base, campanha salarial, greve e orientar sobre segurança no trabalho.
SEEB	Informar os funcionários, que muitas vezes não têm acesso a estas informações, faz o papel de informar os direitos dos trabalhadores. Os diretores através do jornal ficam mais próximo da base.
Sindiálcool	É mais um veículo de comunicação com os trabalhadores.

	Muitas vezes não temos condições de reunir todos os trabalhadores para comunicar alguma coisa, então o jornal é bom por isso também, além do que outras pessoas, como os familiares dos trabalhadores, podem ler também.
APEOESP	Tem um papel mais informativo. Informar sobre as atividades da APEOESP
SEC	Informar os trabalhadores sobre os direitos e sobre as atividades do sindicato.

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Pelos dados apresentados, verificamos que o caráter informativo dos jornais foi o aspecto mais ressaltado pelos dirigentes, com especial destaque para as informações voltadas para a divulgação das atividades dos sindicatos, o que pode significar tanto uma auto-promoção dos dirigentes em busca de sua legitimação e possível continuidade na direção do sindicato ou uma forma de prestar contas das atividades que os sindicatos estão realizando.

Outro aspecto a ser ressaltado nas respostas fornecidas pelos sindicalistas está no papel de orientação jurídica que o jornal pode desempenhar, o que poderemos constatar quando analisarmos especificamente o conteúdo destes jornais.

A discussão política, em termos da própria ação sindical, não foi mencionada pelos entrevistados, principalmente na possibilidade de construção de projetos societários contrários ao existente, o que não encerra a potencialidade de a imprensa sindical desempenhar papel contestatório. Ou seja, mesmo que para os sindicalistas não esteja claro que ao privilegiarem determinadas informações estão levando para os trabalhadores uma determinada concepção de mundo, que pode ou não ser contra-hegemônica, exercem funções que sinalizam em sua radicalidade tanto para o papel de adestramento da força de trabalho, como para

insuflarem os trabalhadores a tomarem decisões que contrariam o pacto societário estabelecido, inclusive em seus aspectos territoriais como por exemplo as condições de trabalho, moradia e transporte.

Esta discussão ganhará sentido quando contextualizarmos o papel da imprensa nos sindicatos de uma forma em geral e em particular no caso da cidade de Presidente Prudente, como tentaremos realizar no capítulo seguinte.

Capítulo 3

Comunicação sindical: paradigmas explicativos

As recentes transformações no mundo do trabalho, de que tratamos anteriormente, estão contextualizadas, portanto, num quadro de redefinições de projetos societais, tanto da perspectiva empresarial, quanto das forças que se colocam como representantes dos trabalhadores. É neste quadro que buscaremos elucidar os liames definidores das estratégias presentes no movimento sindical, no qual especificamente a comunicação sindical apresenta-se como importante instrumento estratégico, como estratégico também é seu estudo para compreendermos os discursos das lideranças sindicais e os projetos societais subsumidos na imprensa sindical.

O discurso dos dirigentes para a sociedade faz com que a imprensa sindical exerça a função de “vitrine” destes sindicalistas, pois é através dessa imprensa que o sindicalista veiculará suas concepções de mundo, inclusive ao não explicitar, por exemplo, algumas questões prementes do mundo do trabalho. Sendo, então, portadora de projetos societais, a imprensa sindical, transmuta-se enquanto portadora simultaneamente de projetos territoriais, pois todo projeto societal revela-se em sua concretude enquanto redefinidor de lógicas

espaciais. O desafio posto, portanto é o de desvendar nestes discursos, a territorialidade imanente, tarefa dificultada pela escassez de referências nestes estudos e pelo próprio caráter dissimulado, quando não completamente ausente, da preocupação teórico-conceitual sobre os desdobramentos políticos e determinações territoriais, por parte dos sindicalistas.

Apresentaremos neste item um conjunto de reflexões sobre a comunicação sindical, compreendendo-a em sua magnitude, como instrumento de ação sindical e objeto de estudo do sindicalismo, o que significa vinculá-la ao contexto mais amplo da organização dos sindicatos e dos movimentos de trabalhadores de uma forma geral. Com isso, pretendemos esboçar algumas polêmicas e breves caracterizações da imprensa sindical, no sentido de nos fornecer elementos para avançarmos no entendimento da comunicação sindical como objeto de estudo da Geografia.

Enquanto portadora de discursos que, por um lado, revelam concepções teóricas e políticas do mundo e de outro lado, formadora de opinião e de valores, a comunicação social pode ser considerada como mediadora de ações humanas, cujas implicações estão no bojo de (re)configurações territoriais. Neste caso, a comunicação sindical situa-se no campo dos meios de comunicação alternativos, sem que por alternativo signifique necessariamente oposição de idéias e valores em relação às concepções hegemônicas, portanto a comunicação sindical pode ser a mediadora de ações que se situam no plano da contestação da hegemonia e por conseguinte poderíamos situa-la no *contra-espaço*³⁵.

³⁵ Termo utilizado por MOREIRA (1985)

Buscaremos ponderar sobre a argumentação de alguns autores a respeito do suposto caráter imanente da comunicação sindical como instrumento contra-hegemônico, pois ao considerarmos como paradigma de nosso estudo a comunicação sindical enquanto instrumento de estratégia classista, podemos incorrer no equívoco de analisá-la sob uma perspectiva que não se apresente objetivamente válida, ou seja, optamos em partir do pressuposto de que a comunicação sindical é um dos instrumentos da ação sindical, reveladora das posições teóricas e políticas dos dirigentes sindicais e que, portanto, face ao quadro político presente nos sindicatos, poderá assumir tanto em termos organizacionais, quanto no seu aspecto discursivo, as mais diversas facetas do espectro político, em coerência com as concepções de mundo dos dirigentes sindicais responsáveis pela organização da comunicação nos sindicatos.

Porém, não podemos negligenciar o fato de que os dirigentes são oriundos da própria classe trabalhadora, trazendo em suas concepções de mundo as concepções próprias dos trabalhadores, que formam a grande maioria de nossa sociedade e estão sujeitos à inculcação ideológica da classe hegemônica.

Portanto, o que desejamos ressaltar neste momento é que para alguns dirigentes sindicais não se torna importante manter um canal de comunicação de caráter eminentemente formativo com os trabalhadores da base, como a imprensa sindical; os motivos para tal desinteresse devem ser encontrados ou no próprio desconhecimento, por parte do dirigente, da importância estratégica da imprensa sindical (independente do posicionamento político), ou até mesmo na negligência voluntária, já que conforme a concepção que se tenha de sindicato,

não há necessidade de manter-se em comunicação com os trabalhadores da base através da imprensa sindical. Obviamente que não podemos nos esquecer das condições concretas de existência de cada sindicato, em que nem sempre há recursos financeiros suficientes para manter uma imprensa sindical, ou até mesmo a dificuldade de leitura de trabalhadores, que são maioria em algumas categorias, o que inviabiliza qualquer forma de comunicação impressa³⁶, além disso é fundamental a lembrança do papel que a estrutura sindical oficial exerce no movimento sindical brasileiro, conforme já tivemos oportunidade de discutir.

Inicialmente, apresentaremos algumas discussões sobre o(s) enquadramento(s) possíveis da comunicação sindical, tanto no sentido da comunicação social, como buscando contextualizá-la no mundo do trabalho, com as recentes transformações que estudamos no item anterior, principalmente assumindo como perspectiva a elaboração potencial da contra-hegemonia no movimento sindical, avançando para compreensão das implicações territoriais da ação sindical, pelo viés da comunicação sindical, conforme já nos adiantamos acima.

Neste sentido, destacamos as reflexões e apontamentos que alguns autores realizam sobre o caráter do discurso presente na comunicação sindical, enquanto potencial discurso contra-hegemônico, assim como a questão da democracia sindical estar vinculada à forma comunicativa interativa dos

³⁶ Em nossa pesquisa de campo, deparamo-nos com o caso do sindicato dos Coureiros de Presidente Prudente em que segundo informações do presidente do sindicato, cerca de ¼ dos trabalhadores na base são analfabetos e a grande maioria têm dificuldade para leituras, o que justificaria para esse dirigente a ausência de uma imprensa sindical regular no sindicato, infelizmente não há dados concretos disponíveis para averiguar tal informação;

sindicatos, o que consideramos que dependa muito mais das disposições de luta dos trabalhadores, do que necessariamente de pertencer ao movimento sindical, ou seja, se a comunicação sindical configura-se em determinado sindicato de forma interativa, em que haja efetiva participação dos trabalhadores nas decisões sobre a pauta do jornal, demonstrando um nível considerável de democratização no sindicato, isto é resultado dos embates de projetos políticos distintos no interior do próprio sindicato, em que a partir do contexto sócio-político da categoria, forjou-se uma nova relação entre dirigentes e trabalhadores da base, em que estes últimos adotaram como paradigma de organização sindical a radicalização da democracia³⁷, conforme já discutimos anteriormente no capítulo 2.

Também ressaltamos que a comunicação sindical como objeto de conhecimento revela a configuração da luta de classe no campo simbólico, ou seja, é também no campo das representações simbólicas que as classes opõem-se através de concepções distintas de comunicação, que sejam adequadas para o seu projeto político. Assim, a grande imprensa portadora do discurso dominante estrutura-se como uma empresa de mercado, com forte hierarquização e autoritarismo, assumindo como perspectiva a satisfação do cliente, subsumindo o papel formador de opiniões da imprensa, de outro lado a comunicação sindical portadora do discurso dos dirigentes sindicais, em que na identificação com o projeto operário, organiza-se, ou pretende se organizar, para exercer a contra-voz,

³⁷ A discussão sobre a democracia sindical é antiga e suscita talvez dos velhos embates entre socialistas, comunistas e anarquistas, mais recentemente têm ganhado na Central Única dos Trabalhadores dimensão interessante, para mais detalhes consultar documentos da CUT, principalmente os cadernos de teses e resoluções dos Congressos Nacionais da CUT, que consolidam, parcialmente a discussão sobre o assunto na Central.

utilizando a comunicação sindical como instrumento de consecução da contra-hegemonia.

Enfim, apresentaremos brevemente como se encontra a comunicação sindical no Brasil, a partir da revisão bibliográfica dos principais autores, realçando a distinção entre o desejado e o real, ou seja, apesar de alguns autores identificarem na comunicação sindical evidências “revolucionárias”, o quadro da comunicação majoritariamente exercida pelos sindicatos ainda se encontra muito aquém do que os mesmos autores apontam como uma comunicação operária, no sentido de ser a comunicação neste caso utilizada para o projeto de emancipação da classe proletária. No entanto, buscaremos a sensatez de distinguir entre a análise objetivamente válida e o desejo destes autores de verem na comunicação sindical a construção de uma nova sociedade.

3.1 caracterização da comunicação sindical

A comunicação sindical apresenta alguns aspectos que nos permitem distingui-la de outras formas comunicativas, seja pela vinculação orgânica com os sindicatos, seja pelas potencialidades contra-hegemônicas que apresenta.

Apesar dos esforços recentes de muitos autores que se debruçam sobre o tema, ainda não há definições muito claras sobre muitos aspectos da

comunicação sindical, a começar por sua vinculação ideológica do discurso: é uma comunicação de esquerda, social-democrata ou de direita?

Como pretendemos demonstrar adiante, a caracterização principal que podemos ter a respeito da comunicação sindical é que ela está ligada ao projeto político do sindicato que a realiza, portanto não há como *a priori* defini-la conceitualmente como sendo de direita ou de esquerda, reformista ou revolucionária, pois é justamente pela vinculação ideológica com os dirigentes sindicais, que a comunicação sindical apresenta-se como um viés prolixo para os estudos de disputas político-ideológicas internas ao movimento sindical, todavia *a fortiori*, com rebatimento também para a sociedade como um todo, ainda que com abrangência reduzida.

3.1.1 Diversidade e versatilidade: a necessidade de comunicar

Inicialmente é necessário afirmar que a imprensa sindical é um dos meios possíveis de comunicação sindical, que têm desempenhado ao longo da história vários papéis, mas principalmente por ser um discurso mais elaborado, ganha contornos formativos da classe, sendo que a política da entidade é formalizada de forma sistemática³⁸ nas publicações e também têm sido importante

³⁸ Embora nem sempre visível nos jornais, mas a própria dissimulação a respeito de questões importantes para os trabalhadores, pode ser um indicativo das posturas assumidas pelos dirigentes.

fonte documental das lutas dos trabalhadores, sendo que suscita recentemente, vários estudos sobre os papéis que desempenha, principalmente enquanto componente da ação sindical.

A comunicação sindical engloba além da imprensa sindical, que seria sua forma impressa, outros meios como os carros de sons, bonés, cartazes, *rádio peão*, programas formais etc, cada qual com sua especificidade comunicativa. Grosso modo, a imprensa sindical enquadra-se como um meio de comunicação sindical impresso, que inclui além dos jornais, as revistas, panfletos, *mosquitinhos*, ou seja, toda forma impressa de comunicação, que juntamente com a comunicação irradiada, seriam os dois grandes grupos de meios de comunicação utilizados pelos sindicatos³⁹.

A própria imprensa sindical apresenta uma variabilidade de formas que incluem panfletos, boletins, jornais periódicos, revistas, cartilhas, cada qual com sua especificidade estratégica, que foram se consolidando no processo histórico de constituição desta imprensa. Assim os boletins, *mosquitinhos* e panfletos são muito utilizados nos momentos de mobilizações, greves, etc, para transmitirem mensagens, noticiando sobre as negociações, entre outras informações, enquanto os jornais periódicos, por exemplo, pelo contato mais freqüente com os trabalhadores permite a veiculação da política e da ideologia dos dirigentes sindicais, de forma mais consistente.

³⁹ Mais recentemente a informática tem sido utilizada pelos sindicatos, principalmente com a utilização da rede mundial de computadores, tanto para a construção de *home pages* como através do correio eletrônico, elaborando listas sindicais, como a lista formulada pela Central Única dos Trabalhadores

Portanto, a diversidade de formas demonstra a versatilidade da imprensa sindical em adaptar-se às condições mais adversas, tanto pelas limitações financeiras como pela repressão patronal, atendendo às demandas urgentes de mobilização durante as greves, ou formando opiniões, falando ora para os trabalhadores da categoria, ora para a sociedade em geral; sendo instrumento de ações imediatas e/ou históricas⁴⁰.

Essa diversidade representa a multiplicidade de ferramentas que podem ser utilizadas para fins específicos, sendo que cada meio de comunicação utilizado atinge de forma diferenciada o público-trabalhador, em momentos e lugares diferentes. Na busca pela adaptação, a imprensa sindical é engendrada quando elemento constitutivo/constituente das *práxis* sindical, pois é elaborada no conjunto de outras atividades enquanto meios de comunicação/difusão do sindicalista com os trabalhadores da base, consoante a seu vislumbamento enquanto elemento de interpretação e compreensão das concepções ideológicas do movimento sindical. Ao constituir-se em elemento da *práxis* sindical, permite (re)interpretar a prática consciente dos dirigentes sindicais, quer para a concordância e por conseguinte aliança com ideologia hegemônica, quer para a contestação da mesma, admitindo-se todas as nuances possíveis.

Podemos relacionar esta diversidade à importância que assume para cada dirigente sindical comunicar-se com sua base, já que a busca pela diversidade advém justamente da necessidade de difundir mensagens e formar

⁴⁰ Para mais detalhes sobre a *função* da diversidade na comunicação sindical ver sobretudo SANTIAGO e GIANNOTTI (1997)

opiniões para uma *massa* de trabalhadores diversificados em sua formação político-social, em momentos e lugares também diversos.

Objetivar a comunicação, desta forma, é buscar legitimidade com os representados, sem que isso signifique necessariamente a busca do diálogo, no sentido de construção coletiva do projeto político do movimento sindical. A comunicação, pode assim, significar simplesmente a necessidade de aceitação das ações dos sindicalistas pelos trabalhadores.

Se o conjunto do movimento sindical logrou em sua história constituir meios diversos de comunicação, reagindo às dificuldades diversas e atuando conforme as condições materiais e ideológicas do contexto sócio-histórico, a consolidação de uma prática generalizada de comunicação diversificada ainda está por vir.

De qualquer forma, a diversidade de opções para comunicar revela por um lado, a importância estratégica da comunicação sindical e por outro, o acúmulo histórico e geográfico de experiências da luta operária no movimento sindical, ou seja, respondendo às pressões por manterem a comunicação com a base de trabalhadores, os dirigentes sindicais foram (re)inventando formas comunicativas segundo suas necessidades, que variaram em suas experiências no processo histórico de constituição destas práticas, assim como se diferenciaram territorialmente⁴¹.

As transformações recentes no mundo do trabalho, conforme tivemos oportunidade de verificar no último capítulo, coadunam-se com os desafios passados, esboçando um quadro em que os sindicatos são convocados a

⁴¹ Para mais detalhes ver FERREIRA (1978)

repensarem estratégias de ações, incluindo como desafio a utilização de meios de comunicação pouco explorados, notadamente a rede mundial de computadores⁴²

Pelo que expusemos até o momento, faz-se necessário esclarecer que entre as diversas conceituações da comunicação sindical, podemos entendê-la como as formas e conteúdos existentes no intercâmbio de informações e opiniões entre os trabalhadores, cuja tessitura ideológica e estrutural encontra-se em consonância com a organização dos trabalhadores em entidades sindicais, o que garante uma especificidade importante para nossos estudos, já que não nos referimos a uma comunicação proletária de forma genérica, e sim a comunicação desenvolvida no interior dos aparelhos sindicais.

Resulta deste enunciado uma primeira e necessária caracterização, ou seja, a comunicação sindical é organizada e realizada no interior dos aparelhos sindicais, pelos trabalhadores que obtiveram “êxito”⁴³ para hegemonizarem-se no aparelho sindical e a configuração assumida por esta imprensa estará em consonância com as posturas ideológicas destes líderes.

Portanto, a referência ao intercâmbio enunciado acima deve ser compreendida no quadro da estrutura sindical, cuja consubstanciação

⁴² Embora seja muito recente a universalização da rede mundial de computadores, já existem no Brasil mais de 150 home pages de sindicatos, além da lista sindical aludida anteriormente. Já em relação a elaboração teórica sobre a utilização da rede mundial de computadores encontramos apenas um artigo: CASTRO (1997) e verificar também o endereço eletrônico <http://www.sindicato.com.br> que além de informações sobre os sindicatos (principalmente da Central Única dos Trabalhadores) apresenta uma relação de muitos *sites* de sindicatos do Brasil e do mundo.

⁴³ O êxito aqui deve ser relativizado pois muitas vezes o êxito maior foi provar capacidade disciplinadora, como nos casos de intervenção nos sindicatos no governo Vargas e durante a ditadura militar.

paradigmática cliva-se na distinção entre trabalhadores da base e cúpula dirigente sindical, que é detentora dos meios materiais e organizacionais necessários para a concretização deste modelo comunicativo.

Assim a comunicação sindical refletirá as concepções ideológicas dos dirigentes sindicais, os conteúdos por ela vinculados e a forma assumida por esta comunicação e até mesmo a existência (ou ausência) da imprensa sindical será reveladora dessa concepção.

Desta forma, é suficientemente claro que a imprensa sindical estará contextualizada no projeto sócio-político que lhe deu origem, garantindo uma identificação necessária do sindicalista e seu discurso com as veiculações ideológicas presentes na imprensa sindical. A esse respeito GERALDO pondera que:

A compreensão da comunicação sindical passa, portanto, pela compreensão da contradição, do jogo de poder, dos antagonismos presentes no dia-a-dia das ações sindicais, das formas de organização do movimento sindical, de suas vinculações com o Estado. (GERALDO, 1995, p. 36)

À imprensa sindical, vincula-se o projeto do sindicato que lhe dá origem, não só no sentido do conteúdo veiculado por esta imprensa, mas pela própria existência desta imprensa num determinado sindicato, lembrando-se sempre das características que enunciamos acima, ou seja, quando nos reportamos aos sindicatos estamos nos referindo ao conjunto trabalhadores da base e cúpula dirigente sindical, em que a hegemonia e o controle da organização sindical estão nas mãos dos dirigentes.

Em outras palavras, poderíamos dizer que o discurso presente na imprensa sindical é revelador das posições ideológicas dos dirigentes sindicais, sendo que obviamente encontram alguma legitimidade nos trabalhadores da base.

As características discutidas no item anterior sobre o movimento sindical estão intimamente vinculadas às posições assumidas pela comunicação sindical, ou seja, como veremos mais adiante, o discurso da imprensa sindical será diverso, pela própria diversidade de concepções ideológicas presentes no movimento sindical. Isso trará primazia das questões econômicas sobre questões políticas, pela própria consubstanciação histórica dos sindicatos em privilegiarem a luta econômica, será no máximo um instrumento de mobilização e de agitação dos trabalhadores, não um organizador coletivo, pelo próprio afastamento dos sindicatos da luta operária, enfim como teremos oportunidade mais adiante para esclarecer outros aspectos, o movimento sindical tem incorporado, em maior ou menor magnitude, a temática liberal de simples mercantilização da força de trabalho.

Como esclarecemos no item anterior, a estrutura sindical brasileira, caracterizada pela tutela estatal, propicia a manutenção de diversos sindicatos que se mantêm a distância dos trabalhadores da base e favorece o legalismo de grande parte dos dirigentes sindicais, ou seja, ainda que importantes avanços durante a década de 80 tenham garantido a criação de Centrais sindicais, como estruturas paralelas de horizontalização da organização sindical, permitindo a centralização de estratégias como novos sujeitos políticos, o movimento sindical brasileiro resente-se da manutenção, por exemplo, da contribuição compulsória,

que possibilita a criação e manutenção de sindicatos, cujas ações mantêm-se independentes da vontade dos trabalhadores.

Tais características revelam-se na imprensa sindical, a tal ponto que podemos encontrar sindicatos que, apesar de contarem com condições materiais para a manutenção de veículos de comunicação, não possuem nenhum tipo de imprensa sindical, ou quando existe essa imprensa assume o caráter meramente publicitário do sindicalista, como atestam jornais que circulam somente em épocas de eleições sindicais.

Por estar veiculando as concepções ideológicas dos dirigentes sindicais, a imprensa sindical assumirá a concretude do conflito enraizado no movimento sindical, que nos permite distingui-lo do movimento operário e cuja expressão conceitual só pode ser compreendida na contextualização das mediações presentes no movimento sindical e nas relações que esse movimento estabelece com outros movimentos sociais, com o Estado e com os capitalistas:

A comunicação sindical, estudada enquanto fenômeno indissociável da ação sindical, permite visualizar que o processo de comunicação em todos os seus níveis e a negociação em torno dele é a expressão concreta dos conflitos e das crises vivenciadas pelo movimento sindical. Tentar entender a comunicação sem levar em conta as condições de produção do discurso, as forças que interagem implícita e explicitamente na sua produção e as forças ideológicas que sustentam esses discursos, significa refletir apenas sobre a maquiagem das relações sociais. (GERALDO, 1995, 58)

Portanto, devemos buscar a compreensão da comunicação sindical no bojo de estratégias distintas que sindicalistas adotam nos sindicatos e na própria política comunicacional, no contexto caracterizado pela manutenção da estrutura sindical forjada para impedir a organização autônoma dos trabalhadores, mas que logrou o nascimento e fortalecimento de Centrais Sindicais, que vêm hegemonizando o cenário da política sindical nos últimos anos.

3.1.2 Imprensa dos trabalhadores, operária, proletária e sindical: a busca de definições

Compreender a conflitualidade no movimento sindical significa resgatar os sindicatos como expressão da luta de classes, pois nas diversas concepções de sindicatos estão presentes as concepções que se aproximam da concepção liberal de sindicato, da concepção social-democrata ou da concepção revolucionária, entre outras; significa, portanto, compreender os sindicatos não como instituições monolíticas, mas sim crivadas de posições políticas as mais diversas. Tratá-los de forma homogênea é desperdiçar a oportunidade de compreendê-los em sua contraditoriedade, como representante dos trabalhadores, mas inseridos na legalidade institucional e acolhedor dos pressupostos da ideologia hegemônica.

Esta diversidade ideológica nos sindicatos remete-nos à necessária distinção entre imprensa sindical, imprensa proletária e imprensa

operária que, distante de ser apenas um jogo semântico, é na verdade um aparato conceitual fundamental para prosseguirmos na análise da imprensa sindical e seus desdobramentos.

O que se procura evidenciar aqui é a própria distinção entre movimento sindical, movimento operário e movimento proletário, ou seja, ao denominarmos de imprensa sindical a imprensa exclusivamente realizada nas entidades sindicais, procuramos distingui-la da imprensa feita por outras organizações de trabalhadores, como os partidos, associações de bairro, etc., conferindo a esta imprensa, a denominação de imprensa proletária.

Quanto à distinção em relação ao movimento operário é fundamental que, ao se colocar de forma distinta sindicato e operariado, procuramos evidenciar que nem sempre a entidade sindical está vinculada às lutas do operariado. Em outras palavras, a identificação dos sindicatos com o movimento operário só se opera na medida em que os membros componentes do sindicato (trabalhadores da base e dirigentes sindicais) vinculam-se às questões de luta do movimento operário.

Para FIGARO, é possível entendermos a imprensa sindical como modalidade de comunicação popular para distinguirmos esta imprensa da imprensa operária. A autora trata a questão nos seguintes termos:

... é possível entender a existência e a larga produção da imprensa sindical no Brasil como modalidade de comunicação popular, visto que não podemos caracterizá-la como imprensa operária, pois este termo excluiria diversas categorias profissionais que possuem imprensa sindical e não são operárias. A utilização do termo

imprensa operária poderia remeter, ainda, a um entendimento a priori da imprensa sindical como imprensa voltada para a defesa dos interesses revolucionários da classe operária. O que nos parece demasiado precipitado. (FIGARO, 1993, p. 23).

Em relação à imprensa proletária, podemos afirmar que é mais ampla que a imprensa sindical, pois está vinculada a qualquer tipo de organização dos trabalhadores, portanto a imprensa proletária não se reduz à imprensa sindical, na verdade engloba-a, juntamente com outros tipos de imprensa proletária: partidarista, de associações de bairros, de associações culturais, etc.

Neste sentido, consideramos que a imprensa proletária pode ser sindical ou partidarista, desde que vinculada às preocupações e interesses dos trabalhadores, sem necessariamente vincular-se ao projeto operário; assim, toda imprensa realizada pelos trabalhadores, que tenha como objetivo discutir as questões do mundo do trabalho, com os trabalhadores, pode ser considerada imprensa proletária, independente da matriz ideológica dos organizadores desta imprensa.

Em relação à produção do jornal proletário, faz-se necessário tecer algumas considerações, ou seja, um jornal não pode ser considerado proletário se simplesmente se destina ao público trabalhador, pois a questão fundamental é saber *quem* faz este jornal e como é feito, quais os interesses reais em torno do objetivo do público-alvo ser o trabalhador, é o caso por exemplo do jornal *Notícias Populares*, cujo público-alvo são os trabalhadores, mas cujo controle é privado, sua vinculação com os trabalhadores é puramente mercantil,

portanto os trabalhadores são consumidores, específicos é verdade, mas ainda assim, consumidores.

Mantidos, então, como meros consumidores de notícias, os trabalhadores mantêm-se alienados em relação à construção de suas próprias vontades, e adotam princípios e valores da ideologia dominante, mesmo que isso signifique a impossibilidade de identificação classista, no entanto, mantêm-se como grupo distinto da classe dominante pela própria inconsistência desta ideologia em absolutizar a opressão de classe, dessa forma, os trabalhadores, ainda que sem maior coerência teórica, forjam a consciência de sua exploração. Assim, para manter a direção política, a classe dominante necessita conceder às classes oprimidas alguma satisfação, quer material, quer simbólica.

Outro aspecto relevante, já observado por alguns autores, está na distinção de concepção em relação à grande imprensa (independente da representação que é feita em nome dos trabalhadores), principalmente quanto ao seu aspecto mercantil:

O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida. (FERREIRA, 1990, p. 25)

A propriedade aludida pela autora deve ser entendida como propriedade privada, tal qual a conhecemos na sociedade capitalista (como exemplificamos no jornal *Notícias Populares*), já que o veículo de comunicação dos trabalhadores pertence à um coletivo de trabalhadores, quer pelas organizações sindicais e partidárias, quer por outras associações de trabalhadores,

o que significa o controle por um grupo de trabalhadores, que será maior ou menor em consonância com a participação coletiva nestas organizações.

Para outros autores, a discussão sobre o caráter da imprensa sindical perpassa justamente a especificidade deste veículo de comunicação, pois a imprensa sindical é representativa de uma organização específica, com um público também específico. Roseli FIGARO esclarece, desta forma que: “*A imprensa sindical destaca-se como instrumento de comunicação com características próprias, produzidas a partir de uma perspectiva diferenciada e de outro lugar social*” (1993, p.3).

O que a autora salienta é justamente o caráter *classista* da imprensa sindical que seria inerente a essa modalidade, que é a perspectiva conceitual ao se tratar da imprensa dos sindicatos, não seria simplesmente representativa das categorias de cada sindicato, seria de uma forma mais ampla, representativa da classe operária, embora nem sempre se configure como tal.

Em outras palavras, a imprensa sindical reveste-se do papel que os sindicatos assumiram na história do movimento operário, que se tornaram, para muitos autores, disciplinadores da força de trabalho, mas que representam a potencialidade da insurreição operária⁴⁴, portanto a imprensa sindical é um aspecto (potencial ou concreto) da luta de classes na sociedade capitalista e sua potencialidade revolucionária pode ser vislumbrada na importância estratégica como organizador e mobilizador coletivo do operariado, defendida por LÊNIN e por muitos autores por nós estudados.

⁴⁴ Comentaremos mais detalhadamente o papel histórico do sindicalismo no movimento operário no capítulo seguinte

3.2 Subalterna, marginal, popular e revolucionária: a comunicação sindical em questão

Buscaremos, neste item, colocar em questão o esforço de alguns autores para conceituação da comunicação sindical, que contribuem no sentido de fornecerem elementos para melhor caracterizar essa modalidade comunicativa, ressaltando-se que em muitos aspectos a caracterização que procura oferecer à comunicação sindical vem, muitas vezes, mais como proposta de políticas comunicativas para as entidades sindicais, do que necessariamente uma análise objetiva da atual configuração da comunicação sindical.

Aproveitando-se do conceito de subalternidade, o autor Leandro Luz da Costa Schwanke vincula a imprensa sindical a algum projeto contra-hegemônico das classes subalternas; quando argumenta que:

A condição de subalternidade de uma classe social implica que as suas ações vêm ao encontro dos interesses hegemônicos, os quais para se manterem desenvolvem estratégias para oferecer àqueles alguma utilidade para a satisfação das suas necessidades. Portanto, trabalha-se aqui, com a noção de imprensa sindical, dentro do quadro da comunicação das classes subalternas. (SCHWANKE, 1994, p. 50)

A condição de subalternidade consubstancia-se na condição de contraposição ao *status quo*, o que não significa necessariamente que seja uma

contraposição de sentido contra-hegemônico, ou seja, enquanto subalterna, a comunicação sindical apresentaria um caráter reivindicatório para as classes subalternas, de oposição a governantes, sem necessariamente consubstanciar-se em oposição sistemática ao Estado e ao modo de produção; em outros autores, como Figaro, isso permite a inclusão da imprensa sindical enquanto modalidade de comunicação popular:

(...) a imprensa sindical, enquanto modalidade de comunicação popular, é comunicação de resistência e contraposição às culturas dominantes, que se viabiliza, em seu campo de atuação, através de um projeto próprio e alternativo (FIGARO, 1993, p. 24 – grifo da autora)

Subalterna ou popular, a imprensa sindical seria portadora do *contra-discurso*, segundo estes autores, que se utilizam destes conceitos justamente para distinguir neste *contra-discurso* a oposição em relação à ideologia dominante, sem que necessariamente esta oposição esteja vinculada a algum projeto revolucionário do operariado, ou seja, enquanto imprensa subalterna ou popular, a imprensa sindical pode revelar posturas alternativas em relação à cultura dominante, alternativas que podem estar colocadas como formas de superação ou de acomodação à ordem vigente.

Utilizando-se do conceito de imprensa marginal Raul Trejo Delarbre⁴⁵, citado por ARAÚJO, vislumbra alguns aspectos ainda não mencionados pelos autores citados e que podem ser mencionados como características da imprensa sindical:

⁴⁵ DELARBRE (1980)

a) No se limita a informar. Ofrece una opinión sobre el significado de los acontecimientos que relata e incita a sus lectores a reaccionar ante estos hechos.

b) Adopta un compromiso con los protagonistas de estos acontecimientos. No es una prensa imparcial pues rechaza la posibilidad de un periodismo 'puro', sin responsabilidades políticas

c) Adopta el punto de vista de una clase proletaria, tanto en la información como en el análisis de sus noticias. Es editada por quienes participan en las líneas populares o por observadores comprometidos con ellas.

d) Tiene como función no solamente informar y agitar sino además organizar a sus lectores

e) Es marginal porque manifiesta una clara oposición política al Estado, y por que a menudo sus sistemas de distribución e impresión no son los que emplea la prensa burguesa.

f) Non tiene propósitos comerciales. (DELARBRE *apud* ARAUJO, 1991, p. 31)

Como vimos, muitos aspectos configuram-se não enquanto generalidade, mas como potencialidade, concretas em alguns sindicatos, porém ausentes em outros, devido a própria diversidade de concepções ideológicas, como já afirmamos anteriormente, sendo que constatar tais diferencialidades de discursos e posicionamentos ideológicos e analisá-los, sob a perspectiva da construção da contra-hegemonia, para compreendermos a atuação dos sindicatos enquanto portadores de contra-territorialidades é um de nossos objetivos.

Opinativa, parcial, classista (sobretudo porque é editada por membros das classes populares), organizador coletivo, marginal (em oposição ao Estado) e sem propósitos comerciais, estes são os aspectos levantados pelo autor para caracterizar o que chama de imprensa marginal, que, como vemos, poderiam ser utilizados para caracterizar a imprensa sindical, ou pelo menos a imprensa de alguns sindicatos.

Inicialmente, a imprensa sindical também é opinativa e parcial, ou seja, parte do pressuposto da defesa dos interesses dos trabalhadores, não pretende defender uma sociedade genérica, é portadora do objetivo de demonstrar o ponto de vista do sindicalista, que procura ser o representante das vontades dos trabalhadores, o que a coloca em posição distinta e contrária à mídia, com seu discurso pretensamente neutro e imparcial.

No entanto, não temos condições de afirmar que a imprensa sindical é portadora de um discurso classista, pois a despeito de seu caráter marginal que eventualmente pode assumir (em oposição ao Estado), o posicionamento classista dos sindicatos ainda é um vir-a-ser, a despeito do discurso de defesa dos trabalhadores, essa defesa ainda se vincula, grosso modo, à esfera econômica, quando essa defesa é realizada.

Os dois primeiros aspectos levantados por Delarbre parecem alcançar uma generalização razoável, no que já pudemos constatar através das consultas que fizemos em nossa pesquisa, mas também por outras pesquisas já realizadas. A opinião, a parcialidade coadunam-se na imprensa sindical, pois é o meio de comunicação de uma entidade representativa dos trabalhadores, o que de

certa forma, não a distinguiria de outros meios de comunicação de entidades representativas, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Confederação Nacional das Indústrias (CNI) ou União Democrática Ruralista (UDR), a não ser a inversão de perspectivas.

Essas duas características estão, por sua vez, vinculadas à especificidade do destinatário, que no caso dos sindicatos alia-se à divisão categorial e territorial de representação dos trabalhadores. Isso consolida uma imprensa específica para cada categoria que, a depender da configuração territorial, será tanto mais fragmentada quanto mais divididos forem os sindicatos, com todos os desdobramentos já conhecidos para a luta da classe operária.

Desta característica podemos colocar questões que se inserem na contraditoriedade dessa dupla fragmentação. Se, por um lado, representa a possibilidade de maior proximidade com cada categoria, regionalizando o discurso e enfim satisfazendo a necessidade de manterem-se próximos dos trabalhadores, particularizando as questões tratadas na imprensa sindical, por outro lado, ao não tratarem de outras questões que estão colocadas “fora” da categoria ou da territorialidade do sindicato, fragmentam a luta do sindicalismo, enfraquecendo-o ainda mais em relação ao capital, que se mantém, a despeito da concorrência intra-capitalista, fortalecido com a fragmentação categorial e territorial da organização dos trabalhadores.⁴⁶

Conforme já detalhamos em itens anteriores, essa dupla fragmentação favorece a alienação do trabalhadores enquanto classe, pois no

⁴⁶ Sobre as implicações da fragmentação corporativa/territorial dos sindicatos, ver sobretudo THOMAZ Jr (1996)

âmbito da estrutura sindical forjada pelo Estado brasileiro, o trabalhador é estimulado pelas entidades sindicais a identificar-se enquanto componente de determinada categoria e região e a dupla fragmentação é perceptível na imprensa sindical, ao observarmos que em muitas entidades sindicais não há preocupação em relatar questões que estão postas diretamente para outras categorias, ou da mesma categoria do sindicato, porém de outras regiões, conforme observamos em nossa pesquisa expresso no Quadro 8.

Quadro 8. Assuntos presentes na imprensa dos sindicatos pesquisados

Presidente Prudente/SP: Julho de 1997 a Junho de 1999

	Assuntos da categoria		Assuntos para trabalhadores em geral		Assuntos de interesse geral	
	N ²	(%)*	N ²	(%)*	N ²	(%)*
SEEB	295	67,5*	45	10,3	97	22,2
SEC	24	75,0	4	12,5	4	12,5
SINTCON	79	88,7	3	3,5	7	7,8
APEOESP	82	52,9	19	12,2	54	34,9
SINDIÁLC OOL	14	100,0	0	0	0	0
SSM	49	55,0	10	11,2	30	33,8
Total	543	66,5	81	10,0	192	23,5

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

(*) Percentual em relação ao total de assuntos de cada jornal

Portanto, nos sindicatos pesquisados em Presidente Prudente, verificamos em termos gerais que, 66,5 % dos assuntos estão voltados diretamente para a categoria, enquanto que somente 10,0 % tratam de assuntos ligados a outras categorias ou aos trabalhadores de uma forma geral, o que demonstra o perfil categorial da imprensa sindical em Presidente Prudente, ou seja, mantém-se no geral condizente com o perfil que discutimos dos sindicatos no capítulo 2, em que

há ausência de interação horizontal entre as diversas categorias, e uma tendência de “guetização” dos sindicatos em suas respectivas categorias.

Esta é, talvez, uma das fortes características da imprensa sindical de uma forma geral, pois é reveladora do discurso do sindicalista voltado prioritariamente a desenvolver assuntos que tenham interesse para os trabalhadores da categoria, mas cuja alternativa enseja, talvez, o distanciamento de discussões importantes que perpassam o mundo do trabalho, e que nem sempre têm relações diretas com a categoria em questão.

Tal fato adquire novos significados, quando lembramos que em alguns casos, determinadas categorias estão intimamente vinculadas às outras pelo compartilhamento do mesmo local de trabalho e mesmo empregador. A despeito disso, a imprensa sindical não logra auxiliar como eixo integrador entre as diferentes categorias de trabalhadores, ao deixar ausente em sua pauta assuntos que envolvam também outras categorias ou informações sobre o movimento sindical de uma forma geral.

Em alguns sindicatos, essa concentração é mais evidente, como no caso do SINDIÁLCOOL (100%) e do SINTCON (88,7%), e as menores concentrações estão na APEOESP (52,9%) e no SSM (55,0%). Nestes dois últimos sindicatos à menor concentração nos assuntos da categoria reflete-se na significativa participação percentual em assuntos de interesse geral, respectivamente 34,9% e 33,8%.

O desdobramento desses assuntos corresponde à presença de outros como os de negociação/acordo coletivos (135), problemas nos locais de

trabalho (93), informações sobre empresas (76), ação sindical (74) e organização sindical (51), que, juntos, correspondem a quase 80% dos assuntos de interesse da categoria. Ou seja, demonstram o privilegiamento da imprensa sindical nas questões voltadas exclusivamente à categoria, principalmente aqueles que envolvem diretamente o aspecto econômico e os temas do sindicato.

Entre os sindicatos, a diversidade discursiva pode ser vislumbrada através do Quadro 9, que procura expressar a dimensão relativa de cada assunto na composição da frequência total daqueles ligados exclusivamente à categoria.

Quadro 9 - Participação relativa dos assuntos presentes nos jornais analisados, em relação aos assuntos de interesse da categoria

Presidente Prudente/SP Julho de 1997 a Junho de 1999

Sindicatos	Assuntos	N ²	%
APEOESP	Problemas nos locais de trabalho	21	25,6
	Ação sindical	19	23,1
	Orientação jurídica	15	18,3
	Organização sindical	9	11,0
	Atividades esportivas e culturais	8	9,7
	Total	72	87,8
SEEB	Negociação/acordos coletivos	89	30,0
	Informação sobre as empresas	76	25,6
	Problemas nos locais de trabalho	57	19,2
	Ação sindical	31	10,5
	Atividades esportivas e culturais	16	5,5
	Total	269	91,1
SEC	Saúde e segurança no trabalho	6	25,0
	Assistencialismo	5	20,8
	Orientação jurídica	4	16,6
	Atividades esportivas e culturais	4	16,6
	Ação sindical	2	8,3
	Total	21	87,5
SINTCON	Negociação/acordos coletivos	36	45,5
	Ação sindical	11	13,9
	Organização sindical	9	11,4
	Atividades esportivas e culturais	9	11,4
	Assistencialismo	4	5,0
	Total	69	87,3
SSM	Organização sindical	21	42,8
	Ação sindical	11	22,4
	Atividades esportivas e culturais	8	16,3
	Problemas nos locais de trabalho	6	12,3
	Negociação/acordos coletivos	3	6,2
	Total	49	100
SINDIÁLCOOL	Problemas nos locais de trabalho	6	42,8
	Negociação/acordos coletivos	5	35,7
	Saúde e segurança no trabalho	2	14,3
	Atividades esportivas e culturais	1	7,1
	Total	14	100

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

Observa-se que nos sindicatos SEEB, SINTCON e no SINDIÁLCOOL, há uma significativa participação das negociações coletivas, que envolvem principalmente as informações sobre as negociações da campanha salarial. Tal fato demonstra que os dirigentes destes sindicatos, através da imprensa sindical, procuram se comunicar com os trabalhadores da base sobre diversos assuntos, todavia priorizam o temário salarial, utilizam-se de um viés economicista.

Em outros sindicatos, o destaque fica por conta de temas ligados às atividades do sindicato (Problemas nos locais de trabalho, ação sindical, organização sindical, assistencialismo, orientação jurídica) como a APEOESP, o SSM e o SEC. Ou seja, procuram evidenciar o que os dirigentes estão se propondo a realizar em relação, por exemplo, a alguns problemas que surgem nos locais de trabalho, como atraso no pagamento de salários, mau tratamento das chefias, condições insalubres, etc. Informam ainda através da imprensa sindical as ações que os sindicatos se propõem a fazer, que como veremos mais adiante apresentam-se de forma defensivista.

Mesmo entre estes três sindicatos é possível vislumbrarmos uma distinção importante entre a APEOESP e o SSM com o SEC, pois este último, apesar de relatar com frequência as atividades do sindicato, utiliza-se das informações sobre saúde e segurança (basicamente orientações sobre a saúde de forma geral, com especial destaque para a prevenção das Lesões por Esforço Repetitivo-LER) ou divulgando lista de convênios, como aparece no título “Assistencialismo”.

Enquanto a APEOESP e o SSM procuram informar os trabalhadores da categoria sobre atividades sindicais que envolvem tanto a denúncia de problemas específicos nos locais de trabalho, como a realização de ações sindicais, como greves e manifestações que o sindicato organiza. Dessa forma, privilegiando a combatitividade do sindicato, no caso do SEC, esta questão é aparentemente negligenciada por razões que estão ligadas às posturas dos sindicalistas em relação à utilização da imprensa sindical como instrumento apenas informativo, como mera extensão do assistencialismo dos sindicatos, como poderemos detalhar mais adiante.

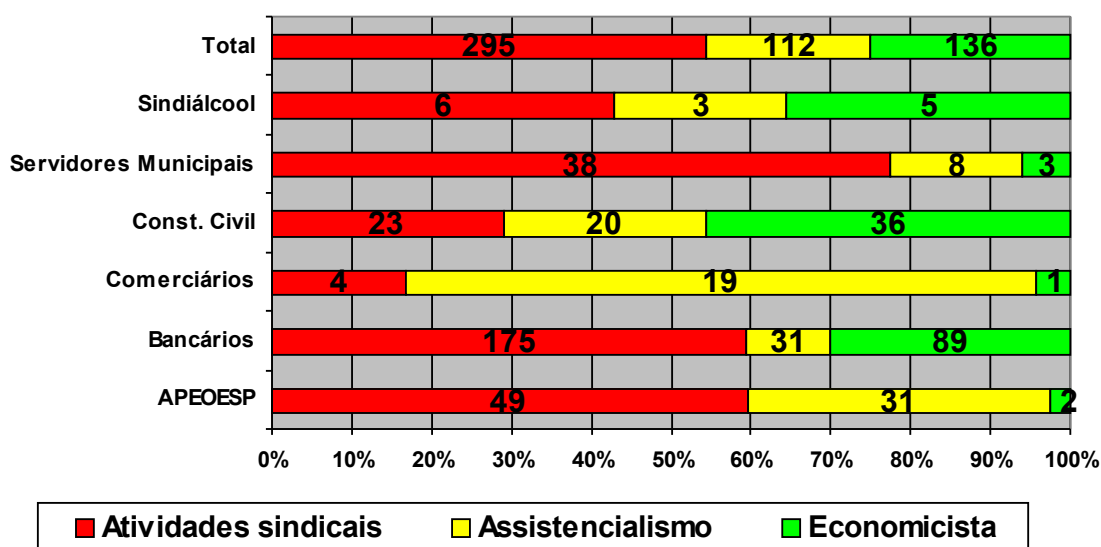
Ainda em relação ao Quadro 9, verificamos que o viés economicista é mais forte no SINTCON em que as negociações coletivas aparecem em quase metade dos assuntos tratados, mesmo no SINDIÁLCOOL em que a frequência deste assunto é alta (35,7%) é contrabalanceada pela alta frequência dos assuntos relacionados aos problemas nos locais de trabalho.

Dessas questões, reagrupamos os assuntos em termos deste triplo viés: atividades sindicais, assistencialismo e economicista⁴⁷, e elaboramos o Gráfico 5 em que é demonstrada a diferenciação da imprensa sindical em relação ao tratamento dos assuntos da categoria. Nota-se o peso significativo das informações sobre as atividades do sindicato na APEOESP, SEEB e SSM, o relativo equilíbrio entre as informações sobre atividades sindicais e as de caráter

⁴⁷ Os agrupamentos incluem os seguintes assuntos: Atividades sindicais – Problemas nos locais de trabalho; Informações sobre as empresas; Ação sindical; Organização sindical. Assistencialismo – Atividades esportivas e culturais; Saúde e segurança; Orientação jurídica; Assistencialismo. Economicista – Negociação/acordos coletivos

economicista no SINDIÁLCOOL, a forte presença economicista no SINTCON e o caráter assistencialista da imprensa do SEC.

**Gráfico 5 - Assuntos da categoria
Presidente Prudente - 1999**



Fonte: Pesquisa de campo, 1999

Em relação aos assuntos para os trabalhadores em geral, a grande parte é constituída de informações sobre o movimento sindical e movimentos sociais de uma forma geral (cerca de 86% deste assunto) complementada com informações sobre manifestações nacionais das Centrais Sindicais, sindicatos ou movimentos sociais, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), este assunto surge exclusivamente na imprensa da APEOESP e do SEEB.

Quanto aos assuntos gerais, cabe destacar que as frequências maiores foram encontradas nos assuntos relacionados ao Plano Real/Governo FHC, Previdência Social, trabalho e Economia, conforme expressa o Quadro 10. Percebe-se, também, a prioridade dada por alguns sindicatos aos assuntos relacionados aos interesses imediatos dos trabalhadores, embora sejam de amplitude incontestável, como Desemprego, Plano Real, inflação, etc. Mais adiante, teremos condições de detalhar vários aspectos que envolvem a priorização de determinados temas, principalmente através da avaliação qualitativa do discurso presente na imprensa sindical.

Quadro 10 - Assuntos de Interesse geral na imprensa sindical analisada

Presidente Prudente/SP Julho de 1997 a Junho de 1999

	Plano Real/ Governo FHC		Previdência Social		Trabalho		Economia		Desemprego		Total	
	Nº	(%)*	Nº	(%)*	Nº	(%)*	Nº	(%)*	Nº	(%)*	Nº	(%)*
APEOESP	2	3,7	7	12,9	11	20,3	1	4,4	2	3,7	23	42,6
SEEB	18	18,5	17	17,5	13	13,4	22	23,4	14	14,4	84	86,6
SEC	2	50,0	0	-	2	50,0	0	-	0	-	4	100
SINTCON	1	14,3	0	-	2	28,6	1	14,3	2	28,6	6	85,7
SSM	9	30	7	23,3	0	-	0	-	3	10,0	19	63,3
Total	32	16,7	31	16,1	28	14,6	24	12,5	21	10,9	136	70,8

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

Obs.: O SINDIÁLCOOL não apresentou artigos que se enquadrem nos assuntos em questão, durante o período da pesquisa.

* Índice correspondente a participação percentual destes temas nos assuntos de interesse geral para cada sindicato

Um dos aspectos que contribuem para a diferenciação entre os tipos de imprensa sindical, aparece quando, por exemplo, DELERBRA distingue

a imprensa marginal da grande imprensa quanto a seus propósitos comerciais. Essa distinção podemos adotar quanto à imprensa sindical, já ela é um instrumento de ação do sindicato, não se constitui ela mesma um elemento à parte e constitutiva de fonte de recursos financeiros. Sua inserção, diferentemente da grande imprensa que se constitui numa fonte em si de acumulação capitalista, é declaradamente tático-estratégica (porém em alguns sindicatos poderíamos dizer publicitária), situada fora dos princípios diretamente mercadológicos de comercialização das informações/opiniões.

A oposição ao governo afirmada por DELERBRA, como constitutiva da imprensa marginal, só pode ser compreendida na imprensa sindical enquanto elemento não generalizado, já que se faz necessário distinguir as gradações de oposição aos governos existente em cada sindicato, ou seja, se a disputa ocorre nos parâmetros delimitados pela agenda restrita da esfera produtiva, portanto inserida numa perspectiva economicista e que apenas reivindica atenção do governo, ou se avança para perspectivas contra-hegemônicas de crítica radical ao próprio Estado e as classes dominantes, à dominação de classe exercida pela burguesia.

Tal delimitação de oposição ao governo deve ser compreendida, portanto, na dinâmica histórico-espacial de consolidação da estrutura sindical, consubstanciada pela intervenção do Estado populista da era Vargas, em que os elementos constitutivos, tanto da estrutura em si, como dos sindicalistas que dão sentido a ela, ainda se encontram profundamente arraigados à cultura do

sindicalismo de Estado, para retomamos a expressão de BOITO JR., conforme já tivermos oportunidade de tratar anteriormente.

Também, quanto ao papel de organizador coletivo, como atesta DELERBRA, a imprensa sindical não pode, ainda, enquadrar-se à imprensa marginal, já que o papel de organizador coletivo, formulado por Lênin, significa ter a imprensa sindical um papel estratégico que extrapole o sentido que lhe é fornecido pelos sindicatos, ou seja, mesmo nos sindicatos mais “*à esquerda*” no espectro político, a imprensa sindical, conforme atesta FERREIRA, cumpre apenas o papel de mobilizador e agitador coletivo. A autora referencia-se nas proposições leninistas sobre a imprensa proletária em que o jornal deve ser um organizador coletivo, ou seja, um instrumento estratégico de referencial para a luta coletiva da classe operária, que ao mesmo tempo que - ao traçar políticas comuns para organizações diferenciadas, mas com mesmo propósito revolucionário - funciona como propagador coletivo desta política, (re)estrutura a organização e define os liames de ação imediata e histórica⁴⁸.

Neste sentido, é importante ressaltar a centralidade das formulações leninistas para os autores estudados, pois Lênin como teórico da ação revolucionária, concebeu os periódicos superando a concepção mobilizatória e agitadora, que segundo ele seria insuficiente para a função revolucionária, que o periódico poderia desempenhar⁴⁹. Mais do que isso, a proposta leninista assumia

⁴⁸ □ Para mais detalhes ver LÊNIN, (1978)

⁴⁹ “A missão dos periódicos não se limita (...) a difundir idéias, a educar politicamente e a conquistar aliados políticos. O periódico não é somente um propagandista coletivo e um agitador coletivo, senão também um organizador coletivo” (LÊNIN apud SCHWANKE, 1994: 41)

que o periódico (no caso de Lênin, vinculado ao partido revolucionário) deveria agir como um organizador coletivo, e utilizando-se da metáfora que o próprio Lênin utilizou, - o jornal deve ser como a linha que o pedreiro estica para erigir o muro, o que significa que no jornal deve estar explícita a conduta política geral do partido, que cada seção territorialmente dispersa deve seguir. Esta centralidade pode ser compreendida enquanto o vir-a-ser da imprensa sindical, pois seria a condição necessária à atuação contra-hegemônica

Além disso, a compreensão da imprensa sindical como organizadora coletivo permite-nos superar a dicotomia do papel desempenhado pela imprensa de ser formativa ou informativa, pois a despeito da imanência formativa na distribuição de informações, assumir a imprensa sindical como organizador coletivo do movimento operário significa assumir abertamente o papel de formação política dos trabalhadores voltados para os interesses do operariado.

Como organizador coletivo, a imprensa sindical deixa de ser um apêndice da ação sindical para compor-se enquanto elemento estratégico desta ação, pois passa a constituir-se como instrumento de orientação da ação imediata e histórica, mediando outros componentes da ação sindical e partidária com o movimento operário.

Assim, a imprensa sindical, para cumprir a função de organizadora coletivo, segundo os autores citados, traz em si a inerência de componentes distinguidores, não só em relação à imprensa burguesa, mas da chamada imprensa alternativa, pois não bastaria opor-se ao *status quo*, faz-se

necessário organizar coletivamente a ação revolucionária e o modelo próprio que esta imprensa organizada coletiva deve assumir precisa estar inserida num modelo de comunicação interativa, ou seja, resgatar o princípio comunicativo da imprensa. Nesse sentido, SCHWANKE assevera que :

Para Lênin, ainda que a luta econômica, dirigida contra os capitalistas, pudesse melhorar a situação dos operários, somente a luta política, contra o Estado capitalista, poderia estender o poder político à classe operária, proporcionando uma melhoria duradoura. Na sua concepção a luta política abarcaria a conquista do direito de livre organização, possibilitando a edição de periódicos. Portanto, o desenvolvimento da imprensa operária mediará a formação da consciência política nesta classe social, processo em que a classe –para-si organizar-se-ia em movimento político. As suas histórias são paralelas e não por acaso.

Demarcada a sua importância na luta política, enquanto processo ideológico estratégico, à comunicação no sentido operário estaria reservado o espaço da interação e do dialogismo (SCHWANKE , 1994, p. 41, grifo do autor)⁵⁰

Desta forma, podemos vislumbrar o papel ideológico e estratégico que, segundo os autores citados, a imprensa sindical pode vir a desempenhar identificando-se com a imprensa operária, participando da organização coletiva dos trabalhadores no contra-discurso, contestador da ordem vigente e portador de uma nova sociabilidade/territorialidade, atuando contra-hegemonicamente para estabelecer laços de solidariedade entre os trabalhadores, para constituírem-se em classe para si mesmos.

⁵⁰ grifo nosso

Como pudemos observar, nesses autores há um esforço de enquadramento da comunicação sindical em alguma modalidade comunicativa conhecida, assim as interpretações da comunicação sindical como subalterna, popular ou marginal trazem, em si, a questão da necessidade (ou não) de classificação da comunicação sindical em uma das modalidades mencionadas.

Tal esforço pode mostrar-se carregado de falsas questões, pois, se a classificação por um lado facilita a compreensão da função exercida pela comunicação sindical no contexto social, revela também suas vinculações orgânicas com a contestação do *status quo*, por outro lado, falseia a questão, pois não há identificação necessária da comunicação sindical com o movimento operário, como já frisamos. Portanto, revelar que conceitualmente a comunicação é subalterna, popular ou marginal pode-se incorrer num equívoco, tendo em vista que somente em alguns casos poderíamos enquadrá-la como tal. Assim, insistimos em afirmar que a comunicação sindical é a comunicação dos sindicatos, não havendo em sua definição possibilidade de restringi-la a apenas uma orientação ideológica.

3.3 Interação e democracia sindical

A interatividade da comunicação sindical assume, então, relevância para a ação contra-hegemônica, pois significa resgatar a essência da

comunicação, o que recolocaria os modelos comunicativos praticados nas entidades sindicais em distinção ao modelo hegemônico de comunicação burguesa. Significa, então, resgatar um modelo sindical que, ao instituir-se e com o desenvolvimento organizacional, foi perdendo capacidade de diálogo entre base e cúpula. O que se encontra na literatura pertinente consultada é que esse resgate é fundamental para que a comunicação sindical seja instrumentalizada como componente de democratização sindical.

Pois, é justamente o resgate do contato com os trabalhadores no cotidiano que reside a essência da comunicação sindical, como MOMESSO afirma:

...é um processo dialógico ininterrupto, dinâmico, vivo, sempre em transformação, que se processa através de canais constituídos pelas próprias práticas cotidianas da vida dos trabalhadores, pelo ambiente instituído nos locais de trabalho a partir das atividades sindicais, etc. (MOMESSO, 1994, p. 5)

Desta forma, é interessante que para Bruno FUSER, a questão da participação dos trabalhadores da base no processo comunicativo sindical estaria colocando em contraposição à herança leninista de dirigismo partidário, em que o partido proletário seria o único determinador da direção cultural da revolução, inclusive as políticas de comunicação. Assim a imprensa sindical oriunda destas organizações não estaria participando do desenvolvimento de uma cultura proletária proveniente das contribuições dos próprios trabalhadores.

Ainda segundo FUSER, tal prática trouxe como consequência a reprodução dos valores da hegemonia burguesa no campo comunicativo para as práticas das organizações classistas operárias:

Se a ausência de participação tem sido verificada na prática comunicativa de inúmeros sindicatos – não só cutistas – ou, ao menos, tal participação é indireta; com base nos argumentos apresentados acima, isso trouxe por consequência a reprodução de outros valores tradicionais de produção da comunicação. Não rompeu-se com a teoria do ‘receptor passivo e médio’ no campo da comunicação (1995, p. 70).

Ainda, segundo o mesmo autor, a comunicação sindical, para ser considerada uma comunicação contra-hegemônica, deve estabelecer novas relações que superem a prática homogeneizadora da comunicação na sociedade capitalista e recoloca como condição da comunicação o resgate da própria essência comunicativa, que é o processo interativo:

Podemos concluir que a comunicação praticada por grupos como os sindicatos cutistas poderia ser considerada de fato como comunicação de esquerda caso, em primeiro lugar, essas entidades se constituíssem em organizações que buscassem emancipar-se em relação às amarras da tradição, rompendo com o status quo na sociedade brasileira, na defesa do igualitarismo; e da comunicação, se deixasse de lado a cautela e corresse o risco de abrir espaço – real – à participação dos trabalhadores nas políticas de comunicação e na sua execução. (FUSER, 1995, p. 74)

Portanto, a imprensa sindical interativa é o modelo a ser adotado, segundo esses autores, para que possa constituir-se em instrumento de contra-hegemonia, pois assumiria não somente o discurso contra-hegemônico, como fundamentalmente uma estrutura própria, que estaria em consonância com a democratização das relações sindicais, geradoras de novas práticas sociais.

A democratização das relações sindicais significa estabelecer novos elos de solidariedade entre trabalhadores da base e cúpula dirigente, rompendo com a divisão no interior do movimento sindical, significa, portanto, estabelecer como liames definidores da atuação sindical a participação ativa de todos os trabalhadores nas decisões do sindicato, o que resulta uma organização sindical propícia à conscientização política, condição para a participação e para a gestão sindical democrática.

À comunicação sindical, neste contexto, coloca-se a responsabilidade de garantir canais de diálogo entre trabalhadores e dirigentes. Todavia, só poderá cumprir essa função, se for concebida para tal, pois, apesar de ser inerente à comunicação, a interatividade só se concretiza com a atuação dos responsáveis por sua organização, conforme podemos observar na afirmação de GERALDO:

Se o movimento sindical mantiver sua postura tradicionalmente cupulista, autoritária e despolitizada, a comunicação sindical e as relações estabelecidas na sua produção também serão unidirecionais e autoritárias e despolitizadas. A democratização da comunicação sindical é inerente à democratização da estrutura e das relações sindicais, e isso só é possível com o envolvimento dos

trabalhadores enquanto sujeitos ativos desse processo.
(1995, p. 51)

Portanto, para estes autores a comunicação sindical interativa e a democracia sindical complementam-se na constituição de sindicatos potencialmente contra-hegemônicos.

3.4 Sindicalismo e luta de classes na imprensa sindical

Em alguns autores podemos verificar a importância da imprensa sindical enquanto locus da luta de classes e também de outros embates ideológicos no interior do sindicalismo (sindicalismo de classe, sindicalismo de resultados, sindicato neoliberal, etc.). Tal perspectiva revela-se particularmente importante para nossos estudos, pois permite-nos constatar na imprensa sindical as diferentes posições ideológicas presentes no sindicalismo brasileiro, que apresentam tanto posições assumidamente classistas (operárias) como em oposição, as concepções colaboracionistas do capital.

A luta de classes na imprensa sindical apresenta-se delineada pela intervenção no interior do sindicato das concepções burguesas de organização sindical e da própria comunicação sindical, como já tivemos oportunidade de salientar. Ora, se considerarmos a imprensa sindical como expressão das concepções ideológicas dos sindicalistas, temos condições de vislumbrar os embates que se travam no interior destes sindicatos e a direção que está sendo assumida, pela própria organização do modelo comunicativo.

Como podemos constatar, dos sindicatos analisados, somente os sindicatos filiados à CUT mantêm uma secretaria de imprensa (ver Quadro 11), com incumbência de organizar os jornais como instrumento da ação sindical.

Quadro 11 – Secretarias de imprensa e responsabilidade pelo jornal

Presidente Prudente/SP

SINDICATO	CENTRAL	SECRETARIA IMPRENSA	RESPONSABILIDADE PELO JORNAL	DECISÃO DA PAUTA
APEOESP	CUT	Sim	Secr.Imprensa	Diretoria
SEEB	CUT	Sim	Secr.Imprensa	Secr.imprensa
SSM	CUT	Sim	Secr.Imprensa	Secr.Imprensa
SEC	USI	Não	Empresa jornalística	Presidente com empresa contratada
STIAC	CUT	Não	Diretoria	Diretoria
SINDIÁLCOOL	Força Sindical	Não	Diretoria	Diretoria
SINTCON	Sem filiação	Não	Diretoria	Diretoria

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

As concepções sobre a organização do setor comunicacional já se revelam distintas neste aspecto, colocando de um lado os sindicatos que vislumbram a importância estratégica da comunicação sindical, elevando-a à condição de secretaria ou departamento de imprensa, desta forma buscando garantir um veículo de comunicação impresso de forma regular e conscientemente com os trabalhadores da base, de outro lado, os sindicatos que ainda mantêm como característica da organização comunicacional a centralização das decisões no presidente do sindicato.

Ainda enquanto instrumento de análise da luta de classes no interior do sindicalismo, podemos também verificar como se distinguem os jornais sindicais quanto aos assuntos abordados, pois revelam justamente o que pretendem os sindicalistas de seu jornal, ao privilegiarem determinadas informações, podem favorecer a inculcação de determinadas ideologias, obviamente que tal análise deve ser feita no contexto de atuação e das condições materiais de manutenção de cada sindicato. Além disso, é necessário atentar para abordagem que pode ser dada a cada assunto, pois o mesmo pode ter várias abordagens, cada qual com desdobramentos políticos distintos.

Em Presidente Prudente, a análise que realizamos, apresenta para os seis sindicatos com imprensa sindical, que os assuntos tratados são diversificados⁵¹. Para se ter uma avaliação geral elaboramos o Quadro 12, com os 5 assuntos mais tratados por cada jornal no período de julho de 1997 a Junho de 1999.

Quadro 12. Principais assuntos tratados na imprensa sindical analisada

⁵¹ sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo (Coureiros); sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente e região (SEC); sindicato dos Bancários e Financeiros de Presidente Prudente e região (SEEB); sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e Pesada, Terraplenagem, Instalação Elétrica e Hidráulica, do Mobiliário e Material Cerâmico de Presidente Prudente e região (Construção Civil); sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente; sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Química, Farmacêutica e de Fabricação do Álcool de Presidente Prudente e região (SINDIÁLCOOL).

Presidente Prudente/SP, Julho de 1997 a Junho de 1999

Sindicato	Assuntos	Nº	%
APEOESP	Problemas nos locais de trabalho	21	13,5
	Ação sindical	19	12,2
	Orientação jurídica	15	9,7
	Movimento sindical/social	14	9,0
	Reformas no Ensino	12	7,7
	Total	81	52,1
SEEB	Negociações/acordos coletivos	89	20,3
	Notícias sobre as empresas	76	17,4
	Problemas nos locais de trabalho	57	13,0
	Movimento sindical/social	39	8,9
	Ação sindical	31	7,1
	Total	292	66,7
SEC	Saúde e segurança	6	18,8
	Assistencialismo	5	15,6
	Movimento sindical/social	4	12,5
	Orientação jurídica	4	12,5
	Atividades esportivas e culturais	4	12,5
	Total	23	71,9
SINTCON	Negociações/acordos coletivos	36	40,4
	Ação sindical	11	12,3
	Organização sindical	9	10,2
	Atividades esportivas e culturais	9	10,2
	Assistencialismo	4	4,5
	Total	69	77,6
SSM	Organização sindical	21	23,6
	Ação sindical	11	12,3
	Movimento sindical/social	10	11,2
	Plano Real/Governo FHC	9	10,1
	Atividades esportivas e culturais	8	9,0
	Total	59	66,2

SINDIÁLCOOL	Problemas nos locais de trabalho	6	42,8
	Negociações/acordos coletivos	5	35,7
	Saúde e segurança	2	14,4
	Atividades esportivas e culturais	1	7,1
	Total	14	100
Geral	Negociações/acordos coletivos	135	16,5
	Problemas nos locais de trabalho	93	11,4
	Notícias sobre empresas	76	9,3
	Ação sindical	74	9,0
	Movimento sindical / movimentos sociais	70	8,6
	Total	448	54,8

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

A análise do Quadro 12 demonstra a concentração da imprensa sindical em alguns assuntos, já que em todos os sindicatos analisados os cinco mais frequentes correspondem a mais de 50% daqueles tratados pelo sindicato, cujos extremos são de um lado a APEOESP com 52,1% de concentração e de outro o SINDIÁLCOOL com 100% de concentração em apenas quatro assuntos.

A análise que realizamos até o momento, de caráter quantitativo, contribui para a definição dos perfis diferenciados da imprensa sindical em Presidente Prudente, com especial destaque para o privilegiamento de alguns assuntos, que demonstram a concepção de sindicato presente nos dirigentes sindicais, como por exemplo a forte presença de conteúdo assistencialista no SEC, cujos sentidos apontam para uma concepção de sindicato forjada pelo sindicalismo de Estado, em que os sindicatos contribuem para melhoria das condições de vida dos trabalhadores fornecendo vantagens que busquem compensar as dificuldades originadas nas precárias condições de trabalho (baixa remuneração e ineficiência dos serviços públicos).

No entanto, é através dos posicionamentos explicitados pelos dirigentes em relação a alguns temas presentes ou ausentes na imprensa sindical é que podemos melhor perceber os posicionamentos políticos das lideranças.

Para efeito de análise, escolhemos alguns temas presentes nas publicações analisadas e procuraremos esmiuçar os sentidos que essas publicações trazem, através do discursos presentes na imprensa sindical. Tais temas referem-se basicamente a questões gerais que envolvem interesses diretos e indiretos dos trabalhadores e que podem ser destacadas como fundamentais para interpretação ideológica dos dirigentes.

Desta forma, procuraremos verificar o posicionamento dos dirigentes em relação a alguns temas da política nacional, da economia, dos movimentos sociais e da própria ação sindical, lembrando que durante o período analisado houve a realização de eleições gerais em 1998, e que procuraremos atentar para as posições assumidas.

Durante as entrevistas, procuramos investigar a possibilidade de utilização do jornal como instrumento de influência política de forma direta pelos sindicalistas. Através das respostas fornecidas, podemos inferir que os sindicalistas, de uma forma geral, têm consciência da possibilidade de influência política nos trabalhadores da base, conforme atesta o Quadro 13.

Quadro 13 – Influência política da imprensa sindical segundo os sindicalistas

Sindicatos	Você acha que o Jornal pode influenciar politicamente os trabalhadores?	Utilização do jornal para exercer influência política
APEOESP	Sim, têm uma influência em termos de politização de uma forma geral	Para orientar sobre os candidatos.
SEEB	Sim	Mais em termos de orientação política, principalmente contra o neoliberalismo.
SEC	Sim	No sentido de orientar.
STIAC	Muito pouco, os trabalhadores se interessam pouco por política. Mais presente nas eleições	Sim
SINTCON	Em termos, talvez não politicamente de uma forma geral, mas no caso das eleições sim.	Só para atentar para os candidatos à eleição. Não dá para influenciar muito, mas tem que ter política.
SSM	Sim, sendo o impacto maior nas pessoas mais humildes	Têm consciência que pode utilizar assim, mas não sabe se usa como deveria.
SINDIÁLCOOL	Sim, em termos de esclarecimento	Também para esclarecer

Fonte: Pesquisa de campo, 2000

As respostas apontam para uma compreensão de possibilidade de influência política pautada no aspecto eleitoral, ou seja, os sindicalistas entrevistados demonstram um certo consenso de que o sindicato não deve negligenciar a escolha de candidatos pelos trabalhadores da base, mas cuja postura deve pautar-se pelo apartidarismo. Em nenhuma das respostas pudemos perceber uma preocupação com a influência política de longo prazo, ou seja, com a possibilidade de construção de projetos políticos que transcendam as necessidades imediatas dos trabalhadores.

Interessante observar que alguns dirigentes têm participação efetiva em partidos políticos, exclusividade do PT, que também foi o Partido mais citado pelos dirigentes conforme expressa o Quadro 14, elaborado a partir das respostas dos sindicalistas sobre a militância política.

Quadro 14 – Militância política dos dirigentes sindicais entrevistados

Sindicatos	Militante	Simpatizante
APEOESP	PT	
SEEB		PT
SEC		PT e PSDB
SINTCON		PT, anteriormente apoiava o PMDB
STIAC		PT
SSM	PT	
SINDIALCOOL	PT	

Fonte: Pesquisa de campo, 2000

Desta forma, o Partido dos Trabalhadores tem sido o Partido Político que mais agrada às lideranças sindicais entrevistadas; tal fato revela que a despeito de muitos considerarem o sindicalismo não vinculado à CUT, como sendo apartidário, o PT logrou tornar-se o Partido de preferência quase unânime entre estes sindicalistas, o que demonstra a amalgamação de diversas nuances políticas, que encontram ressonância entre estes sindicalistas. Revelam também, essas declarações a potencialidade deste Partido como veículo de canalização das demandas destes líderes sindicais.

Os assuntos diretamente ligados a questões políticas como “Eleições 98” e “Plano Real/Governo FHC”, foram relativamente pouco frequentes nos jornais analisados, aparecendo em apenas 50 oportunidades, ou

6,1% do total, destacando-se a frequência significativa desses assuntos no SSM, como demonstra o Quadro 15.

**Quadro 15 – Frequência dos assuntos “Política” e
“Eleições 98” nos sindicatos pesquisados.**

	Política		Eleições 98		Plano Real / Governo FHC		Total	
	Nº	(%)*	Nº	(%)*	Nº	(%)*	Nº	(%)*
APEOESP	2	1,3	5	3,2	2	1,3	9	5,8
SEEB	8	1,8	1	0,3	18	4,1	27	6,3
SEC	0	0	0	0	2	6,3	2	6,3
SINTCON	0	0	0	0	1	1,1	1	1,1
SSM	0	0	2	2,3	9	10,1	11	12,4
Total	10	1,2	8	1,0	32	3,9	50	6,1

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

*Este índice representa a participação percentual do assunto no total de assuntos de cada sindicato

Portanto, verificamos que as Eleições 98 estiveram presentes somente no SSM, SEEB e APEOESP, que a despeito de serem os únicos sindicatos que apresentaram tais assuntos, fica evidente que a participação percentual é pequena, num total de pouco mais de 1,0%, e aparecendo em 8 oportunidades durante o período em questão, com destaque para a APEOESP que apresentou índice de 3,2%.

A abordagem utilizada por esses sindicatos para estes temas demonstra que mantiveram-se em nítida oposição ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, revelado pelas denúncias de estelionato eleitoral, pelas críticas

ao programa econômico do governo federal e barganha política na votação da emenda que garantiu o direito de reeleição para o Presidente da República.

Tal aspecto contestatório dessas publicações coadunam-se com o fato de esses sindicatos serem filiados à CUT, explicitando uma coordenação significativa entre as posições assumidas entre a Central e esses sindicatos de oposição ao governo FHC.

Importante ressaltar que muitos dos artigos voltados especificamente às eleições 98 foram publicados posteriormente à realização do pleito eleitoral, principalmente com críticas contundentes à ausência de esclarecimentos à população sobre a crise econômica que já estava ocorrendo e as medidas adotadas pelo governo federal após a vitória eleitoral.

Somente o Jornal da APEOESP apresentou artigo de sentido mais claramente orientativo ao publicar as biografias dos três principais candidatos a Presidente da República, com ênfase na origem obreira do candidato Luis Inácio Lula da Silva e críticas ao atual presidente FHC, destacando também o candidato Ciro Gomes como candidato de alternativa à direita do espectro político. Além disso, o Jornal destacou também candidatos à Assembléia Legislativa paulista e à Câmara dos Deputados filiados à APEOESP, com pequena biografia de cada um deles.

Diferenciam-se estes cinco sindicatos pelo fato de que no SEC, as duas vezes em que houve artigo relacionado a estes temas, a ênfase recaiu sobre os aspectos negativos da política econômica, principalmente o desemprego e

arrocho salarial, ou seja, críticas voltadas exclusivamente voltadas à esfera de atuação econômica do presidente FHC.

Já nos sindicatos filiados à CUT (SSM, SEEB e APEOESP) tais assuntos mereceram destaque em relação às denúncias sistemáticas de corrupção eleitoral e em geral, praticada pelos integrantes do governo FHC (Executivo e Legislativo, principalmente).

Ficou evidente para nós o caráter contestatório dessas publicações em relação ao governo FHC, cujas críticas destacam principalmente a má administração do país e as conseqüências para os trabalhadores.

Em relação às eleições 98, nas publicações em que tal assunto esteve presente, o mesmo tom de crítica ao presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi mantido, ou seja, esta imprensa sindical procurou assumir abertamente posição contrária à reeleição, o que naquele contexto significava um apoio velado à candidatura de Luis Inácio Lula da Silva (PT), embora em nenhum momento tenha havido campanha abertamente favorável ao candidato.

No SINTCON em apenas uma oportunidade deparou-se com um único artigo cujo tema se propunha a uma avaliação do governo FHC, apontando que o presidente da República não tem compromisso com os trabalhadores, “que ele só tem feito para prejudicar a população mais pobre.”

Em relação a assuntos como “Desemprego”, “Trabalhadores” e “Previdência Social” verificamos que há novamente maior participação percentual

nos sindicatos filiados à CUT, e em termos gerais estes temas são pouco mais freqüentes que os anteriores, como podemos observar no Quadro 16.

Quadro 16 – Freqüência dos assuntos “Desemprego”, “Trabalhadores” e “Previdência Social” nos sindicatos pesquisados.

Sindicatos	Desemprego		Trabalhadores		Previdência Social		Total	
	N°	(%)*	N°	(%)*	N°	(%)*	N°	(%)*
APEOESP	2	1,3	11	7,1	7	4,5	20	12,9
SEEB	14	3,2	13	2,9	17	3,9	44	10,0
SEC	0	0	2	6,3	0	0	2	6,3
SINTCON	2	2,2	2	2,2	0	0	4	4,4
SSM	3	3,4	0	0	7	7,7	10	11,1
Total	21	2,5	28	3,4	31	3,8	80	9,7

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

*Este índice representa a participação percentual do assunto no total de assuntos de cada sindicato

Podemos verificar que esses sindicatos também foram os únicos que publicaram artigos sobre a previdência social, atingindo no caso do SSM o maior índice percentual.

Do ponto de vista qualitativo, nestes assuntos a APEOESP revelou-se particularmente enfática em relação aos artigos sobre os trabalhadores de uma forma geral; veicularam os resultados de uma pesquisa realizada pelo sindicato sobre as condições de trabalho dos professores, além disso, a exemplo do que ocorreu anteriormente, os comentários sobre a reforma previdenciária e o pacote econômico pós-eleitoral revelam a oposição sistemática do sindicato às propostas do governo federal.

O acompanhamento freqüente sobre a Previdência Social demonstrou que sindicatos filiados à CUT mantiveram-se em sintonia entre eles, já que houve ênfase no tom de denúncia das práticas adotadas pelo presidente da República, na aprovação das emendas da Reforma Previdenciária.

Porém, também notamos que houve pequeno destaque para questões particulares de cada categoria, como no caso da APEOESP, com a discussão sobre a aposentadoria especial para os professores.

Em relação ao Desemprego, o aspecto consensual entre os cinco sindicatos está na vinculação presente nas publicações, entre o aumento do desemprego e a política econômica adotada pelo governo federal. Nos casos da APEOESP e do SSM houve a presença de artigos enfatizando as mobilizações dos sindicatos no combate ao desemprego, notadamente às vinculadas à CUT.

No SEEB a questão do desemprego além das informações e opiniões genéricas, houve ênfase na questão do desemprego especificamente no setor financeiro, alertando para as causas que o sindicato aponta como sendo da reestruturação bancária e automatização.

Em relação ao SINTCON observamos que o discurso presente em sua publicação revela a preocupação com a perda dos direitos trabalhistas e do poder de compra, também criticando a política econômica.

Quanto ao desemprego enfatizaram, nas duas vezes que tal tema apareceu, a questão específica da categoria, em que a paralisação de obras públicas teve impacto muito grande sobre o emprego no setor, e defendem a participação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico.

A regulamentação do contrato temporário foi freqüentemente citada nas publicações, principalmente no SEC e SEEB, com críticas contundentes à sua aprovação, argumentando que tal contrato terá impactos negativos sobre o nível de emprego.

Em relação aos assuntos “Movimento sindical/mov. Social” e “manifestações” notamos uma significativa participação percentual, próximo de 10%, nas publicações analisadas, demonstrando que nesses sindicatos há preocupação em manter informados os trabalhadores sobre o próprio movimento sindical, conforme podemos verificar no quadro 17.

Quadro 17 – Freqüência dos assuntos “movimento sindical/movimento social” e “manifestações”

Sindicatos	Movimento sindical / Movimento social		Manifestações		Total	
	Nº	(%)*	Nº	(%)*	Nº	(%)*
APEOESP	14	9,0	5	3,2	19	12,2
SEEB	38	8,9	6	1,5	44	10,4
SEC	4	12,5	0	0	4	12,5
SINTCON	3	3,4	0	0	3	3,4
SSM	10	11,2	0	0	10	11,2
Total	70	8,6	11	1,3	81	9,9

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

*Este índice representa a participação percentual do assunto no total de assuntos de cada sindicato.

Obs.: O SINDIÁLCOOL não apresentou artigos que se enquadrem nos assuntos em questão, durante o período

Salientamos que por “Movimento sindical / Movimento social” compreendemos as informações sobre o sindicalismo de uma forma geral,

excluindo-se as notícias sobre o próprio sindicato, quando foram incluídos temas como as diversas mobilizações de outras entidades, quer sejam as respectivas Federações e Confederações da estrutura vertical, ou dos movimentos sociais, incluímos no assunto “Manifestações”.

Somente no sindicato dos SEEB e na APEOESP que o assunto “Manifestações” esteve presente, indicando maior preocupação com as mobilizações extra-categoria, principalmente as manifestações vinculadas à participação da CUT, mas ressaltando também as manifestações da categoria.

Em relação aos movimentos sociais, não houve destaque específico para nenhum, somente citados quando da realização de manifestações conjuntas, como o caso do MST, o que indica distanciamento em relação a outras frentes de lutas dos trabalhadores.

No caso do SINTCON, a ênfase recaiu sobre o II Congresso da FETICON (Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do estado de São Paulo), que debateu o neoliberalismo e as conseqüências para os trabalhadores, não houve nenhuma menção a outros sindicatos.

Em todos os outros quatro sindicatos, em maior ou menor grau, foram publicados artigos sobre o movimento sindical em geral, ou seja, questões que estão colocadas não exclusivamente para a categoria, mas as próprias articulações que envolvem o sindicalismo. Nos sindicatos filiados à CUT, houve significativa freqüência dos atos realizados pela Central.

A experiência do Conselho Intersindical de Presidente Prudente, que procura estabelecer alianças nos diversos sindicatos de Presidente Prudente,

independente das diversas concepções política, só foi ressaltada pelo SEC, justamente quando da alteração do comando do Conselho, que aparentemente foi apoiada pelos dirigentes deste sindicato.

Por fim, o assunto “ação sindical” envolve artigos que enunciam atitudes dos sindicatos em relação a algumas questões colocadas, que tanto podem se resumir a aspectos meramente econômicos e de condições de trabalho, quanto a possíveis articulações políticas.

As informações levantadas indicam que, em todas as publicações analisadas, a “ação sindical” esteve presente em 9,0% delas, ou 74 vezes, número que assegurou esse título o 4º lugar em relação aos assuntos mais presentes em todas as publicações analisadas, como pode-se constatar através do Quadro 18.

Quadro 18 – Frequência do assunto “ação sindical” nos sindicatos pesquisados

Sindicatos	Ação sindical	
	Nº	(%)*
APEOESP	19	12,2
SEEB	31	7,1
SEC	2	6,3
SINTCON	11	12,3
SSM	11	12,3
Total	74	9,0

Fonte: Pesquisa de campo, 1999

*Este índice representa a participação percentual do assunto no total de assuntos de cada sindicato

Percebe-se que os sindicatos SSM, SINTCON e APEOESP apresentam-se, proporcionalmente, com maiores frequências, porém no caso do

SEEB o número de artigos representa quase a metade dos publicados sobre este assunto.

Analisando o discurso presente nesses artigos inferimos que a maioria deles refere-se a ações dos sindicatos voltados à garantia de recebimento de salários atrasados (SSM, principalmente), ao não pagamento de horas extras ou cumprimento de acordos coletivos pelas empresas.

Além disso verificamos na APEOESP e no SSM, ações voltadas à implementação de Plano de Carreiras e Salários que se coadunam com a presença de acompanhamento de transformações nas políticas educacionais (no caso da APEOESP) ou na administração pública municipal (SSM), lembrando que nos dois casos trata-se de sindicatos vinculados ao Serviço Público.

No SEEB também verificamos a presença de acompanhamento sistemático da administração dos Bancos, principalmente pela intensa reestruturação no mercado financeiro, com fusões bancárias e abertura ao capital estrangeiro. Na Folha Bancária a ênfase deste tema foi muito significativa, pois embora possuam nuances de ação sindical, resolvemos classificá-lo separadamente no assunto “notícias sobre as empresas” com 76 artigos, ou 9,3% de todos os artigos publicados.

As ações grevistas, considerando-se sua radicalidade, expressam situações em que, mesmo nos sindicatos mais propensos à atuação negociada, a normalidade é colocada em questão, até quando considerarmos se o movimento paredista é pelo cumprimento de acordos legalmente negociados. Portanto, a disposição grevista é sintomática de posicionamentos políticos dos dirigentes e

dos trabalhadores da base. Esse assunto, aliás, esteve presente em quatro sindicatos analisados que, com exceção do SEC, demonstraram atuações significativas como no caso da greve dos professores da rede oficial de ensino e do SSM, quanto ao SEEB e SINTCON as greves apresentaram-se mais restritas, tanto em relação ao alcance, quanto à duração. Estas informações foram obtidas exclusivamente pelos artigos dos jornais analisados.

Pelo que expusemos, podemos asseverar que a imprensa sindical enquanto expressão da luta de classes, no campo simbólico e concreto, têm em sua diversidade de posicionamentos políticos, condições de nos fornecer elementos para refletirmos sobre o papel histórico dos sindicatos.

Para que tal fato ocorra, faz-se necessário que tenhamos a compreensão de que é no próprio processo histórico de formação das classes e de suas entidades representativas, que se encerra a possibilidade da apreensão da luta de classe na comunicação, como afirma Maria Nazareth FERREIRA:

Na sociedade brasileira, de economia capitalista, a história da imprensa proletária é a história de uma importante manifestação da luta entre a classe trabalhadora e as classes detentoras dos meios de produção. Esta forma, a luta de classes, travada em todos os campos, delineia-se com particular intensidade na arena das manifestações simbólicas, visto que a questão da comunicação passa a adquirir crescente importância no complexo social (FERREIRA, 1995, p.13)

Assim, a discussão que travamos acima sobre a democratização nos sindicatos perpassa a própria concepção da imprensa sindical enquanto locus da luta de classes, pois não assumi-la enquanto tal, significa para estes autores,

negligenciar a potencialidade contra-hegemônica do discurso sindical expresso na imprensa sindical.

A própria presença de uma imprensa sindical seria indicativo de um questionamento do poder das classes dominantes, pois em sua constituição estariam elementos de um universo simbólico próprio, que o singularizaria em relação às classes dominantes:

As classes subalternas constituem universo simbólico próprio, ainda que de modo fragmentário. A imprensa dos sindicatos de trabalhadores representa uma dessas manifestações de questionamento aos aparatos impositivos das classes dominantes (ARAÚJO, 1991, p. 30)

Portanto, a luta de classes na imprensa sindical significaria não somente a oposição de idéias, mas sobretudo enquanto instrumento de ação de classe, um instrumento de contra-hegemonia.

3.5 Comunicação de massa e imprensa sindical

A comunicação de massa representa, sobretudo, a comunicação exercida sob a égide da informação-mercadoria, no entanto não reside meramente no aspecto mercantil a importância estratégica dos meios de comunicação de massa, já que os meios de comunicação influenciam na conduta social, econômica

e política do indivíduo, portanto representam os interesses estratégicos e imediatos de classe.

Disto resulta que denominar meio de comunicação a mídia impressa, irradiada ou televisiva é negligenciar o aspecto unilateral de difusor de mensagem desta mídia, é equivocado acreditar que se possa estabelecer diálogo, além do diálogo fornecedor-consumidor, que permita a construção de veículos de comunicação democráticos, pois a gestão do veículo é empresarial, ou seja, com a hierarquização e autoritarismo de qualquer empresa capitalista.

Na sociedade de classes, a mídia funciona como uma empresa veiculadora da ideologia burguesa, pois por ser hegemônica, exerce o “monopólio da fala”, do tornar público seus interesses e fazer a sociedade comungar, em sua maioria, com os mesmos interesses, legitimando a exploração do trabalho. Ela não apenas aliena, mas sobretudo convence grande parte dos trabalhadores a aceitarem, ou mesmo agirem sob as prerrogativas mercadológicas. Assim podemos compreender como muitos trabalhadores identificam-se mais como consumidores do que como trabalhadores:

Comunicação como um processo viabilizado através da mediação cultural, materializado através da linguagem. O produto da comunicação é distribuído de maneira diferenciado na sociedade de classes e imbuído do referencial e do filtro ideológico daqueles que o conceberam, enquanto produto comunicacional (FIGARO, 1993, p.230)

Neste sentido, a comunicação sindical expressa as contradições sociais, representa a potencialidade do contra-discurso, pois apesar das diferenças

ideológicas no interior do sindicalismo, a comunicação sindical provem de uma organização não-mercantil, apesar de institucionalizada, não há atrelamento com a ideologia burguesa, pelo contrário, críticas contundentes contra o capitalismo têm constantemente surgido no interior dos sindicatos.

Este contra-discurso potencial ressalta-se na organicidade sindicato-mundo do trabalho, ou seja, apesar da institucionalização, das dificuldades de identificação movimento sindical-movimento operário, a comunicação sindical é exercida sob um viés não-mercadológico, vinculado aos interesses dos trabalhadores, mesmo que sejam tímidas as ações, os sindicalistas só alcançam legitimidade defendendo estes interesses. Reside neste aspecto um dos fundamentos da distinção em relação à grande imprensa, como afirma FIGARO:

...a imprensa sindical fala a partir do viés dos interesses de sua categoria e da instituição que representa; a grande imprensa propõe-se a falar a partir de uma sociedade generalizada numa figura dispersa, enquanto aglutinadora dos interesses de uma minoria, sem cara, mas, que na verdade está sintonizada com as concepções de mundo de seu público leitor, tratando-os como consumidores (FIGARO, 1993, p. 223)

Tal distinção aprofunda-se com o desenvolvimento tecnológico e monopolista do capitalismo, pois agora despido da imagem social-democrata, o desmonte do Estado de bem estar social revela a nova fase liberal, em que há o recrudescimento do apelo à competição, ao individualismo desta forma os meios de comunicação são chamados pelos capitalistas a assumirem controle mais

eficiente sobre a produção e maior eficácia na reprodução de sua ideologia, como salienta FERREIRA:

Assim como o desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista exige um sistema de comunicação sofisticado para garantir o controle de sua produção e para a reprodução de sua ideologia, também o crescimento do movimento sindical reclama novas formas de organização e de comunicação, aptas ao enfrentamento desta situação em que repousam interesses inconciliáveis entre as classes sociais (FERREIRA, 1995, p.13)

A necessidade de buscarem alternativas à altura dos desafios enfrentados coloca-se premente face ao desejo de construção da contra-hegemonia presente em alguns sindicalistas, pois os interesses burgueses estão preservados pelo monopólio dos meios de comunicação de massa, pela manutenção da indústria cultural atrelada às concepções burguesas de mundo. Desta forma, em muitos autores, podemos observar que o desafio que se coloca para o movimento operário é poder conceber estrategicamente o contra-discurso e travar com maior eficiência essa disputa de classes no campo simbólico:

...na etapa monopolista do capitalismo, as possibilidades de construção de hegemonia passam a ser extremamente desiguais no seio mesmo da sociedade civil; enquanto a burguesia e demais frações das classes dominantes detêm os gigantescos meios de produção e distribuição cultural e quase o monopólio da fala, do tornar público na sociedade; as classes trabalhadoras e seus aliados são alijados, de forma antidemocrática, da produção, do controle e acesso aos grandes meios de

produção e distribuição cultural. (RUBIM apud FERREIRA, 1995, p.17)

Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, conceber distintas as formas de comunicação dos trabalhadores e em oposição às concepções burguesas de comunicação, como já salientamos anteriormente. Neste aspecto é fundamental, em nossos estudos, tecer considerações sobre a proximidade ou não das formas comunicativas dos sindicatos com as formas de comunicação da grande imprensa, como salienta FERREIRA:

Nestas condições, uma análise crítica das formas de comunicação das classes subalternas deve ter como objetivo verificar até que ponto esta comunicação se distancia do modelo de dominação das classes hegemônicas, até que ponto não estaria ela também recriando novas formas de dominação no âmbito dos sindicatos, partidos, associações, etc., ou se realmente exercita novas formas de democratização da informação. (FERREIRA, 1995, p. 17)

3.6 A Comunicação sindical no Brasil

O modelo de sindicalismo majoritariamente praticado no Brasil é caracterizado pela intervenção do Estado na formação e organização das entidades sindicais, que entre outras conseqüências, permite que as direções sindicais possam manter-se independentes dos trabalhadores da base, já que os

recursos financeiros são garantidos através do imposto sindical com uma contribuição compulsória dos trabalhadores da base.

Desta forma, o estudo da comunicação sindical prescinde da análise dos mecanismos de poder nos sindicatos, podendo ser os modelos comunicativos adotados nos sindicatos como um indicador do nível de democracia praticado nas entidades sindicais, e em consequência da própria concepção de sindicato.

A esse respeito depreende-se das palavras de Gramsci que o sindicato assume determinada definição, pois as forças que o constituem lhe imprimem uma direção. Assim, a luta ideológica dentro dos sindicatos reflete-se diretamente na imprensa sindical, ou seja, a força que se hegemoniza no sindicato indicará o rumo a ser seguido pela imprensa sindical e a política de comunicação será ela mesma um indicativo destas posturas ideológicas.

Conforme afirma MOMESSO: “*A política sindical não só determina a importância atribuída à comunicação mas também o comportamento que ela deve assumir*” (MOMESSO, 1994, p.67)

Entretanto, é necessário lembrar que os sindicatos no Brasil são, em sua maioria, dirigidos de forma personalista, ou seja, há sempre uma cúpula de dirigentes que se encarregam das decisões, dos encaminhamentos das discussões, enfim da política do sindicato, incluindo a própria política de comunicação. Quer se ressaltar que nos sindicatos existe uma processualidade que irrompe qualquer classificação rígida de sua atuação, estando contextualizados num universo de contradições que emergem no campo de lutas imediatas e históricas. Considerar,

então, os sindicatos como constituídos somente da direção sindical é negligenciar as contradições que estabelecidas entre os trabalhadores.

Porém, há uma dinâmica e uma complexidade que não permitem fazer enquadramentos simplificados no movimento sindical nem na sua comunicação. Embora as direções sindicais possam ser, os sindicatos não são monolíticos. Compõem um campo movediço de disputas e contradições. Mesmo as diretorias que gozam de unidade de concepções e orientação tem que levar em conta o jogo de pressões dos diferentes pensamentos dentro da categoria e mesmo para além do âmbito da categoria (MOMESSO, p. 1994, p. 67)

A comunicação sindical praticada no Brasil ressent-se por um lado, de uma estrutura sindical que favorece o cupulismo dos dirigentes e de outro, das iniciativas ainda tímidas que sindicatos consagrados pela literatura como mais combativos, notadamente os sindicatos cutistas, tomam a este respeito. GERALDO faz as seguintes ponderações:

A participação da base circunscreve-se aos limites do espaço reservado no veículo ao leitor, na procura individualizada, isolada, de fazer com que sua voz seja ouvida, o que reforça a idéia da frouxa organização da base. A força de interlocução dos trabalhadores de base junto ao sindicato reside na sua capacidade de organização e de ação enquanto sujeito coletivo, na expressão dos problemas vividos pelos trabalhadores na empresa, sendo eles sindicalizados ou não. (GERALDO, 1995, p. 52)

O que temos é a emissão unilateral de mensagens que buscam a participação do trabalhador no sindicato; clamam por um trabalhador consciente,

ao mesmo tempo em que são lançadas mensagens muito mais intensas, rejeitando qualquer iniciativa dessa participação e os mesmos veículos de comunicação dos sindicatos afirmam que estão fazendo tudo para resolver os problemas, ou sejam, tratam o trabalhador como ser passivo e obediente:

Os projetos dos sindicalistas em termos de interação com a base tendem a um caminho inverso, ou seja, existe nos projetos de comunicação sindical prioridade na busca dos veículos de massa como o rádio, a TV e jornais, Esses meios cumprem o papel de mobilização, de extensão dos problemas da categoria para outras categorias e para a sociedade de uma forma geral, o que não pode ser desprezado. (GERALDO, 1995, p.52)

Dessa forma, podemos verificar que a crítica que o autor tece sobre a comunicação existente nos sindicatos relaciona-se à necessidade de que a comunicação sindical tem de se diferenciar da imprensa burguesa, pois para o autor é fundamental que a comunicação sindical seja interativa para opor-se aos grandes meios de comunicação, resgatando do sujeito coletivo essa possibilidade.

Em outros autores, a análise do discurso sindical revela distinções importantes em relação ao discurso operário. Dennis de Oliveira, analisando o discurso do sindicato dos Químicos de Guarulhos, conclui que o mesmo é diferenciado de outros, pela própria origem de seus protagonistas: atuantes no meio sindical, mas sem passagem pelo meio político-partidário; Desta forma:

Rompendo com o conservadorismo da diretoria anterior, a atual liderança dos químicos de Guarulhos tem uma visão de classe operária enquanto uma classe

diferenciada (e não antagônica) que teria como meta a sua integração na sociedade capitalista. (OLIVEIRA, 1995, p.89)

A especificidade imperante fez com que o autor classificasse este discurso como discurso popular, que se define como um discurso de acomodação à ordem, embora buscando solucionar os problemas imediatos da categoria, sem a construção de algum projeto político que identifique minimamente com o projeto político operário:

...este discurso popular ainda está na condição de popular-subalterno, porque não se vislumbra na sua estrutura a sinalização para a constituição de um outro projeto político. Pelo contrário, a política - e isto fica claro no discurso do presidente do sindicato - é vista como um instrumento para se resolver os problemas no âmbito sindical e não uma forma de transformação da sociedade. (OLIVEIRA, 1995, p.113)

Outros estudos sinalizam que a comunicação sindical surge como mediadora da consciência de classe, segundo algumas lideranças sindicais, conforme salienta GERALDO:

...a pretensão das lideranças sindicais de ‘mostrar a realidade vista sob o ponto de vista do empregado e não do empregador’ expressa, na verdade, a realidade a partir da visão de um grupo muito reduzido dos empregados. (GERALDO, 1995, p. 54)

O que o autor ressalta é que apesar de se colocar contrária à “visão” do empregador, a comunicação sindical praticada por essas lideranças substitui uma visão de poucos empregadores, por uma visão de poucos

empregados, para utilizarmos as palavras do autor, sem que isso signifique uma alteração substancial de concepção de comunicação. Desta forma para essas lideranças, a comunicação sindical estaria levando à conscientização dos trabalhadores.

O autor faz a crítica dessa postura por acreditar que tal conduta não leva a maior conscientização, pois não há investimento em novos princípios de organização dos sindicatos e da comunicação.

Pois, é desta forma que FUSER elucida um dos aspectos fundamentais dos estudos sobre a comunicação sindical que temos observado, ou seja, os autores têm revelado algumas características da imprensa sindical, como sendo inerente a esta imprensa, no entanto, ainda são poucos os sindicatos que apresentam tais concepções. Vejamos como o autor trata tal questão:

No entanto, tais considerações – sejam sobre as características da imprensa sindical (dialógica, horizontal, interativa, participativa, inovadora), sejam sobre o fato de ela ter função organizadora e ser parte constitutiva da comunicação proletária (como diz Maria Nazareth Ferreira) ou das classes trabalhadores (como afirma Valdeci Verdelho) - em certa medida se situam no plano mais do desejado do que daquilo que se encontra no dia-a-dia dos sindicatos, hoje. Rubim salienta a diferença entre aquilo que se deseja e aquilo que de fato corre ao afirmar que “o debate sobre a imprensa das classes subalternas “...arma (ou pode armar) a classe operária e outros setores proletários da memória de suas lutas de classes.” (FUSER, 1995, p.62)

Mais adiante, o mesmo autor recupera a participação de Maria Nazareth Ferreira recolocando como a questão estratégica de construção de uma imprensa voltada para a resistência da classe trabalhadora, pontuando justamente os aspectos que já tratamos anteriormente:

...o não aproveitamento da potencialidade da imprensa sindical como meio de comunicação de resistência da classe trabalhadora; a tendência cada vez mais acentuada de seguir os padrões da grande imprensa (vide os jornais dos bancários); a verticalização do processo de comunicação que não contribui para a democratização dos sindicatos (o dirigente ‘patrão’ manda e o jornalista ‘empregado’ faz); o privilégio da quantidade em detrimento da qualidade; não há pesquisas com o receptor para saber qual a idéia que ele tem do seu jornal; a estrutura sindical extremamente autoritária refletindo-se num jornal igualmente autoritário; a consolidação de uma estrutura sindical ainda burocratizada e assistencialista, e que vem se reforçando à medida em que se reforça a luta econômica; a dificuldade de formação de novos quadros dentro do sindicalismo; a despolitização/desmobilização como resultado dessa situação e a indiferença do sindicato aos seus leitores. (FERREIRA, 1992, p. 18)

As reflexões realizadas até o momento nos permitem considerar os resultados que a pesquisa integrada CBELA nos revela sobre a prática comunicativa dos sindicatos no Brasil:

A estrutura sindical fortemente burocratizada e autoritária, refletindo-se na estrutura de seu sistema de comunicação;

A comunicação sindical vista pelos dirigentes, prioritariamente, como instrumento de mobilização imediata, em detrimento da formação/informação;

Ausência total de uma política de comunicação, o que resulta no não aproveitamento de sua potencialidade como comunicação de resistência das classes subalternas;

A tendência cada vez mais acentuada de seguir os padrões da grande mídia, tanto na forma como no conteúdo. Por exemplo, a verticalização do processo de comunicação, tanto na relação dirigentes/comunicadores, como na relação comunicação/receptor, o que não contribui para a democratização do sindicato;

O privilégio da quantidade sobre a qualidade; todos os sindicatos (às vezes de uma mesma categoria, mas geograficamente separados) editam um jornal, multiplicando custos e gráficas;

Ausência de qualquer preocupação com o receptor. Conheceu-se uma só pesquisa sobre a relação comunicação/base nos sindicatos entrevistados;

Insuficiente valorização da comunicação dentro do sindicato, o comunicador é tratado como um funcionário burocrata, o qual passa a ver o dirigente sindical como um empregador. Se o sindicato enfrenta uma crise material, o primeiro setor a ser desativado é o setor de comunicação;

Ausência de autonomia para elaborar o jornal; quando a pauta não é feita pelo dirigente, é por ele censurada;

Em alguns casos, o jornal ‘deve ser a cara da diretoria’”
(SCHWANKE, 1994, pp 50-52)

Estes e outros aspectos que levantaremos no decorrer de nossa pesquisa estarão presentes como forma de apreender as características da

imprensa sindical em Presidente Prudente/SP, comparando-a com a grande imprensa e verificando suas potencialidades enquanto portadora do discurso contra-hegemônico.

Tais características já apontadas referenciam nossa análise a partir do pressuposto de que os sindicatos pertencem a mesma estrutura sindical oficial, que lograram diferenciar-se em seu discurso a partir de experiências históricas de categorias diversificadas em sua inserção no sistema produtivo, mas também em virtude da fragmentação territorial.

Em face disso, a configuração desta comunicação sindical, como explicitada acima por SCHAWKE, só é possível ser apreendida através da contextualização da ação sindical, portadora de lógicas territoriais contestatórias ou não da lógica definida pelo capital.

CAPÍTULO 4

Comunicação e territorialização do trabalho: a busca de perspectivas

Procuramos, através dos capítulos anteriores, explicitar algumas questões que se inserem no bojo das transformações do capitalismo, com desdobramentos importantes para o mundo do trabalho, cuja precarização em termos contratuais contribui para o debate teórico, em que postula-se a perda da centralidade política dos trabalhadores, favorecendo sobremaneira a ideologia do capital como horizonte único e possível da humanidade, o que em nossa opinião, é uma postura muito cômoda para a manutenção do *status quo* .

Tal contexto econômico, aliado às redefinições políticas, vem contribuindo para que o movimento associativo dos trabalhadores seja obrigado a também se redefinir. Dessa forma, a questão posta situa-se no cerne das alternativas que os trabalhadores podem escolher: as antigas alternativas emancipatórias, cujo significado mais claro tem sido a negação do capital como sistema de relações sociais sustentável, ou a colaboração com o sistema produtor de mercadorias, buscando melhorar as condições de barganhagem da força de trabalho.

As alternativas que se colocam, portanto, para os trabalhadores, não são todas possíveis, já que a possibilidade encerra-se na capacidade de vislumbramento dos desafios e objetivos de classe, subsumidos na hegemonia ideológica do capital.

Portanto, ao referenciarmos nosso estudo nas entidades representativas dos trabalhadores, oficialmente reconhecidas pelo Estado, tínhamos claro que só nos seria possível a apreensão da diferencialidade discursiva e ideológica dos sindicalistas, através da compreensão de que tais líderes foram forjados no cerne da luta de classes, e que tal característica não significava uma redução nos termos burguesia e operariado, já que se admitem muitas nuances entre entes politicamente extremos.

Assim, compreendemos que as dificuldades encontradas por muitos sindicalistas em seu esforço de contribuir para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, estejam na compreensão multidimensional do trabalhador, na incapacidade de compreensão da impossibilidade ontológica de superação da condição obreira, sem a superação da condição do capital.

Tais aspectos delineados genericamente estão diluídos na operacionalidade da luta de classe, em que os sindicatos movimentam-se contraditoriamente entre si - o surgimento da CUT e posterior reação patronal com a criação da Força Sindical é exemplo disso - e com os próprios trabalhadores.

Então, a “diferencialidade” de concepções de sindicato, que revelam a natureza dialética dessa dinâmica societária, manifestam posições de

acomodação e/ou contestação da estrutura sindical oficial que vão estar presentes na configuração territorial, ora como sindicatos adequadamente enquadrados na ordenação estatal, ora buscando alternativas que se colocam na incapacidade de controle social absoluto do capital.

É através desta última concepção de sindicato que podemos estabelecer os parâmetros de um sindicato que vá além do sindicato oficial, restrito à luta econômica dos trabalhadores e, portanto, restrito aos locais de trabalho e às sedes dos sindicatos.

Porque estabelecer-se para além destes locais significa, territorialmente, expandir-se para os locais de moradia, para o espaço do lazer e do lúdico, portanto, outras dimensões do espaço da circulação e não somente a luta salarial, o que traria em si a reinterpretação do trabalhador em suas múltiplas dimensões, fato talvez politicamente insuportável para o metabolismo social do capital.

Pois, enquanto controle societário, o capital atua como um sistema de controle *sem sujeito*, cujo fundamento ontológico está na alienação do controle em relação aos produtores, em que os desdobramentos apontam para a reificação do sujeito produtor de mercadorias, no entanto, este sujeito deve reconhecer em outro sujeito real, a superioridade, portanto o capital precisa personificar-se, e utiliza-se do Estado como potencial garantia contra a resistência dos trabalhadores. Mas, conforme aponta MÉSZÁROS:

...a resistência é reproduzida cotidianamente através das operações normais do sistema, e nem os esforços mistificadores para estabelecer “relações industriais”

ideais – por intermédio da “engenharia humana” e da “administração científica” ou induzindo os trabalhadores a comprarem um punhado de ações e, assim, se tornarem “co-proprietários” ou “co-participantes” da administração do “capitalismo popular”, etc. – nem a garantia dissuasiva do Estado contra a rebelião política potencial podem eliminar as aspirações emancipatórias (de autocontrole) do trabalho.(MÉSZÁROS: 1999, 119)

Tivemos oportunidade ao longo do texto de levantar algumas polêmicas sobre a relação Estado x sindicato, em que o Estado personificado como instrumento de controle do metabolismo social opera a delimitação do campo de disputas dos trabalhadores ao privilegiar as entidades sindicais como representantes legais (nem sempre legítimas), no arbitramento de questões trabalhistas.

Desta forma, fica explícita a situação dos sindicatos enquanto entidades representativas dos trabalhadores, e reconhecidas oficialmente pelo Estado como instrumentos estratégicos do capital de obterem mecanismos, mais ou menos eficientes, de controle da força de trabalho.

No entanto, a resistência à exploração do trabalho eclode constantemente pela própria incapacidade operativa do Estado no processo produtivo, e também pela reafirmação de autocontrole do trabalho, coadunados entre si e gestando conflitos, cujas soluções indicam a hegemonia burguesa no controle societal.

A relação conflituosa que se estabelece então, redefine a contradição capital x trabalho, para uma conflituosidade mediatizada pelo Estado,

a favor do capital, ou seja, uma relação capital-Estado x trabalho, em que metaforicamente o Estado é utilizado como escudo contra a ação dos trabalhadores, conforme detalhamos no capítulo 2.

Tal fato confirma-se em nossa pesquisa, quando foram apontadas inúmeras críticas ao presidente da República, à personificação do Estado no momento, sem que haja em nenhum momento, nas publicações analisadas, críticas ao próprio sistema do capital. Ou seja, o Estado logrou sua condição de controle do metabolismo social ao canalizar para si a resistência dos trabalhadores, cujos projetos políticos mais importantes perpassam a conquista do poder de Estado.

Assim, o axioma central capital x trabalho, redefinindo-se em suas nuances, demonstra sua vitalidade analítica, ao permitir que compreendamos a dinâmica societária em suas contradições, tendo em vista que, mesmo no campo simbólico, as classes ponham-se em posições distintas, e por vezes opostas, da política.

Ao territorializar-se, o capital materializa sua hegemonia, que se expressa como ordenador e gestor territorial, recolocando-o enquanto dimensão político-espacial de controle social, ao alienar da dominação territorial a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES: 1995), que se subsume inconscientemente de sua própria territorialização.

Assim é o que acontece com a fragmentação categorial e territorial dos sindicatos, que se estabelece em sua concretude material para fazer dessas entidades, instituições corporativistas. Entretanto, aproveitando-se da

inculcação ideológica nos trabalhadores para firmarem-se em sua representatividade, como controladora da força de trabalho.

A delimitação forçada do campo de disputa e de representação pelo Estado facilita a dominação de classe, pois se no caso das entidades representativas dos trabalhadores a configuração territorial é artificialmente imposta, de acordo com a conveniência política do capital, no caso deste último, seus limites territoriais colocam-se no mesmo patamar dos limites do processo produtivo, ou seja, é ontologicamente determinado.

Portanto, ao compreendermos as mediações que se estabelecem entre o controle capitalista sobre o processo produtivo, e sobre a sociedade, necessariamente devemos considerar o espaço geográfico como expressão da luta de classes, ou através da fragmentação territorial dos sindicatos, ou veiculando a ideologia identitária do sujeito coletivo apenas em sua dimensão corporativa, fragmentando o ser social.

Tendo estes pressupostos na definição da ação sindical, podemos inferir sobre a singularidade dos sindicatos, tanto quanto a sua especificidade diante do capital, quanto em sua diversidade intrínseca, pois a dinâmica que enseja o movimento sindical coloca-se diretamente no cerne da luta de classes, donde os trabalhadores, ora estando categorialmente fragmentados, ora territorialmente, re-criam alternativas diversas.

Sendo portadores do rescaldo cultural dos trabalhadores, os sindicalistas não estão alheios à ideologia burguesa e, portanto redimensionam no

espaço de representação do trabalho as condições da dominação, ao colocarem-se como meros administradores sindicais.

Porém, é necessário atentar-se para a diversidade de posições que existem no movimento sindical, pois é na concretude material, na cotidianidade que se estabelecem os liames definidores de práticas colaboracionistas, reformistas ou revolucionárias, e deste modo, as posturas políticas encontradas são diversificadas e revelam também a disposição territorial das forças em conflito.

Então, é justamente na combinação de elementos intrínsecos aos trabalhadores com a necessidade de controle social do capital, que temos a singularidade dos sindicatos, pressionados para exercerem sua função controladora ou para atuarem contra o capital, mesmo que essa atuação esteja subsumida na fetichização do Estado, como mediador *neutro* da conflitualidade.

Em suas singularidades, os sindicatos vão redefinindo formas e funções impostas pelo Estado, posturas políticas adotadas pelos sindicalistas são também constantemente postas à prova na solução de conflitos cotidianos.

Neste movimento de singularização do sindicalismo, as entidades vão se diferenciando em suas ações e posturas ideológicas. Há, contudo, um imbricamento entre a divisão territorial do trabalho, a regionalização própria do processo produtivo e a diversificação própria do movimento sindical.

Nossa hipótese é a de que concorre para esta diversidade a combinação de alguns elementos, tais como, a fragmentação categorial, em que a inserção diferenciada na divisão técnica do trabalho, e conseqüente diferenciação

salarial, de condições de trabalho e de *status*, tem implicações importantes na disposição de luta dos trabalhadores.

Outro aspecto situa-se na diversidade regional, tanto do processo produtivo, quanto do rescaldo cultural, quer adotemos a escala local, nacional ou global, pois os aspectos culturais são fundamentais para compreendermos essas diferencialidades, que estão portanto, vinculadas a processos historicamente diversos.

Esses elementos não interferem de maneira determinante na composição de forças da luta de classes, acreditamos que são condições que implicam em maior ou menor conflitualidade, mas cuja determinação em última análise, é própria dos sujeitos sociais.

Portanto, quando nos referimos genericamente ao movimento sindical, não devemos esquecer a diversidade existente, pois significaria tomarmos como unidade, aquilo que se apresenta diverso, embora existam características que *atravessam* o movimento sindical em sua generalidade, tais como o corporativismo.

Pelo que pudemos observar em nossa pesquisa, o corporativismo transparece na imprensa sindical, através do discurso que expressa a segmentação dos sindicatos, ou seja, do sindicato privilegiar as informações ou notícias que envolvem diretamente os interesses dos trabalhadores da base.

O corporativismo expresso no discurso tem suas justificativas, ou seja, o privilegiamento destas questões podem estar relacionadas à necessidade que os trabalhadores têm de manterem-se informados sobre a categoria, pois, sem

dúvida, o sindicato é a única entidade com condições de satisfazer tal anseio, já que é sua função intrínseca.

No entanto, o risco que se corre é o de manter-se alheio à dinâmica societária, aumentando talvez a própria alienação dos trabalhadores, diminuindo as chances de construção de projetos políticos alternativos ou até revolucionários. Não há como negligenciarmos que os sindicatos são detentores de posições privilegiadas em relação aos trabalhadores, pela possibilidade de articulação nos locais de trabalho, como observamos no Mapa 1, e com outras categorias, através de outros sindicatos. Essa característica lhe confere um papel fundamental na construção da contra-hegemonia.

Observamos que em alguns sindicatos, o corporativismo discursivo é mais presente, como no caso do SINDIÁLCOOL, SEC e SINTCON, sendo que nos outros sindicatos que mantêm publicações, este corporativismo é mais diluído, não por coincidência, mas estes sindicatos (APEOESP, SEEB e SSM) são filiados à CUT. Isso demonstra que, apesar das hesitações na cúpula da Central, os sindicatos a ela filiados têm se mantido com posicionamentos diferenciados em relação aos outros sindicatos, pelo menos no que se refere aos discurso que expressa maior interlocução entre as diversas categorias de trabalhadores, ou seja, de utilização da imprensa sindical como instrumento de divulgação da própria Central ou de sindicatos ideologicamente alinhados.

O discurso sindical presente em sua imprensa não se apresenta despolitizado, já que assume posturas contestatórias à política governamental, cujas diferenciações situam-se nos argumentos contrários aos desdobramentos da

política econômica, portanto é uma politização pautada nos interesses econômicos dos trabalhadores, que, se por um aspecto é limitada em seus termos, por outro não pode ser negligenciada, enquanto potencial contra-discurso, cujos desdobramentos podem se situar além da esfera econômica.

A interpretação da imprensa sindical como componente da ação sindical implica na articulação orgânica entre o discurso do sindicalista e suas implicações territoriais, pois conforme já delineamos no primeiro capítulo, conforme GRAMSCI, toda crítica a uma concepção de mundo é uma ação política, portanto desdobra-se enquanto componente espacial.

A utilização que os sindicatos analisados fazem da imprensa sindical, pelo viés interpretativo acima exposto, demonstra que a ação sindical subjacente coloca-se enquanto ação contestatória, que se volta prioritariamente ou para a defesa de direitos conquistados anteriormente e luta pelo cumprimento dos acordos negociados, ou para a crítica da política econômica do governo federal.

Ou seja, enquanto ação sindical, a imprensa sindical fragiliza-se como eixo de direção política, pelo menos não explicitamente, o que decorre que sua utilização pelos sindicatos não seja tal qual as concepções *leninianas* propuseram para a imprensa operária.

Talvez possamos interpretá-la, em nosso estudo, como instrumento de conhecimento, e que, portanto, possui a direção política que é conveniente para os sindicalistas, sem que necessariamente isso implique na direção política operária.

Como objeto de conhecimento para a Geografia, mostrou-se fonte documental importante para interpretarmos os sujeitos sociais em sua territorialidade, ou seja, através do discurso presente na imprensa sindical podemos verificar a ação territorial do sindicalista, ao negar ou apoiar a configuração societal própria do capital.

Isto nos remete ao título de nossa pesquisa: “A comunicação sindical em Presidente Prudente: elementos para uma leitura geográfica”, em que transparece nossa preocupação de estar elencando alguns aspectos que consideramos fundamentais para a análise da comunicação sindical na Geografia.

Um primeiro aspecto reside no fato de que é necessário elevar a Geografia além da clássica divisão positivista, cujos desdobramentos temáticos apontam para o afastamento desta disciplina, de temas prolixos para compreensão de nosso mundo, como a própria comunicação social e o mundo do trabalho.

A compreensão do movimento sindical requer estudos específicos e regionalizados, na busca de inteligibilidade de sua diferencialidade, o que não significa a impossibilidade de generalizações, desde que venham a contribuir para elucidação de questões prementes do mundo do trabalho.

Do ponto de vista analítico, a territorialidade pode ser compreendida como a capacidade de expressão territorialmente hegemônica dos sujeitos sociais, na qual se subsume o trabalho alienado. Portanto, esta expressão é característica do capitalismo, embora esse sistema tenha que conviver com sua incapacidade operativa no controle do metabolismo social, o que resgata a noção contraditória do espaço.

Para isso é importante vislumbrarmos o espaço dos homens, não somente como o espaço do construído, mas talvez, e fundamentalmente, como o espaço do vir a se construir, como dimensão inalienável do ser humano, pretensões emancipatórias requerem o resgate da utopia, que inclui a utopia do espaço.

Bibliografia

AGGIO, Alberto (org.) **Gramsci, a vitalidade de um pensamento** São Paulo:

Ed. Da UNESP, 1998.

ALVES, Edgar (org.) **Modernização produtiva & relações de trabalho.**

Perspectivas de política públicas Petrópolis: Vozes, Brasília: IPEA, 1997.

ALVES, Giovanni. “Ofensiva neoliberal, toyotismo e fragmentação de classe”

In: **Universidade & Sociedade**. Ano 6, nº 10, jan/96, p. 25-33.

____ **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil** Tese de

doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998

____ **Trabalho e mundialização do capital** Londrina: Práxis, 1999

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho** São Paulo:Ensaio, Campinas:

Ed. Da Unicamp, 1988

____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a**

consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional

Libertadora São Paulo: Cortez e Editora Ensaio, 3ª edição - 1990

____. **O novo sindicalismo** São Paulo: Scritta, 1991

____. “A crise e os sindicatos”. In: **Teoria & Debate**. São Paulo: PT, Nº 20,

fev-abr/93, p 66-69.

____. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

____. **Os sentidos do trabalho** São Paulo: Boitempo, 1999

- ANTUNES, Ricardo e RÊGO, Walquiria Leão (Orgs.) **Lukács: um galileu do século XX.** São Paulo: Boitempo, 1996
- ARAÚJO, Silvia Maria Pereira. **Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento: 1976-1990.** Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1991.
- ARBIX, Glauco “Trabalho: dois modelos de flexibilização” In: **Lua Nova,** São Paulo: 1996, n. 37
- _____. **Uma aposta no futuro** São Paulo: Scritta, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni **O Longo século XX.** São Paulo: Contraponto-Unesp, 1996
- AZEREDO, J.A., MARTINS, J.F., GENNARI, E. **Gestão democrática sindical: como e para quê?** São Paulo: CPV, 1994
- AZNAR, Guy **Trabalhar menos para trabalharem todos.** São Paulo: Scritta, 1993.
- BAUER, Carlos. **O despertar libertário.** São Paulo: Pulsar, 1994.
- _____. **A hegemonia vermelha.** São Paulo: Pulsar, 1995.
- BENKO, Georges **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI** São Paulo: Hucitec, 1991.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar (a aventura da modernidade)** São Paulo: Cia. Das Letras, 1987
- BERNARDO, João **Capital, sindicatos, gestores** São Paulo: Vértice, 1987.
- _____. **Economia dos conflitos sociais** São Paulo: Cortez, 1991.
- BEYNON, H. **Trabalhando para a Ford** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- BIANCHI, Álvaro “Neoliberalismo e resistência operária contra FHC” In:
BIANCHI, Álvaro *et al.* **A crise brasileira e o governo FHC**. São Paulo:
Xamã, 1997, p. 105-122.
- BIHR, Alain **Da grande noite à alternativa** São Paulo: Boitempo, 1998
- BOITO Jr., Armando. A ideologia do populismo sindical. In: **Teoria &
Política**. São Paulo: Brasil Debates, ano 1, nº2, 1980, p 29-54.
- _____. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Campinas:Ed.da Unicamp. São
Paulo: Hucitec, 1991.
- _____ (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e
Terra, 1991.
- _____. “Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil”. In: **Crítica Marxista**.
São Paulo: Brasiliense, v.1, nº 3, 1996, p 80-105.
- _____. “A questão do refluxo do movimento operário”. In: **Debate Sindical**.
São Paulo: CES, ano 10, nº 23, out-dez/96, p 20-24.
- _____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil** São Paulo: Xamã, 1999.
- BRAGA, Ruy **A restauração do capital: um estudo sobre a crise
contemporânea** São Paulo: Xamã, 1996
- BRAVEMAN, Harry **Trabalho e capital monopolista. A degradação do
trabalho no século XX**. Rio de Janeiro:Guanabara, 1987
- BRESCIANI, Luis Paulo **Da resistência à contratação. Tecnologia,
trabalho e ação sindical**. São Paulo: Cni-Sesi-Dn, 1994
- BRUNHOFF, Suzanne de **A hora do mercado. Crítica do liberalismo**. São
Paulo:Unesp, 1991

BUONICORE, Augusto Cesar. “A crise do sindicalismo no primeiro mundo”. In: **Debate Sindical**. São Paulo: CES, ano 9, nº 20 dez/95-fev/96, p. 23-32.

CARLEIAL, Liana e VALLE, Rogério (org.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho** São Paulo: HUCITEC/ABET, 1997

CARONE, Edgar **Movimento operário no Brasil** São Paulo: Difel, 1981

CARVALHAL, M.D. “O Movimento sindical e a luta pela terra no Brasil” In: **Polêmica & Debate**, Nº 03, P. Prudente: FCT,1997

____ “Contribuição para a leitura geográfica do movimento sindical em Presidente Prudente/SP, a partir da imprensa sindical” relatório final de bolsa PIBIC/CNPq, 1998.

CASTRO, Cosette “As transformações no mundo do trabalho e a comunicação sindical” In: **universidade e Sociedade**, São Paulo: ANDES, nº 12, fev/97

CASTRO, Nadya Araújo de “Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro. Reestruturação industrial ou organização de ocasião?”. In: **Novos Estudos CEBRAP** São Paulo: CEBRAP, 1993, n. 37

____. **A máquina e o equilibrista. Inovações na indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1995

CATTANI, Antonio David **Trabalho & Autonomia** Petrópolis: Vozes, 1996

____(org.) **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997 .

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Crise e desenvolvimento na América Latina: perspectivas de estabilização e de retomada do desenvolvimento - programa de pesquisa e formação sindical.** São Paulo: DESEP/CUT/IRES/CGIL, 1992.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Avaliação externa da política nacional de formação da CUT.** São Paulo: Xamã, 1997.

CHAIA, Miguel. “Trabalho: entre a política e o conceito”. In: **São Paulo em perspectiva.** São Paulo: Fundação Seade. vol.9, nº 3, jul-set/95, p 127-134.

CHESNAIS, François **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam **Novas e velhas ordens mundiais** São Paulo:Scritta, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo “A crise estrutural do capitalismo” In: **Quinzena,** São Paulo: CPV, nº 267, 1999 p. 02-08.

COMIN, Álvaro Augusto. “A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil”. In: **O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século.** São Paulo:Scritta, 1994, p.359-401.

_____. **Estrutura sindical corporativa: um obstáculo à consolidação das centrais sindicais no Brasil.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/FFLCH, 1995.

COSTA, Silvio. **Tendência e Centrais sindicais.** São Paulo: Ed. Anita Garibaldi. Goiânia: Ed.da Universidade Católica de Goiás, 1995.

DELARBRE, Raul Trejo **La prensa marginal**_ México: El caballito, 1980.

- DIAS, Edmundo Fernandes *et al* **O outro Gramsci** São Paulo: Xamã, 1996.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil: 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. **Comunicação e resistência na imprensa proletária**. Tese de livre docência. São Paulo: ECA/USP, 1990.
- _____. “Intervenção no 1º Encontro Paulista de Profissionais da Comunicação Sindical em Época de Crise” em SILVA, Sérgio Gomes **Comunicação sindical em época de crise** São Paulo: ECA/USP, 1992.
- _____. “A comunicação sindical frente ao neoliberalismo” In: FERREIRA, M.N. (Org.) **O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo:CEBELA, 1995, p 24-35.
- FIDALGO, Fernando Selmar (org.) **Gestão do trabalho e formação do trabalhador** Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.*
- FIDALGO, Fernando Selmar e MACHADO, Lucília Regina de Souza (orgs.) **Controle da qualidade total. Uma nova pedagogia do capital** Belo Horizonte: Movimento de cultura marxista, 1994*
- FIGARO, Roseli A. **O discurso da imprensa sindical: formas e usos**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP. 1993.
- FUKUYAMA, Francis **O fim da história e o último homem** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUSER, Bruno “Limites da comunicação sindical no Brasil” In: FERREIRA, M.N. (Org.) **O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens.** São Paulo:CEBELA, 1995, p. 60-74.

GENNARI, Emilio **Automação, terceirização e programas de qualidade total** São Paulo: CPV, 1997.

____ **Sindicato e organização de base. Passos e tropeços de ontem e de hoje.** São Paulo: CPV, 1999.

GERALDO, Sebastião. **Mundo do trabalho e comunicação.** Tese de doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1994.

____. “A globalização da economia e a comunicação sindical” In: FERREIRA, M.N. (Org.) **O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens.** São Paulo:CEBELA, 1995, p. 36-59.

GIANNOTTI, Vito. **O que é estrutura sindical.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

____. **Para onde vai a CUT?** São Paulo: Scritta, 1994

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião Lopes **Cut: ontem e hoje** São Paulo: Scritta, 1991.

GONÇALVES, Antonio de. **Imprensa sindical: representação e apropriação - um estudo sobre a imprensa do sindicato dos bancários de São Paulo.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP. 1992.

____. **O que é jornalismo operário.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

GORZ, André **Adeus ao proletariado** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

- _____. **Crítica da divisão do trabalho** São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GOUNET, Thomas **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel** São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRAMSCI. **Obras escolhidas** Lisboa: Editorial Stampa, 1974
- _____. **Concepção dialética da história** 5ª edição, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1984.
- GRUPPI, Luciano **O conceito de hegemonia em Gramsci** Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GUIMARÃES, Antonio S., AGIER, Michel e CASTRO, Nadya A. **Imagens e identidades do trabalho.** São Paulo: Hucitec, 1995
- HABERMAS, J. “A nova intransparência” in: **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, nº 18. Set/87.
- HARVEY, David **A condição pós-moderna** São Paulo: Loyola, 1989
- HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho** São Paulo: Paz e Terra, 1988 (2ª edição)
- JESUS, ANTONIO TAVARES **Educação e Hegemonia** Campinas: Ed. Da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1989.
- JINKINGS, Nise **O mister de fazer dinheiro. Automação e subjetividade no trabalho bancário** São Paulo: 1995.
- KAMMER, Marcos **A dinâmica do trabalho abstrato na sociedade moderna: uma leitura a partir das barbas de Marx** Porto Alegre: Edipucrs, 1998

- KATZ, C. COGGIOLA, O. **Neoliberalismo ou crise do Capital?** São Paulo: Xamã, 1995.
- KATZ, C. BRAGA, R. COGGIOLA, O. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva.** São Paulo: Xamã, 1995.
- KURZ, Robert **O colapso da modernização** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993
- LARANGEIRA, Sonia (org.) **Classes e movimentos sociais na América Latina** São Paulo: Hucitec, 1990
- LEITE, Marcia de Paulo **O futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária.** São Paulo: Scritta, 1994
- LEITE, Marcia de Paula **O trabalho em movimento. Reestruturação produtiva e Sindicatos no Brasil.** São Paulo: Papyrus, 1997
- LÊNIN, V.I. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978
- LESSA, Sérgio **Trabalho e ser social** Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997
- _____. “A categoria da reprodução social” In: _____. **A ontologia de Lukács.** Maceió: Edufal, 1996.
- LIPIETZ, Alain **O capital e seu espaço** São Paulo: Nobel, 1988.
- LOJKINE, Jean **A classe operária em mutações** São Paulo: Oficina de livros, 1990
- LORENZETTI, Jorge. “Sindicalismo cutista: ruptura ou renovação”. In: **Universidade & Sociedade.** São Paulo:Andes, ano 4, nº 6, fev/94, p. 56-59.

- LOSOVSKY, D. **Marx e os sindicatos: o marxismo revolucionário e o movimento sindical.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- LUKÁCS, George “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem” In: **Temas.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, nº 04, 1978, p. 01-18.
- MAAR, Wolfgang Leo **Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social?** 1993 (mimeo)
- MANGABEIRA, Wilma **Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1993
- MARTINS, Heloisa H.T.S. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, Heloisa de S. e RAMALHO, José Ricardo (orgs) **Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho.** São Paulo: Hucitec/Cedi-Nets, 1994
- MARX, Karl **O Capital** São Paulo: Abril, 1984
- _____. **O Capital, vol. VI inédito** São Paulo: Moraes, 1985
- _____. E ENGELS, Friedrich **Sindicalismo** São Paulo: CHED, 1980
- MATTOSO, Jorge E.L. *et alli (orgs.)*. In: **O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século.** São Paulo: Scritta, 1994, p 521-562.
- _____. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.
- MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENELEU NETO, José “Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva” In: TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva** São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996, p. 75-108.

MÉSZÁROS, István **A necessidade do controle social** São Paulo: Ensaio, 1987

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista** São Paulo: Ensaio, 1989

_____. “A ordem do capital no metabolismo social da reprodução, In: **Ad Hominen**, São Paulo: Edições Ad Hominen, 1999, nº 1

MOMESSO, Luiz Anastacio. **Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas**. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1994.

MORAES, Reginaldo C. Correa de. “Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais” In: **Universidade & Sociedade**. Ano 4, nº 6, fev/94, p. 6-20.

MOREIRA, Rui. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis:Vozes, 1985.

_____. **O círculo e a espiral** Rio de Janeiro:Coautor, 1993

NEDER, Ricardo Toledo *ett alli* **Automação e movimento sindical no Brasil** São Paulo: Hucitec, 1988

OFFE, Claus “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” , In: OFFE, C. **Trabalho & Sociedade** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991

OLIVEIRA, Carlos A.B. MATTOSO, Jorge E.L. **Crise e trabalho no Brasil** São Paulo: Scritta, 1996.

OLIVEIRA, Dennis de. **Imprensa sindical, greve e consciência de classe.**

Dissertação de mestrado. São Paulo: ECA/USP, 1992.

_____. “A classe operária como minoria: análise do discurso do Sindicato dos Químicos de Guarulhos” In: FERREIRA, M.N. (Org.) **O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens.** São Paulo:CEBELA, 1995, p. 89-113.

_____. **Imprensa sindical, globalização neoliberal e mundo do trabalho**

Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1997.

OLIVEIRA, Selma Baçal de. “Efeitos contraditórios da automação micro-eletrônica”. In: **Debate Sindical.** São Paulo: CES, ano 10, nº 23, out-dez/96, p 33-37.

PEDREIRA, Valdemar S. **Comissões de fábrica: um claro enigma** São Paulo: Cooperativa,1997.

QUINZENA. São Paulo: CPV, 1990-1996. (Diversos números).

REBELO, Aldo *et el.* **Administração sindical em tempos de crise** São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 1999.

RODRIGUES, Iram Jácome. “O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva”. In: **São Paulo em perspectiva.** São Paulo: FundaçãoSeade, vol.9, nº 3, jul-set/95 p 116-126.

_____. **Sindicalismo e política. A trajetória política da CUT** São Paulo: Scritta, 1997

RODRIGUES, Leôncio M. **CUT: os militantes e a ideologia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- ROIO, Marcos del **O império universal e seus antípodas** São Paulo: Ícone, 1998.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.
- SANTIAGO, Cláudia e GIANNOTTI, Vito **Comunicação sindical: falando para milhões.** Petrópolis:Vozes, 1997.
- SANTOS, Milton **Espaço e método** São Paulo: Nobel, 1985
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** São Paulo: Hucitec, 1996
- SCHAFF, Adam **A sociedade informática** São Paulo: Brasiliense/UNESP, 1990
- SCHAWANKE, Leandro da Luz Costa. **Processos de produção da imprensa sindical.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP,1994.
- SCHMITZ, Hubert e CARVALHO, Ruy de Quadros (orgs.) **Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional** São Paulo: Hucitec, 1988.
- SECCO, Lincoln “Gramsci: hegemonia e pós-fordismo” In: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **História e revolução** São Paulo: Xamã, 1998.
- SEGNINI, Liliane. **A liturgia do poder: Trabalho e disciplina.** São Paulo: EDUC, 1988.

- SILVA, Elizabeth Bortolaia **Refazendo a fábrica fordista. Contrastes da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha.** São Paulo: Hucitec, 1991
- SINGER, Paul. **A formação da classe operária.** São Paulo: Atual, 1988.
- _____. **Globalização e desemprego. Diagnóstico e alternativas** São Paulo: Contexto, 1998.
- SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia F. e CAPPELIN, Paola (orgs.) **Relações de trabalho, relações de poder** Brasília: Ed. da UnB, 1997.
- SOUZA, Ângela M. Trude de. “A crise contemporânea e a nova ordem mundial”. In: **Universidade & Sociedade.** São Paulo: Andes, ano 4, nº 6, fev/94, p. 30-39.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth **A classe operária tem dois sexos** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. “Marx e as metamorfoses do mundo do trabalho” In: **Universidade & Sociedade.** São Paulo:Andes, ano 5, nº 8, fev/95, p. 106-113.
- _____. “Notas para uma crítica do fim da sociedade do trabalho”. In: **Universidade & Sociedade.** São Paulo:Andes, ano 4, nº 6, fev/94, p. 21-29.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo A (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva** São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.
- TERTULIAN, Nicolas “Uma apresentação à ontologia do ser social, de Lukács” In: **Crítica Marxista,** São Paulo: Xamã, nº 03, 1996, p. 54-69.

THOMAZ JR., Antonio “A terceirização no contrapasso da ação sindical” In:
Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente: AGB, nº 16,
1994, p 168-186.

_____. **Por Trás dos Canaviais os (Nós) da Cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical na Agroindústria Canavieira Paulista)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
Tese (Doutorado). São Paulo, 1996.

_____. “A presença das centrais sindicais na agroindústria paulista” In:
Debate Sindical. São Paulo:CES, ano 11, nº 24, fev-abr/97, p. 46-51.

_____. **Território em transe** (mimeo).

_____. **Gestão e ordenamento territorial da sociedade: inserção e “leituras” dos atores sociais (uma contribuição ao debate)** (mimeo)

VIEIRA, Toni André Scharlau. **Comunicação no meio sindical: proposta de uma política para as entidades**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA/USP, 1994.